



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPGE/UNB
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO**

CAROLINE FIGUEIREDO BELO ABREU

**AVALIAÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: REFLEXÕES SOBRE O FAZER
EXTENSIONISTA NA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**

BRASÍLIA - DF

2020

CAROLINE FIGUEIREDO BELO ABREU

**AVALIAÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: REFLEXÕES SOBRE O FAZER
EXTENSIONISTA NA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Brasília – UnB como requisito à obtenção do título de Mestre em Educação, sob orientação do Prof. Dr. José Luiz Villar Mella.

BRASÍLIA - DF

2020

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

B B452a Belo Abreu, Caroline
AVALIAÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: REFLEXÕES SOBRE O
FAZER EXTENSIONISTA NA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA / Caroline
Belo Abreu; orientador José Luiz Villar Mella . --
Brasília, 2020.
114 p.

Dissertação (Mestrado - Mestrado em Educação) --
Universidade de Brasília, 2020.

1. Extensão Universitária. 2. Avaliação. 3. Avaliação
Participativa. I. Villar Mella, José Luiz, orient. II.
Título.

CAROLINE FIGUEIREDO BELO ABREU

**AVALIAÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: REFLEXÕES SOBRE O FAZER
EXTENSIONISTA NA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**

A Comissão Examinadora, abaixo identificada, aprova o Trabalho de Dissertação de Mestrado do Curso de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação da Universidade de Brasília – UnB.

Prof. Dr. José Luiz Villar Mella
Universidade de Brasília – UnB
Orientador

Profa. Dr^a. Rita Silvana Santana dos Santos
Universidade de Brasília – UnB
Examinador Interno

Prof. Dr. Alexandre Simões Pilati
Universidade de Brasília – UnB
Examinador Externo

Prof. Dr. Francisco Herrera
Universidade de Brasília – UnB
Suplente

Brasília – DF, 13 de março de 2020.

A Deus, por todas as coisas. Aos meus pais, Adáias e Rita, pelo exemplo de comprometimento e persistência. Aos meus irmãos, Diógenes e Larissa, pela presença alegre que sempre me impulsiona para frente. Ao meu esposo, Fernando, pelo apoio e incentivo incondicionais. Ao meu pequeno Arthur, fonte de inspiração e força.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao professor José Luiz Villar, por ter me ajudado a trilhar o caminho da pesquisa científica, sendo meu orientador e guia nessa trajetória. Sem seu apoio e presença tranquila, certamente, meu percurso na pós-graduação não teria sido tão leve.

Agradeço aos colegas de turma, principalmente, Arilthon, Kelly, Amanda, Maria Luiza e Valquíria, que dividiram comigo as angústias e alegrias da vida de pós-graduanda.

Agradeço aos meus pais, Adaías e Rita, que sempre me incentivaram a estudar e são o porto-seguro para onde olho quando penso em desanimar. Sem eles, nunca teria chegado aonde cheguei.

Aos meus irmãos, Diógenes e Larissa, por trazerem o frescor das conversas leves e os sonhos da infância à minha memória. Vocês são meus melhores amigos.

Ao meu esposo, Fernando Abreu, por ser meu grande incentivador, e por ter acreditado em meu potencial, quando até eu mesma duvidei. Suas orientações, sua paciência e seu apoio foram essenciais para que eu chegasse até aqui, sem você, essa caminhada não valeria a pena.

Ao meu filho, Arthur, que entre mamadas e sorrisos, é minha maior fonte de inspiração e força, aquele que me motiva a acordar todos os dias e ir à luta.

A Deus, porque Dele, por Ele e para Ele são todas as coisas.

*Ninguém ignora tudo. Ninguém sabe tudo.
Todos nós sabemos alguma coisa.
Todos nós ignoramos alguma coisa.
Por isso aprendemos sempre.*

Paulo Freire

RESUMO

A extensão universitária, estabelecida como parte do tripé indissociável da universidade pública proposto pela Constituição Federal de 1988 (CF/1988), é a ponte entre universidade e comunidade e deve se tornar, cada vez mais, instrumento para a formulação de políticas públicas efetivas para a transformação social. Apesar do relevante papel dado pela CF/1988 à extensão universitária, a Política Nacional de Extensão Universitária revela que ainda não foram estabelecidos critérios objetivos para avaliação dos projetos e programas de extensão (PEACs) no âmbito das universidades. Os PEACs devem atender aos objetivos propostos pela Política Nacional de Extensão, a qual esclarece que a universidade tem o compromisso de ser instrumento de mudança social e deve atuar na busca pelo diálogo com a sociedade. O questionamento que embasou essa pesquisa é, portanto, como propor um novo método avaliativo para as ações de extensão na Universidade de Brasília (UnB) que considere a perspectiva dos diferentes atores envolvidos nos projetos e programas de extensão? Para responder a esse questionamento, foi realizada revisão sistemática em teses e dissertações, no período de 2008 a 2018, utilizando-se os termos “avaliação”, “avaliação participativa” e “extensão universitária”, visando verificar o que tem sido pesquisado acerca do tema, além de analisar os métodos avaliativos utilizados em outras universidades. Foi realizado, também, grupo focal com os servidores técnico-administrativos do Decanato de Extensão da UnB, o que possibilitou a proposição de um novo modelo avaliativo que atenda aos objetivos dessa pesquisa. Os resultados da pesquisa indicam que, atualmente, a avaliação em extensão universitária está centrada na figura do coordenador dos PEACs, na maioria das vezes, um docente. Propõe-se, assim, que seja viabilizado um novo método avaliativo que, baseado nos pressupostos da avaliação participativa, considere a perspectiva dos diferentes atores envolvidos nas ações de extensão da UnB. Dessa forma, o produto proposto por esta dissertação é a criação de uma roda de conversa, com participação de discentes, docentes, técnico-administrativos e comunidade externa, participantes dos PEACs, para que, dessa forma, a avaliação dos projetos e programas se torne efetiva.

Palavras-chaves: Avaliação; Extensão Universitária; Comunidade; Universidade de Brasília;

ABSTRACT

The university extension, established as part of the tripod of the public university by the Federal Constitution of 1988 (CF / 1988), is the bridge between university and community and must increasingly become an instrument for the formulation of effective public policies for social transformation. Despite the role given to the university extension by CF / 1988, the National University Extension Policy reveals that objective criteria have not yet been established for the evaluation of extension projects and programs (PEACs) within universities. PEACs must meet the objectives proposed by the National Extension Policy, which states that the university is committed to being an instrument of social change and must act in the search for dialogue with society. The question that supported this research is: what is a new evaluation method for extension actions at the University of Brasília (UnB) that considers the perspective of the different actors involved in extension projects and programs? To answer this question, a systematic review of theses and dissertations was carried out from 2008 to 2018 using the terms “evaluation”, “participatory evaluation” and “university extension” to verify what has been researched about the theme, in addition to analyzing the evaluation methods used in other universities. A focus group was also held with the technical-administrative staff of the Decanato de Extensão da UnB, which enabled the proposal of a new evaluation model that meets the objectives of this research. The results of the research indicate that the evaluation of university extension is centered on the figure of the PEACs coordinator, typically a teacher. It is proposed that a new evaluation method be made feasible which, based on the assumptions of participatory evaluation, considers the perspective of the different actors involved in UnB's extension actions. The product proposed by this dissertation is the creation of a conversation circle of PEACs participants, including students, teachers, technical-administrative staff, and the external community, so that the evaluation of projects and programs becomes effective.

Keywords: Evaluation; University Extension; Community; University of Brasilia.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Esquema geral de relacionamentos entre ações de extensão	37
Figura 2	Eixos Integradores	40
Figura 3	Eixo áreas temáticas.....	41
Figura 4	Programa de Extensão.....	41
Figura 5	Projeto de Extensão de Ação Contínua.....	43
Figura 6	Nuvem de Palavras	74
Figura 7	Desenho Roda de Conversa	92

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Distribuição dos participantes do grupo focal por lotação.....	55
Quadro 2	Quesitos e objetivos do grupo focal.....	57
Quadro 3	Avaliação da Extensão Universitária.....	73
Quadro 4	Avaliação Participativa em Extensão Universitária.....	85
Quadro 5	Avaliação em Extensão Universitária na UnB.....	91

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Classificação das Ações de Extensão	38
Tabela 2	Objetivos das Ações de Extensão	39
Tabela 3	Ações de Extensão por Centro Custo.....	43
Tabela 4	Nº de Projetos e Programas de Extensão de Ação Contínua por Centro de Custo.	45
Tabela 5	Dissertação encontrada com os termos “Avaliação Participativa” e “Extensão Universitária” (2008-2018)	59
Tabela 6	Teses e Dissertações encontradas com os termos “Avaliação” e “Extensão Universitária” (2008-2018).....	59

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
CEPE	Conselho de Ensino e Pesquisa
CEX	Câmara de Extensão
CF	Constituição Federal
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONSUNI	Conselho Universitário
CPA	Comissão Própria de Avaliação
CPAE	Comissão Permanente de Avaliação de Extensão
FORPROEX	Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições de Educação Superior Brasileiras
FUB	Fundação Universidade de Brasília
DF	Distrito Federal
DDIR	Diretoria de Desenvolvimento e Integração Regional
DEX	Decanato de Extensão
DTE	Diretoria Técnica de Extensão
ICS	Instituto de Ciências Sociais
IBCT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
IPES	Instituições Públicas de Educação Superior
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
PEAC	Projeto de Extensão de Ação Contínua
PNE	Plano Nacional de Educação
PROEXTE	Programa de Fomento à Extensão Universitária

SIEX	Sistema de Extensão
UDESC	Universidade do Estado de Santa Catarina
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFMT	Universidade Federal do Mato Grosso
UNB	Universidade de Brasília
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
USP	Universidade de São Paulo
UFMS	Universidade Federal de Santa Maria

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
1.1	Formulação do Problema de Pesquisa.....	18
1.2	Objetivos.....	18
1.2.1	Objetivo Geral	18
1.2.2	Objetivos Específicos.....	18
1.3	Justificativa	19
2	REFERENCIAL TEÓRICO	22
2.1	Breve histórico da extensão universitária no Brasil.....	22
2.2	Extensão Universitária: Diálogo para transformação	27
2.3	Organização da Extensão Universitária.....	34
2.3.1	Extensão Universitária na Universidade de Brasília.....	39
2.4	Avaliação da Extensão Universitária: Reflexões sobre o Fazer Extensionista	45
3	PERCURSO METODOLÓGICO	52
3.1	Tipo de pesquisa	52
3.2	Lócus da pesquisa.....	53
3.3	Sujeitos da pesquisa.....	54
3.4	Técnicas e procedimentos de coleta de dados	54
3.4.1	Revisão Sistemática	57
3.4.2	Publicações Seleccionadas	58
3.5	Análise das informações.....	60
4	RESULTADOS E DISCUSSÕES	61
4.1	Avaliação em extensão universitária	61
4.2	Avaliação Participativa em Extensão Universitária.....	72
4.3	Avaliação em Extensão Universitária na UnB.....	84
5	PROPOSTA DE MODELO DE AVALIAÇÃO DA EXTENSÃO	91
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	93
	REFERÊNCIAS	96
	APÊNDICE A – Roteiro para Grupo Focal.....	104
	APÊNDICE B – Termo de Consentimento UnB	106
	ANEXO 1.....	107
	ANEXO 2.....	108

1 INTRODUÇÃO

Conforme definido pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (FORPROEX) a extensão é “o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade” (FORPROEX, 2012, p. 11). Por meio da Extensão, a universidade pública amplia seus horizontes e deixa de ser centrada em si mesma, para interagir em uma relação dialógica com a sociedade e com os grupos sociais que a circundam.

A Constituição Federal de 1988 consolidou a extensão como parte do tripé constituidor da universidade pública no Brasil. Sem o princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, a formação universitária se constitui deslocada da realidade social e, conseqüentemente, alienada. Sob a análise da relevância social da universidade, se estabelece a necessidade de engajar comunidade e universidade para que, através do diálogo ético e responsável, seja possível a elaboração de políticas públicas que impactem positivamente a sociedade e a universidade seja, portanto, capaz de gerar transformação social.

Nesse sentido, a Política Nacional de Extensão destaca que a contribuição das ações de extensão para a produção do conhecimento e para o processo de formação de discentes, docentes e técnicos administrativos e a efetividade da atuação extensionista como agente de transformação da própria universidade e da sociedade dependem da construção de um sistema de monitoramento e avaliação que possibilite a avaliação das ações extensionistas. (FORPROEX, 2012, p. 57).

Aprimorar a avaliação das ações extensionistas possibilitará que a gestão universitária mensure a contribuição da extensão para o cumprimento do papel da universidade de produção, transmissão de conhecimento e transformação social. (FORPROEX, 2012, p. 59). Faz-se necessário, assim, que haja uma contínua reflexão acerca dos processos avaliativos das ações de extensão.

O aprimoramento da avaliação da extensão universitária é um dos objetivos propostos pela Política Nacional de Extensão Universitária como meio para o alcance da efetividade das ações extensionistas. O processo avaliativo permite aos gestores aferir qual é o grau de efetividade dos PEACs vigentes, oferece aos membros o feedback necessário para o aprimoramento do fazer extensionista e dá visibilidade às ações de extensão, as quais parecem permanecer à sombra do ensino e da pesquisa universitária. Avaliar a extensão é, portanto, iluminar uma das bases da universidade pública, uma das principais portas de acesso para a

comunidade externa, colaboradora na construção do imaginário social do papel de (ir) relevância da universidade para a sociedade.

Tendo em vista que a extensão deve possibilitar o diálogo entre a universidade e a comunidade, de forma que os diferentes atores possam contribuir para a transformação social (FORPROEX, 2012, p. 33), um dos questionamentos suscitados pela reflexão acerca dos processos avaliativos das ações de extensão é sobre o grau de participação dos atores sociais e a interação dialógica possibilitada por esse processo. Pensar a avaliação das ações de extensão deve passar pela busca de ampliação da participação dos diferentes atores envolvidos nos PEACs.

Nesse sentido, esta pesquisa foi construída a partir da percepção de que é imprescindível a sistematização dos métodos avaliativos utilizados para a extensão universitária, não apenas na UnB, mas em todas as universidades públicas brasileiras. Pensar esse método avaliativo é ampliar a visão da avaliação, superando a prática de registro de dados isolados, e possibilitando que a comunidade interna e externa integre e retroalimente as ações extensionistas que são promovidas pela universidade.

Mais do que estender um conhecimento de um ponto a outro, é papel da extensão universitária estabelecer o diálogo, aproximar a comunidade da universidade e possibilitar que o ensino e a pesquisa assumam proporções cada vez mais humanas e engajadas socialmente, portanto, não é possível pensar em avaliação da extensão sem ouvir todos os atores envolvidos nos PEACS.

A construção de uma nova perspectiva de avaliação para as ações de extensão universitária, a qual deve ser construída a partir da escuta de todos os atores envolvidos nos projetos e programas, apresentará à universidade uma ampla possibilidade de interação e construção acadêmica voltada para a transformação social.

Além disso, em um período em que a universidade pública tem sido alvo de diversos questionamentos sobre sua relevância social, a ampliação do processo de avaliação da extensão universitária permitirá apresentar à comunidade a atuação indispensável das universidades públicas e sua contribuição para formação mais justa e igualitária da sociedade brasileira.

Essa perspectiva fundamentou os objetivos traçados para esta pesquisa, para isso foram analisadas as normas que regem a Extensão Universitária como parte do tripé da universidade pública no Brasil, além dos regimentos internamente adotados pela Universidade de Brasília, à luz dos parâmetros para avaliação da extensão traçados pelo FORPROEX.

O questionamento que embasou esta pesquisa é, portanto, como a Universidade de Brasília tem avaliado os PEACs atualmente vigentes e quais são os passos necessários à

concretização de uma avaliação mais ampla, que leve em consideração não apenas a comunidade interna, mas, também, a comunidade externa, principal público de interesse dos projetos e programas?

Além disso, pretendemos responder aos seguintes objetivos específicos: A avaliação dos PEACS atualmente realizada pela UnB possibilita o alcance dos objetivos propostos pela Política Nacional de Extensão, especialmente, no que se refere à diretriz de interação dialógica? O que dizem os pesquisadores acerca da avaliação em extensão universitária no Brasil, no período de 2008 a 2018? Como estabelecer um processo participativo de avaliação das ações de extensão da Universidade de Brasília?

Para atender aos objetivos propostos, o texto da dissertação encontra-se estruturado em seis capítulos. Inicialmente, no primeiro capítulo, é apresentada a introdução ao tema, compreendendo o problema, os objetivos e a justificativa/relevância da pesquisa.

No capítulo 2 são abordados os conceitos teóricos que tratam acerca da extensão universitária e da avaliação das ações de extensão. É apresentado, assim, um breve histórico da constituição da extensão universitária no Brasil, além da configuração da extensão como parte do tripé proposto pela Constituição Federal de 1988: Ensino, pesquisa e extensão.

Além disso, são abordados os principais normativos da extensão no Brasil e na Universidade de Brasília, bem como os pressupostos conceituais do fazer extensionista e da avaliação em extensão. O capítulo 2 é, assim, constituído pelo referencial teórico da pesquisa, visando levantar um debate sobre a extensão universitária e a imprescindibilidade da implementação de um processo avaliativo participativo.

O capítulo 3 apresenta o percurso metodológico da pesquisa: levantamento bibliográfico, revisão sistemática das dissertações e teses publicadas no período de 2008 a 2018, que constem os termos “avaliação participativa em extensão universitária” e “avaliação em extensão universitária”, e grupo focal realizado com seis técnicos administrativos do Decanato de Extensão (DEX) da UnB.

O quarto capítulo traz a análise e discussão dos resultados. A pesquisa sobre avaliação participativa em extensão universitária, realizada na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), apresentou apenas um resultado com os termos pesquisados. A pesquisa sobre avaliação em extensão universitária, após serem excluídos os trabalhos que não colaboravam com os objetivos desta pesquisa, apresentou um total de 15 dissertações e teses acerca do tema. Após leitura flutuante das publicações, foram demonstrados os principais resultados da revisão.

O grupo focal realizado com 6 servidores do DEX/UnB elucidou diversos questionamentos propostos para a pesquisa, entre eles: como é realizada a avaliação dos projetos e programas da UnB atualmente e como propor um novo método avaliativo mais amplo e participativo.

O capítulo 5, por sua vez, apresenta a proposta de uma roda de conversa para avaliação das ações de extensão na UnB. Esse modelo avaliativo contaria com o envolvimento dos docentes, discentes, técnicos administrativos e comunidade externa envolvidos nos projetos/programas de extensão da UnB. Por fim, o sexto capítulo refere-se às considerações finais, discorrendo sobre a relevância prática da pesquisa, bem como as limitações encontradas para sua aplicação.

1.1 Formulação do Problema de Pesquisa

Diante do exposto, buscou-se responder ao seguinte questionamento: Como desenvolver um novo modelo avaliativo para os Programas e Projetos de Extensão da UnB que, à luz dos objetivos propostos pela Política Nacional de Extensão, possibilite a participação dos diferentes atores dos PEACS no processo avaliativo das ações de extensão?

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

- Propor um modelo de avaliação participativa para as ações de extensão da Universidade de Brasília, englobando a perspectiva dos diferentes atores dos projetos/programas extensionistas.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Diagnosticar a metodologia atual da Universidade de Brasília para avaliar os projetos e programas de extensão universitária;
- Investigar as pesquisas realizadas nos anos de 2008 a 2018 acerca dos temas avaliação e avaliação participativa em extensão universitária no Brasil;

- Compreender a perspectiva dos técnicos administrativos do Decanato de Extensão acerca da atuação da Universidade de Brasília em projetos e programas de extensão.

1.3 Justificativa

A avaliação da extensão universitária é um dos objetivos propostos pela Política Nacional de Extensão para as universidades públicas brasileiras, a qual destaca que as universidades deverão implementar avaliação institucional das ações de extensão universitária como um dos parâmetros de avaliação da própria universidade.

Criar métodos permanentes de avaliação dos projetos e programas de extensão é possibilitar as condições para que a universidade participe da elaboração das políticas públicas voltadas para a maioria da população (FORPROEX, 2012). Além disso, a definição de métodos avaliativos sistematizados e voltados para o diagnóstico da extensão é essencial para que as ações extensionistas não continuem em segundo plano, quando comparadas ao ensino e à pesquisa universitária.

O atual momento vivenciado pelo nosso país revela, ainda mais, a urgência da implementação de um processo avaliativo que viabilize a publicização das ações de extensão, pois a universidade pública é constantemente questionada sobre sua relevância social. A comunidade externa, principal público alvo dos projetos e programas de Extensão, deseja avidamente que a universidade responda sobre sua atuação.

Nesse sentido, cabe à gestão universitária implementar instrumentos e mecanismos que possibilitem a publicização de seus atos e, em especial, conscientizem toda a sociedade sobre a relevância da universidade pública como agente de transformação social e alteração do status de desigualdade social vigente em nosso país.

É, assim, extremamente importante para a consolidação da extensão universitária que a própria universidade gere processos reflexivos acerca de suas práticas extensionistas. Dessa forma, faz-se necessário que o processo avaliativo considere todos os atores envolvidos nos PEACs, pois a avaliação institucionalizada e permanente viabilizará a publicidade dos projetos e programas.

A Política Nacional de Extensão Universitária destaca como agenda estratégica o objetivo de incorporar a “Extensão Universitária no processo de avaliação da Educação Superior, com definição de indicadores, metodologias e instrumentos, e apoio à implantação de

sistemas de informação e gestão informatizados no conjunto das instituições” (FORPROEX, 2012, p. 61).

Segundo o documento, a concretização dessa iniciativa, assim como os outros objetivos propostos, pretende produzir mudanças nas políticas, na organização e na gestão da Extensão Universitária. A produção de conhecimento capaz de gerar transformação na forma como a extensão é registrada e avaliada nas universidades públicas é um desafio urgente, pois é pré-requisito para a normatização e a consolidação das ações extensionistas nas universidades.

A Universidade de Brasília, localizada no centro do poder político nacional, é uma das principais referências acadêmicas nacionais e, por isso, serve de exemplo para as demais universidades públicas. Pensar a avaliação da extensão universitária no âmbito da UnB é, portanto, essencial para que haja a consolidação da extensão, como parte do tripé da universidade previsto na Constituição Federal de 1988.

De acordo com anuário estatístico da UnB (2012 – 2016), no ano de 2016, mais de cento e noventa mil pessoas, entre docentes, discentes, técnicos administrativos e comunidade externa, participaram ou estiveram envolvidas na execução de projetos e programas de extensão universitária promovidos pela Universidade de Brasília.

Nesse sentido, tem-se a relevância da pesquisa sobre a avaliação dos PEACs na UnB, pois a consolidação de instrumentos capazes de aferir a eficácia e a eficiência dos projetos e programas vigentes possibilitará à gestão universitária não apenas a concretização dos objetivos da Política Nacional em seu âmbito, mas servirá de modelo para as demais universidades públicas brasileiras.

O Plano de Desenvolvimento Institucional da Universidade de Brasília 2018-2023, propôs como uma das diretrizes norteadoras das ações de extensão “a produção de indicadores de avaliação, de forma articulada com a Comissão Própria de Avaliação (CPA) da UnB, das atividades extensionistas, a fim de monitorar e qualificar a extensão da UnB” (UnB, 2019, p. 69).

Além disso, uma iniciativa importante no sentido de garantir o financiamento da extensão foi a aprovação do Decreto nº 7.233, de 2010, que regulamenta a matriz de alocação de recursos para as universidades federais. No entanto, o artigo 4º do decreto coloca a exigência de existirem “[...] programas institucionalizados de extensão, com indicadores de monitoramento” (BRASIL, 2010).

Desta forma, torna-se imprescindível o estudo sobre a avaliação das ações extensionistas da instituição, diagnosticando-se a metodologia empregada atualmente e buscando aprimorá-la

com a proposição de um novo modelo avaliativo, cumprindo, desta maneira, uma das metas extensionistas estabelecidas no Plano de Desenvolvimento da Universidade.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Breve histórico da extensão universitária no Brasil

Para realizarmos a análise da constituição da Extensão Universitária como está estabelecida atualmente, é necessário trilharmos o percurso histórico que nos trouxe a essa realidade, para, partindo dele, analisarmos quais pressupostos avaliativos devem ser utilizados para que os objetivos propostos para os projetos e programas de extensão possam ser alcançados.

Nesse sentido, conforme orienta Paula (2013), o conceito de extensão universitária decorre, em seu princípio, da concepção das universidades populares europeias, as quais se fundamentavam na ideia de que a universidade deveria contribuir para o desenvolvimento do setor social popular. A concepção proposta pela universidade americana, por sua vez, sustentava a ideia da extensão universitária como assistencialismo ou prestação de serviços à sociedade.

Nogueira (2001) corrobora com o ensinado por Paula (2013) ao elucidar que o conceito de extensão foi utilizado, a priori, na Inglaterra, onde foram criados cursos voltados à formação de adultos. Mais tarde, nos Estados Unidos, a ideia de extensão aparece com o caráter assistencialista, através da prestação de serviços à população rural e urbana. A extensão, assim, foi pensada inicialmente para ser a ponte entre universidade e comunidade, na busca de um fazer acadêmico voltado para a superação do modelo tradicional de ensino, objetivando voltar a universidade ao atendimento das demandas sociais.

Na América Latina, o Manifesto de Córdoba, 1918, alertou para a necessidade de as universidades voltarem sua atuação para os problemas sociais. O documento foi proposto pelo movimento estudantil de Córdoba, na Argentina, e defendeu um novo parâmetro para a construção da universidade na América Latina (NETO, 2011).

Entre as reivindicações do movimento de Córdoba destacamos o estabelecimento de um compromisso com a sociedade por meio do desenvolvimento de ações de Extensão. O manifesto foi, assim, importante marco para o estabelecimento de um novo parâmetro para as universidades latino americanas, sendo, até hoje, considerado atual e importante para o pensamento universitário na América Latina (ROCHA, 2008).

É por meio dessa preocupação surgida na Europa e nos Estados Unidos e do movimento estudantil que culminou com a confecção do Manifesto de Córdoba, na América Latina, que a

universidade passou a se aproximar mais das demandas sociais. Assim, pode-se dizer que o pensamento norte-americano somado a esses dois, é que, de acordo com Barbosa (2012), fundamentaram o pensamento universitário brasileiro.

No Brasil, a educação superior se concretizou de forma tardia, tendo em vista que os espanhóis instituíram universidades em suas colônias na América latina desde o século XVI (OLIVEN, 2002). Além da constituição tardia da educação superior, o Brasil foi marcado por bases elitistas da educação, o que afastava a população carente dos bancos universitários (TEIXEIRA, 1975). Dessa forma, a extensão universitária surge como possibilidade de um novo parâmetro para as universidades públicas brasileiras.

De acordo com o documento do Fórum de Pró-reitores de Extensão (FORPROEX, 2007), os primeiros registros sobre Extensão Universitária constam do Estatuto da Universidade Brasileira, decreto-Lei no 19.851, de 1931 e, posteriormente, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1961. Esse modelo de extensão era centrado na modalidade de transmissão de conhecimentos e assistência social.

A Reforma Universitária de 1968, Lei 5.540, tornou a Extensão obrigatória em todos os estabelecimentos de ensino superior e nas universidades, por meio de cursos e serviços especiais estendidos à comunidade. A reforma criou o sistema de departamentos, o sistema de créditos, o vestibular classificatório, os cursos de curta duração, o ciclo básico, entre outras alterações no sistema vigente. É na reforma Universitária de 1968 que aparece, pela primeira vez, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, a qual, mais tarde, seria reforçada pela Constituição Federal de 1988 e daria origem ao modelo universitário atualmente vigente (OLIVEN, 2002).

Dessa forma, após a promulgação da Constituição Federal de 1988, a extensão universitária passou a constituir o tripé da universidade pública brasileira como ele está atualmente formado: ensino, pesquisa e extensão. Desses três, a extensão universitária teve sua consolidação realizada de forma mais tardia. Nesse sentido, Nogueira (2001), esclarece que o contexto histórico vivenciado nos anos 80, a partir da redemocratização, fomentou a discussão sobre a necessidade de uma atuação universitária com viés social, o que gerou a necessidade de consolidação da extensão universitária nos moldes atuais.

Essa preocupação com o papel social da universidade se contrapunha ao conservadorismo e ao patrimonialismo que forjaram as políticas educacionais no Brasil até então, pois o contexto histórico-social que fundamentou a base da educação brasileira, de acordo com Teixeira (1975), era elitista e excludente. Dessa forma, a redemocratização do país

e a busca pelo acesso ao ensino público, universal e gratuito, fomentaram a busca pelo olhar aproximado às demandas da comunidade e à realidade social.

A década de 80, assim, foi um marco para a extensão universitária no Brasil. Em 1987, foi criado o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (FORPROEX, 2012), o que reforça a busca por um novo modelo de universidade pública. O FORPROEX definiu a extensão universitária, através do Plano Nacional de Extensão, publicado em 1998.

A Extensão é uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à Universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Esse fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados, acadêmico e popular, terá como conseqüências a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional, a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade. Além de instrumentalizadora deste processo dialético de teoria/prática, a Extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social. (FORPROEX, 2012, p. 5).

O Fórum é composto por Pró-Reitores de Extensão e titulares de órgãos congêneres das Instituições Públicas de Ensino Superior Brasileiras tem uma Coordenação Nacional, composta por um Presidente, um Vice-Presidente e cinco Coordenadores Regionais e respectivos Subcoordenadores, uma Secretaria Executiva, Comissões e Assessores Especiais (FORPROEX, 2007).

O regimento do Fórum expressa o desejo de fortalecer a extensão universitária como meio para o alcance da transformação social. De acordo com o artigo 1º do documento, o FORPROEX (2007) “é uma entidade voltada para a articulação e definição de políticas acadêmicas de extensão, comprometidas com a transformação social para o pleno exercício da cidadania e o fortalecimento da democracia; uma entidade voltada para a articulação e definição de políticas acadêmicas de extensão.”.

A partir das reflexões promovidas pelo Fórum, foram produzidos diversos documentos norteadores das ações de extensão nas universidades. Dentre eles, destacamos o Programa de Fomento à Extensão Universitária (PROEXTE, 1993), o Plano Nacional de Extensão de 1998 e a Política Nacional de Extensão Universitária, de 2012, de autoria do FORPROEX, em articulação com o MEC.

A avaliação da extensão universitária provocou diversas discussões no Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras, o qual manifestou, desde os seus primeiros encontros, a necessidade de estabelecimento de um sistema

de gestão que permitisse acompanhar e avaliar as ações de extensão nas universidades públicas brasileiras (FORPROEX, 2013).

De acordo com Nogueira (2013), no XV Encontro Nacional do FORPROEX, o Fórum, atendendo aos objetivos propostos pelo Plano Nacional de Extensão, criou o Grupo de Trabalho de Avaliação, o qual, depois, se consolidou com uma Comissão Permanente de Avaliação de Extensão (CPAE). A CPAE foi responsável pela elaboração de referencial teórico para a avaliação da extensão nas Instituições Públicas de Educação Superior (IPES).

A institucionalização e o apoio às ações de extensão universitária nas IPES ganharam força nos anos 2000, quando o Ministério da Educação (MEC) passou a financiar a extensão. O MEC instituiu o Programa de Extensão Universitária (ProExt) por meio do Decreto nº 6.495, de 30 de junho de 2008, o qual previa a publicação de edital de financiamento da extensão denominado Programa de Apoio à Extensão Universitária voltado às Políticas Públicas.

No início dos anos 2000, o Plano Nacional de Educação (PNE) 2001-2010, Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001, traçou como uma das metas para o Ensino superior a implantação do Programa de Desenvolvimento da Extensão Universitária em todas as Instituições Federais de Ensino Superior no quadriênio 2001-2004. O PNE estabeleceu que as universidades deveriam assegurar que, pelo menos, 10% do total de créditos exigidos para graduação no ensino superior do Brasil fosse reservado para a atuação dos alunos em ações extensionistas. Essa meta incentivou a perspectiva contemporânea de flexibilização dos currículos dos cursos superiores (FORPROEX, 2013).

O Plano Nacional de Educação proposto para o decênio 2011-2020, Projeto de Lei nº 8.035, reafirmou a meta de assegurar, no mínimo, dez por cento do total de créditos curriculares, exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária (Meta 12.7). Diferentemente do PNE 2001- 2010, esse Plano destacou que a creditação deveria ser voltada para a participação dos discentes em projetos e programas de extensão (FORPROEX, 2013).

O Plano Nacional de Educação 2014-2024 (Lei 13.005/2014) ratifica a integralização de, no mínimo, dez por cento do total de créditos curriculares exigidos nos cursos de graduação, por meio de programas e projetos de Extensão (BRASIL, 2014). A curricularização da Extensão é, assim, mais um passo para a reflexão acerca do fazer extensionista das universidades públicas brasileiras.

Outro relevante marco para extensão universitária no Brasil foi a Resolução nº 7 MEC/CNE/CES, de 18 de dezembro de 2018, a qual estabelece que que “as atividades de extensão devem compor, no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação, as quais deverão fazer parte da matriz curricular dos

cursos”; e instrui o INEP a considerar, para efeitos de autorização e reconhecimento de cursos, o cumprimento dos 10% de carga horária mínima dedicada à extensão, a articulação entre atividades de extensão, ensino e pesquisa, os docentes responsáveis pela orientação das atividades de extensão nos cursos de graduação.

A curricularização da extensão é uma estratégia potencializadora das ações de extensão nas universidades, pois, de acordo com Silva (1999), é necessário pensar o currículo como conexão entre identidade e poder, considerando que ele também forma aquilo que somos, nossa identidade e subjetividade, para o autor, o currículo “está centralmente envolvido naquilo que somos, naquilo que nos tornamos e naquilo que nos tornaremos. O currículo produz, o currículo nos produz” (SILVA, 1999, p. 27). Assim, pode-se dizer que a discussão sobre a curricularização da extensão é mais um passo ao fortalecimento da extensão universitária nas universidades públicas.

Nesse sentido, o fortalecimento da educação superior no Brasil e a sua democratização, através dos avanços para que o ensino seja público, laico, gratuito e de acesso a todos os cidadãos, além do importante surgimento da figura da extensão universitária, como parte indissociável da formação superior, constituíram, assim, os pilares da universidade pública como ela está atualmente configurada.

Apesar do surgimento dessa preocupação com o viés social da universidade pública e dos avanços ocorridos por meio das políticas educacionais voltadas para a democratização do acesso à educação superior, a análise do histórico da Educação Superior no Brasil nos permite inferir que o alcance da materialidade da proposta de integração entre universidade e comunidade, proposta pela LDB e pela CF/1988, e reafirmado como compromisso dos PNEs, através da Extensão Universitária, ainda tem um longo caminho pela frente.

A consolidação da extensão universitária como mecanismo de superação das desigualdades sociais e agente de transformação social depende da construção de instrumentos permanentes de avaliação dos Projetos e Programas de Extensão. Refletir sobre o próprio fazer extensionistas nas universidades públicas brasileiras é, dessa forma, passo necessário para que a história da extensão continue avançando rumo ao propósito de tornar a universidade cada vez mais humana e integrada à sociedade.

2.2 Extensão Universitária: Diálogo para transformação

Como parte da consolidação da extensão como tripé da universidade e meio necessário para que o ensino e a pesquisa sejam realizados de forma socialmente engajada, faz-se necessário que a gestão universitária se volte para a avaliação dos projetos e programas de extensão, objetivo proposto pelo Plano Nacional de Extensão.

O FORPROEX (2013, p. 15) destaca que é imprescindível a discussão sobre a avaliação da extensão universitária. De acordo com o documento, o papel de transformação proposto pela extensão é complexo e multifacetado, dessa forma, só é possível concretizar as diretrizes de impacto social caso haja uma reflexão permanente acerca do próprio fazer extensionista. Avaliar e como avaliar devem ser, portanto, passos indispensáveis ao “fazer complexo” da extensão universitária.

Nesse sentido, Serrano (2013) destaca que a Extensão Universitária passa por um período crucial para sua consolidação como fazer acadêmico. Para a autora, é preciso que as práticas institucionais do próprio fazer extensionista e das normatizações da universidade se disponham diante das funções acadêmica, social e articuladora da universidade.

Serrano (2013, p. 13) destaca que o desafio da avaliação e da reflexão acerca da institucionalização e do fazer extensionista não é um desafio pequeno, pois o Plano Nacional de Extensão ainda não é uma realidade plena em boa parte das universidades públicas brasileiras. Para ela, apesar de as universidades terem avançado na construção de “uma extensão a serviço de um processo transformador, emancipatório e democrático”, a consolidação da extensão universitária, como propôs o FORPROEX, ainda não é uma realidade em boa parte das universidades públicas brasileiras.

Pensar a extensão, atualmente, passa, portanto, pela necessidade de estabelecer critérios para que os objetivos propostos para os PEACs sejam, de fato, alcançados. Além disso, é preciso que a gestão universitária reflita acerca do próprio fazer extensionista, para que, assim, seja possível aferir o nível de alcance e impacto dessas ações.

Para refletirmos acerca da necessidade de um novo parâmetro avaliativo para as ações de extensão na Universidade de Brasília, apresentaremos os principais conceitos de extensão universitária que balizaram este estudo.

Inicialmente, destacamos que o Fórum de Pró-Reitores de Extensão define a extensão como o “processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade” (FORPROEX, 2012, p.15). A Extensão é, assim, parte essencial do tripé proposto pela CF/1988

e se constitui como ponte entre universidade e comunidade para que a universidade se torne, de fato, agente de transformação social.

Paulo Freire (2006) orienta sobre a importância do diálogo para que o conhecimento seja construído de forma solidária e conjunta. Para ele, não se pode falar em estender um conhecimento do que julga saber ao que considera que não sabe, mas é preciso que, por meio da relação dialógica e interacional, ambos possam ser capazes de produzir transformação. O pensamento do educador brasileiro é uma das bases fundantes para a conceituação da extensão universitária.

Realizar a interação necessária entre educação e realidade, conforme propõe Freire (2006), ou universidade e comunidade, é indispensável para viabilizar a construção de conhecimento adequado à realidade social, bem como para produzir ensino e pesquisa capazes de gerarem impacto e transformação. Especialmente no Brasil, onde a desigualdade social alcance índices alarmantes, é necessário que a universidade pública se torne, cada vez mais, agente de transformação da realidade atual.

Nesse sentido, Boaventura de Souza Santos (2004) orienta sobre a importância da extensão universitária e esclarece que ela deve se estabelecer como um mecanismo para construção da coesão social e para a luta contra a exclusão social:

A área de extensão vai ter no futuro próximo um significado muito especial. No momento em que o capitalismo global pretende funcionalizar a Universidade e, de facto, transformá-la numa vasta agência de extensão ao seu serviço, a reforma da Universidade deve conferir uma nova centralidade às atividades de extensão (com implicações no curriculum e nas carreiras dos docentes) e concebê-las de modo alternativo ao capitalismo global, atribuindo às Universidades uma participação ativa na construção da coesão social, no aprofundamento da democracia, na luta contra a exclusão social e a degradação ambiental, na defesa da diversidade cultural. (SANTOS, 2004, p. 53-54)

Ricardo Henriques (2004) esclarece que é de suma importância a construção do enfoque coletivo para que o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão se torne efetivo. O autor orienta que a aplicação desse princípio resgata a legitimidade da universidade perante a comunidade e permite que a universidade cumpra seu papel de realizar permanentemente a crítica sobre a realidade, ao mesmo tempo em que atua para transformá-la.

A universidade pública não deve reduzir seu papel ao de atender as demandas mercadológicas (SILVA, 2001), mas deve preocupar-se com a interação entre academia e comunidade, ou seja, deve engajar-se nos processos de constituição de políticas públicas voltadas para alteração da realidade, conforme destaca a Política Nacional de Extensão Universitária.

Jezine (2004) orienta que, a partir de uma construção histórica, a extensão universitária pode ser analisada a partir de três diferentes concepções, são elas: a concepção assistencialista, a acadêmica e a mercantilista. Essas concepções podem ser percebidas na prática curricular das ações universitárias e expressam, portanto, perspectivas ideológicas diversas do que é a universidade e a extensão universitária e de como se constitui a relação entre universidade e sociedade.

A função assistencialista decorre do argumento do “compromisso social” da universidade e tem como referência o modelo norte americano de extensão cooperativa. Nesse modelo, são incorporadas à prática universitária práticas de prestação de serviços sob a forma de cursos, conferências e serviços técnicos e assistenciais (JEZINE, 2004, p.2).

A função acadêmica da extensão, por sua vez, é definida pela autora como modelo de superação para a prática de serviços assistencialista, na qual a extensão universitária é baseada na relação entre teoria e prática, na perspectiva de uma relação dialógica entre universidade e sociedade, como possibilidade de troca de saberes.

A autora define, ainda, a função mercantilista da extensão universitária, de acordo com ela, as transformações motivadas pela globalização da economia como: a abertura de mercados, a flexibilização do trabalho e a redução dos gastos do Estado com as instituições sociais, motivadas pelas políticas neoliberais, provocaram mudanças no papel da universidade e da extensão universitária. Dessa forma, tem surgido uma nova concepção ideológica, que pretende que a universidade passe a tratar a todos como consumidores, a extensão, assim, passa a ser um dos principais canais de divulgação e articulação comercial (JEZINE, 2004).

A concepção acadêmica da extensão é reforçada pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão Universitária das Universidades Públicas Brasileiras e reafirmada no Documento Universidade Cidadã de 1999 e no Plano Nacional de Extensão, o qual afirma como um de seus objetivos: Reafirmar a Extensão universitária como processo definido e efetivado em função das exigências da realidade, indispensável na formação do aluno na qualificação do professor e no intercâmbio com a sociedade, o que implica em relações multi, inter ou transdisciplinar e inter-profissional (FORPROEX *apud* JEZINE, 2004).

Pretendemos, assim, reforçar a função acadêmica da extensão universitária. Nesse sentido, a extensão se constitui como o viés mais humano da universidade, pois possibilita que o diálogo seja estabelecido como uma troca de saberes e não, apenas, como uma espécie de devolução à sociedade dos custos investidos na academia. Mais do que estender um saber de um ponto a outro, conforme critica Freire (1983), a universidade deve buscar constantemente o

diálogo que modifica de forma crucial sua maneira de ensinar, pesquisar e produzir conhecimento.

Ao contrário do que a educação tradicional e livresca (TEIXEIRA, 1975) prega, a extensão se estabelece como ponte entre comunidade e universidade, possibilitando que a produção de conhecimento seja, de fato, voltada para a superação das desigualdades sociais e produza os efeitos esperados pela sociedade, ou seja, políticas públicas que alterem a realidade excludente que, atualmente, vige em nosso país.

Os objetivos da extensão, assim, conforme orienta Freire (2006), não podem ser reduzidos à ideia de estender à sociedade um conhecimento pré-estabelecido. Para ele, há de ser questionar até mesmo o conceito por trás da palavra “extensão”, pois esclarece que o saber acadêmico não deve se estender à sociedade, mas se constituir na relação dialógica com ela.

A extensão, nesta acepção, é a mera transmissão de conhecimento daquele erudito, sábio ou intelectual ao que não sabe, estendido para fora dos muros da universidade. Na medida em que, no termo extensão, está implícita a ação de levar, de transferir, de entregar, de depositar algo em alguém, ressalta, nele, uma conotação indiscutivelmente mecanicista (FREIRE, 2006, p. 26).

Freire (2013, p. 34), orienta, assim, que a ideia contida nas entrelinhas do vocábulo “extensão” não pode ser a de iluminar, esclarecer, orientar e até normalizar uma outra parte do mundo, o outro, para torna-lo semelhante a si mesmo, ou seja, “domesticá-lo”. Pelo contrário, a proposta das ações extensionistas deve ser a de estabelecer-se como ponte entre comunidade e universidade, não pretendendo, portanto, apenas estender um conhecimento pronto, mas, precipuamente, construí-lo com base nas demandas da sociedade e, principalmente, com sua participação ativa.

Nessa relação dialógica, não cabe, portanto, falar sobre persuasão, pois o outro não é um papel em branco, mas um conjunto de ideias, ideologias e saberes que são tão complexos quanto aqueles que se estabelecem nos bancos das universidades. A educação não envolve domesticação, mas, sim, se concretiza no diálogo entre os que pouco sabem e os que pensam que nada sabem, pois todos sabem pouco e, juntos, podem saber mais (FREIRE, 1983).

Paulo Freire questiona os métodos tradicionais de ensino ao elucidar que o aprendizado só é realmente eficaz quando construído a partir da relação dialógica entre o aprendiz e a realidade que o cerca.

Educar e educar-se, na prática da liberdade, não é estender algo desde a “sede do saber”, até a “sede da ignorância” para “salvar”, com este saber, os que habitam nesta. Ao contrário, educar e educar-se, na prática da liberdade é tarefa daqueles que sabem

que pouco sabem - por isto sabem que sabem algo e podem assim chegar a saber mais – em diálogo com aqueles que, quase sempre, pensam que nada sabem, para que estes, transformando seu pensar que nada sabem em saber que pouco sabem, possam igualmente saber mais. (FREIRE, 2006, p.25)

Pensar a extensão universitária é, portanto, estabelecer esse elo entre a universidade e a sociedade para possibilitar que o estudante seja agente de seu próprio conhecimento, bem como agente transformador da realidade que o cerca. Além disso, a extensão possibilita à universidade o conhecimento engajado e socialmente responsável que guiará a produção do aprendizado voltado para superação das desigualdades sociais.

A extensão, assim, deve ser pensada pela gestão universitária como ponte entre universidade e comunidade e como parte essencial do tripé que a constitui, pois é por meio dela que a academia se torna capaz de atender às demandas sociais e se estabelece para além dos muros impostos pela pesquisa e pelo ensino. Além disso, a extensão possibilita que a universidade reflita acerca de políticas públicas realmente eficazes para a transformação social.

Nesse sentido, Darcy Ribeiro suscita questionamentos acerca da possibilidade de constituição da universidade como instrumento de mudança social. Para ele, é preciso que a universidade exerça o papel de instituição na qual o povo pode propor um projeto de desenvolvimento autônomo e socialmente responsável:

Cumprir perguntar: pode a Universidade converter-se em um instrumento de mudança intencional de nossas sociedades? A rigor, devemos responder que não já que as classes dominantes farão todo o possível para impedi-lo. Entretanto, as estruturas de poder não são nunca tão homogêneas e coerentes que consigam impor a vontade das classes dirigentes, a menos que a própria Universidade se faça cúmplice delas. Nos dois casos, da Universidade voltada à renovação necessária e no da Universidade a reboque, a situação será sempre conflitante. No primeiro caso, dados os tumultos provocados pelos interessados em manter o status quo, verão na Universidade seu principal inimigo. No segundo caso, a universidade será convulsionada pela juventude rebelada contra uma instituição que atraiçoa seus ideais. A opção como se vê não é entre a tranquilidade e o tumulto, mas entre duas ordens de tensão. Cabe ressaltar, entretanto, que os conflitos ativos da primeira ordem de tensões permitem à Universidade exercer, ao menos, o papel de última instituição oficial onde o povo e a nação podem propor-se um projeto próprio de desenvolvimento autônomo e autossustentado. (RIBEIRO, 1991, p. 22)

Para que a universidade se consolide como instituição capaz de promover esse diálogo com os diversos setores sociais de forma a viabilizar um projeto de desenvolvimento, conforme orienta Ribeiro (1991), é preciso que haja a aproximação necessária e a reflexão acerca de suas próprias ações. Nesse sentido, é preciso que a universidade estabeleça esse diálogo sem se considerar a parte forte, mas, sim, considerando que todos os atores sociais envolvidos nesse processo mutuamente se transformam (FORPROEX, 2013).

Superada a ideia da extensão universitária como função de estender um conhecimento pronto à comunidade, outro papel que tem sido relegado à extensão, mas não lhe cabe, é o de se estabelecer apenas como assistencialismo à população circunvizinha da universidade, como no caso das prestações de saúde e assistência jurídica. Conforme esclarecem Carbonari e Ferreira:

As atividades extensionistas foram muito criticadas pelo caráter assistencialista, paternalista e domesticador de comunidades, que marcou a história da extensão no Brasil. Em relação às universidades públicas também muito se criticou o fato das atividades surgirem para agregar as instituições aos programas do governo, configurando-se em atividades anuladoras de sua autonomia, muito burocratizada, submissa e descontínua. (CARBONARI; FERREIRA, 2007, p.25)

A extensão universitária tem papel fundamental para a formação humana e, portanto, não pode ser reduzida à prestação de serviços, mas deve se consolidar no diálogo entre universidade e comunidade, como um processo integrado. (GATTI, 2004). Nesse sentido, é preciso pensar a extensão como o lado mais humano da universidade pública, que está diretamente voltado para a intervenção social e para a transformação da realidade de desigualdade social vigente.

Relegar à extensão o papel apenas assistencialista, dessa forma, seria reduzir drasticamente seu papel de intervenção e transformação social. A assistência preza pela devolução à sociedade dos custos envolvidos na formação universitária, enquanto à extensão cabe, principalmente, a função de aproximar a comunidade da academia, fazendo com que a produção de conhecimento seja voltada à realidade social.

Dessa forma, os projetos e programas de extensão da universidade não podem se estabelecer apenas como prestação de serviços à comunidade, mas devem ocupar-se com a formação humana e com a intervenção social, conforme orienta Gatti (2004):

Programas de Extensão de Universidade não podem ser mera prestação de serviços. Por serem extensão universitária visam, de um modo ou de outro, à formação humana com diversos tipos de atuação/intervenção no social e, por essa razão, chamam por um modo de pensar e agir que os distingue dos programas de investigação científica e da fragmentação didática ou outras tantas que estruturam atualmente a vida acadêmica. (GATTI, 2004, p.25)

Assim, podemos concluir que nem o sentido de estender um conhecimento pronto à comunidade, conforme critica Paulo Freire, nem o assistencialismo, atendem às diretrizes traçadas para a extensão universitária. O objetivo primordial da extensão deve ser o diálogo

com a comunidade para que a produção de conhecimento e a elaboração de políticas públicas sejam fundamentados, de fato, na realidade da maioria da população.

Boaventura de Souza Santos (2008) corrobora com o pensamento de Paulo Freire ao elucidar que a complexidade dos saberes que se estabelece atualmente em nossa sociedade exige que a universidade se legitime a partir do aprofundamento das atividades de extensão de modo que passem a integrar permanentemente as atividades de pesquisa e de ensino. Para o autor, a demanda social que a universidade deve atender é multifacetada e depende, portanto, do estabelecimento cada vez mais concreto do viés social da universidade.

Dessa forma, por meio de ações extensionistas, a universidade se torna capaz de estabelecer uma relação que gere impacto e transformação social, pois a integração dos estudantes, docentes e técnicos-administrativos com a sociedade possibilita que a universidade tenha acesso constante e direto às necessidades reais e urgentes da população a qual faz parte, gerando, assim, produção de conhecimento, pesquisa e ensino responsável, ético e socialmente engajado.

A gestão da extensão universitária deve, portanto, “investir em elaboração das políticas públicas voltadas para a maioria da população, bem como para que ela se constitua como organismo legítimo para acompanhar e avaliar a implantação das mesmas”, (FORPROEX, 2012, p. 10), conforme destaca a Política Nacional de Extensão Universitária.

A Política Nacional da Extensão Universitária foi divulgada pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras – FORPROEX tendo por objetivo dar “materialidade ao compromisso das Universidades com a transformação da Universidade Pública, de forma a torná-la um instrumento de mudança social em direção à justiça, à solidariedade e à democracia” (FORPROEX, 2012, p.8) e ressalta que, no Brasil, ainda há muitos espaços em que a extensão universitária não foi normatizada ou ainda não é implementada.

O documento do Fórum dos Pró-Reitores destaca a importância da institucionalização das ações de extensão, bem como a necessidade de pensar métodos e indicadores para avaliação desses projetos. Nesse sentido, o Plano Nacional da Extensão estabelece como meta a construção de indicadores que viabilizem a avaliação objetiva dos projetos e programas de extensão.

Para viabilizar a discussão sobre a necessidade de avaliação dos projetos e programas de extensão, apresentaremos, a seguir, os principais marcos regulatórios da extensão no âmbito da Universidade de Brasília, bem como os conceitos apresentados pela Política Nacional de Extensão e pelo Plano Nacional de Extensão que serviram como fundamento à pesquisa.

2.3 Organização da Extensão Universitária

A Extensão Universitária se concretiza por meio da realização de programas, projetos, cursos de extensão, eventos, prestações de serviço e elaboração e difusão de publicações e outros produtos acadêmicos e se estabelece por meio das ações promovidas pelas Instituições de Ensino Superior Públicas. Cabe à universidade pública atuar, por meio dessas ações, para a consolidação das diretrizes propostas pela Política Nacional de Extensão de forma a promover a transformação social e a superação das desigualdades sociais.

A Política Nacional de Extensão destaca, assim, que a universidade, como instituição produtora de conhecimento, deve preocupar-se com a prática comprometida com a relevância e abrangência social das ações desenvolvidas. Dessa forma, é relevante considerar que a extensão universitária não pode se estabelecer sem a integração entre estudantes, professores e técnico administrativos, na busca pela formação cidadã (FORPROEX, 2012).

De acordo com o documento Extensão: Organização e Sistematização, do FORPROEX, a Política Nacional de Extensão é parte do compromisso assumido pelas Instituições Públicas de Ensino Superior, reunidas anualmente no Fórum, as quais se guiam pelo Plano Nacional de Extensão, publicado em novembro de 1999. O Plano estabelece diretrizes para a Extensão Universitária, as quais podem ser divididas entre quatro principais eixos: Impacto e transformação; Interação dialógica; Interdisciplinaridade e Indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão.

A diretriz de Impacto e transformação pretende estabelecer uma relação entre a universidade e os demais setores sociais, tendo em vista uma atuação transformadora, voltada, portanto, para as necessidades da maioria da população. Além disso, pretende subsidiar a implementação de desenvolvimento regional e de políticas públicas.

A diretriz Interação dialógica orienta que as relações entre universidade e sociedade devem se estabelecer com base no diálogo, ou seja,

Pela ação de mão-dupla, de troca de saberes, de superação do discurso da hegemonia acadêmica – que ainda marca uma concepção ultrapassada de extensão: estender à sociedade o conhecimento acumulado pela universidade – para uma aliança com movimentos sociais de superação de desigualdades e de exclusão. (FORPROEX, 2007, p.18).

A interdisciplinaridade deve orientar as ações de extensão, a qual, de acordo com FORPROEX (2007), é pautada pela interação entre modelos e conceitos complementares.

Assim, cabe aos gestores da extensão buscar a interinstitucionalidade, construída a partir da relação entre diferentes organizações, profissionais e pessoas.

A diretriz Indissociabilidade ensino – pesquisa – extensão, por sua vez, reafirma a extensão como processo acadêmico, o que estabelece que ela deve estar atrelada ao processo de formação e de produção de conhecimento, o qual se estabelece a partir do protagonismo do estudante. Nesse sentido, o FORPROEX (2007) destaca que o processo de flexibilização e curricularização da extensão é essencial nesse processo.

Considerando o proposto pelo Plano Nacional de Extensão, acerca da necessidade de criação de um sistema de informação que possibilitasse às IFES o registro das ações de extensão, viabilizando a padronização de termos e classificações, em 2003, o MEC apoiou a utilização do Sistema de Informação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) pelas instituições que compõem o FORPROEX. (FORPROEX, 2007)

O SIEXBRASIL é um sistema de informação que tem por objetivo padronizar, nacionalmente, a terminologia aplicada ao registro das ações de extensão. Dessa forma, pretendeu-se a formação de um cadastro único da Extensão Universitária no Brasil. O Sistema possibilita, portanto, que sejam registrados e consultados os dados acerca dos programas, projetos, cursos, eventos, prestação de serviços, publicações e outros produtos acadêmicos promovidos pelas universidades (FORPROEX, 2007).

Por meio do Sistema de Extensão são cadastradas as ações de extensão, as quais são enviadas através de formulário eletrônico pelo proponente e aprovadas pelo gestor local do sistema. Caso sejam aprovados, os dados são automaticamente registrados e passam a fazer parte, portanto, da base nacional de dados de extensão. A consulta a essas informações podem ser realizadas por toda a comunidade, independentemente de cadastro prévio.

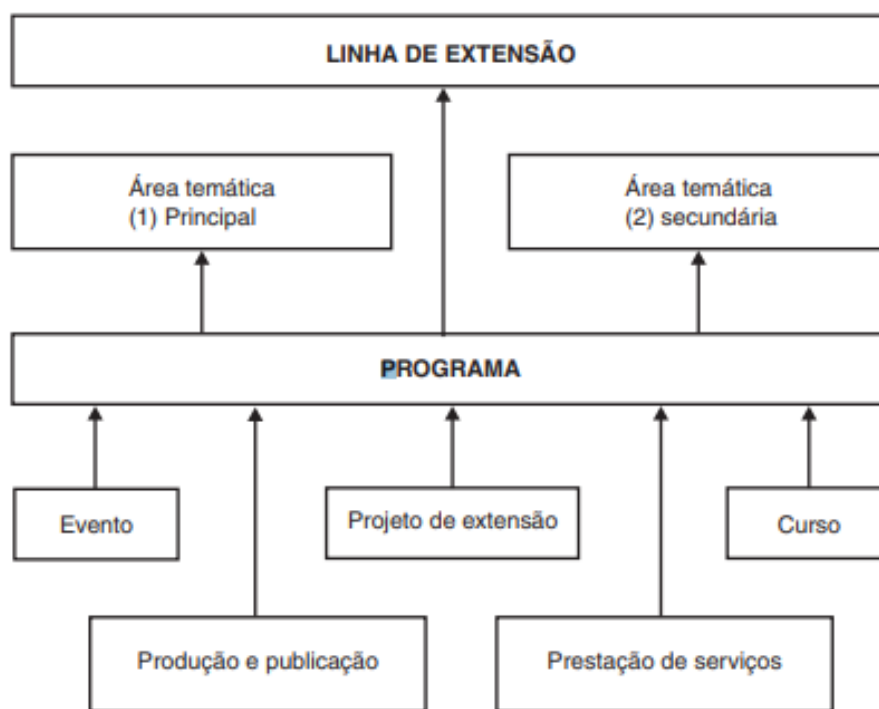
Para registro e sistematização das ações de extensão, o FORPROEX orienta que elas devem ser classificadas em áreas do conhecimento, área temática e linha de extensão. Conforme definição do CNPq, são áreas do conhecimento: Ciências Exatas e da Terra, Ciências Biológicas, Engenharia, Tecnologia, Ciências da Saúde, Ciências Agrárias, Ciências Sociais, Ciências Humanas, Linguística e Letras.

Além disso, a classificação deve considerar, também, a área temática da ação. Essa sistematização é feita com base no objeto ou assunto focado pela ação. As áreas temáticas são: Comunicação, Meio Ambiente, Cultura, Saúde, Direitos Humanos e Justiça, Tecnologia e Produção, Educação e Trabalho.

As linhas de Extensão, por sua vez, pretendem facilitar a construção de programas de extensão. É importante destacar que as linhas de extensão não são, necessariamente, vinculadas

a uma área temática específica. São exemplos de linhas de extensão: Alfabetização, leitura e escrita, Formação de professores, Línguas estrangeiras, Metodologias e estratégias de ensino/aprendizagem e desenvolvimento regional.

Figura 1 — Esquema geral de relacionamentos entre ações de extensão



Fonte: FORPROEX (2007)

O FORPROEX apresenta, também, a definição das ações de extensão, são elas: Programa, Projeto, Curso, Evento e Prestação de Serviço. Destacamos a seguir a classificação proposta pelo documento.

Tabela 1 — Classificação das Ações de Extensão

Programa	Conjunto articulado de projetos e outras ações de extensão (cursos, eventos, prestação de serviços), preferencialmente integrando as ações de extensão, pesquisa e ensino. Tem caráter orgânico-institucional, clareza de diretrizes e orientação para um objetivo comum, sendo executado a médio e longo prazo.
Projeto	Ação processual e contínua de caráter educativo, social, cultural, científico ou tecnológico, com objetivo específico e prazo determinado. O projeto pode ser: Vinculado a um programa (forma preferencial – o projeto faz parte de uma nucleação de ações) ou Não-vinculado a programa (projeto isolado).
Curso	Ação pedagógica, de caráter teórico e/ou prático, presencial ou a distância, planejada e organizada de modo sistemático, com carga horária mínima de 8 horas e critérios de avaliação definidos. ¹
Evento	Ação que implica na apresentação e/ou exibição pública, livre ou com clientela específica, do conhecimento ou produto cultural, artístico, esportivo, científico e tecnológico desenvolvido, conservado ou reconhecido pela Universidade
Prestação de Serviço	Realização de trabalho oferecido pela Instituição de Educação Superior ou contratado por terceiros (comunidade, empresa, órgão público, etc.); a prestação de serviços se caracteriza por intangibilidade, inseparabilidade processo/produto e não resulta na posse de um bem.

Fonte: FORPROEX (2007)

O foco desta pesquisa serão os projetos e programas de extensão, os quais são caracterizados, principalmente, pela ação continuada de médio ou longo prazo. Os programas de extensão podem ser definidos como conjunto de projetos e outras ações de extensão, preferencialmente associando as ações de extensão, pesquisa e ensino. Os projetos são definidos como ação processual e contínua de caráter educativo, social, cultural, científico ou tecnológico, com objetivo específico e prazo determinado.

As ações de extensão devem cumprir os objetivos propostos pela Política Nacional de Extensão, descritos na tabela a seguir:

¹ Observações: Ações dessa natureza com menos de 8 horas devem ser classificadas como “evento”. Prestação de serviço realizada como curso deverá ser registrada como curso. Curso presencial exige a presença do aluno durante toda a oferta da carga horária. Curso de extensão a distância é caracterizado pela não-exigência da presença do aluno durante toda a oferta da carga horária; as atividades presenciais (sessões de esclarecimento, orientação presencial, avaliação, etc) não devem ultrapassar 20% da carga horária total.

Tabela 2 — Objetivos das Ações de Extensão

Objetivos das Ações de Extensão			
1. Reafirmar a Extensão Universitária como processo acadêmico definido e efetivado em função das exigências da realidade, além de indispensável na formação do estudante, na qualificação do professor e no intercâmbio com a sociedade.	2. Conquistar o reconhecimento, por parte do Poder Público e da sociedade brasileira, da Extensão Universitária como dimensão relevante da atuação universitária, integrada a uma nova concepção de Universidade Pública e de seu projeto político-institucional;	3. Contribuir para que a Extensão Universitária seja parte da solução dos grandes problemas sociais do País;	4. Conferir maior unidade aos programas temáticos que se desenvolvem no âmbito das Universidades Públicas brasileiras;
5. Estimular atividades de Extensão cujo desenvolvimento implique relações multi, inter e ou <u>transdisciplinares</u> e interprofissionais de setores da Universidade e da sociedade;*	6. Criar condições para a participação da Universidade na elaboração das políticas públicas voltadas para a maioria da população, bem como para que ela se constitua como organismo legítimo para acompanhar e avaliar a implantação das mesmas;*	7. Possibilitar novos meios e processos de produção, inovação e disponibilização de conhecimentos, permitindo a ampliação do acesso ao saber e o desenvolvimento tecnológico e social do País;*	8. Defender um financiamento público, transparente e unificado, destinado à execução das ações extensionistas em todo território nacional, viabilizando a continuidade dos programas e projetos;
9. Priorizar práticas voltadas para o atendimento de necessidades sociais (por exemplo, habitação, produção de alimentos, geração de emprego, redistribuição de renda), relacionadas com as áreas de Comunicação, Cultura, Direitos Humanos e Justiça, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Produção, Trabalho;	10. Estimular a utilização das tecnologias disponíveis para ampliar a oferta de oportunidades e melhorar a qualidade da educação em todos os níveis;	11. Considerar as atividades voltadas para o desenvolvimento, produção e preservação cultural e artística como relevantes para a afirmação do caráter nacional e de suas manifestações regionais;*	12. Estimular a educação ambiental e o desenvolvimento sustentável como componentes da <u>atividade extensionista</u> .
13. Tornar permanente a avaliação institucional das atividades de Extensão Universitária como um dos parâmetros de avaliação da própria Universidade;*	14. Valorizar os programas de extensão interinstitucionais, sob a forma de consórcios, redes ou parcerias, e as atividades voltadas para o intercâmbio e a solidariedade;*	15. Atuar, de forma solidária, para a cooperação internacional, especialmente a latino-americana.	
FONTE: FORPROEX.			

Fonte: FORPROEX (2007)

2.3.1 Extensão Universitária na Universidade de Brasília

Evidenciados os parâmetros classificatórios utilizados pela Política Nacional de Extensão, para discutirmos um modelo avaliativo dos PEACs no âmbito da UnB, é relevante analisarmos as principais normativas que regem internamente as ações de extensão. Dessa forma, na Universidade de Brasília, as normativas que regem a extensão universitária são, principalmente, a Resolução CEPE nº 60/2015, a Resolução do Conselho Universitário (CONSUNI) nº 22/2000 e a Resolução da Câmara de Extensão (CEX) n. 01/2015.

A Resolução CEPE nº60/2015 estabelece os fundamentos, princípios e diretrizes para as atividades de extensão na UnB e destaca que “extensão, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino e pesquisa, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade.”

O § 2º da resolução CEPE nº 60/2015 orienta quais são os eixos integradores e os eixos áreas temáticas, os quais visam a articulação com as políticas públicas na atuação da extensão universitária:

Figura 2 — Eixos Integradores



Fonte: Elaborado pela autora (2019)

Figura 3 — Eixo áreas temáticas



Fonte: Elaborado pela autora (2019)

A resolução CEPE orienta, ainda, sobre a importância fundamental de que as ações extensionistas possibilitem a promoção da interação entre universidade e sociedade de forma que ambas sejam transformadas pela integração articulada entre ensino, pesquisa e extensão, através da arte, da ciência, da tecnologia e da inovação. A normativa do Conselho de Pesquisa classifica as ações de extensão em cinco diferentes grupos: Programas, Projetos, Cursos, Eventos e Prestação de Serviço.

O programa deverá ser composto por, no mínimo, dois projetos de extensão e ter duração de dois anos, no mínimo, e quatro anos no máximo, podendo ser renovado por mais quatro anos. O Projeto de extensão é definido como “ação de caráter educativo, social, cultural, científico, tecnológico ou de inovação tecnológica com objetivo específico e prazo determinado, renovável ou não, vinculado ou não a um Programa, que se integre às linhas de ensino e pesquisa desenvolvidas na UnB”.

Figura 4 — Programa de Extensão



Fonte: Elaborado pela autora (2019)

Cursos e eventos de extensão são ações pontuais. O curso tem caráter teórico ou prático e deve estar articulado a ações pedagógicas. Os eventos são de curta duração e não tem caráter

continuado, devem promover a apresentação de conhecimento ou produto científico, tecnológico ou de inovação conservado ou reconhecido pela universidade.

A Prestação de Serviço, conforme destaca a resolução CEPE: “objetiva o estudo e a solução de problemas dos meios profissional ou social e o desenvolvimento de novas abordagens pedagógicas e de pesquisa, bem como a transferência de conhecimentos e tecnologia à sociedade”.

A instância política máxima de deliberação das ações extensionistas na UnB, de acordo com a Resolução CEPE, é a Câmara de Extensão (CEX). Composta por representantes de todas as unidades da Universidade de Brasília. O Decanato de Extensão (DEX), por sua vez, é o responsável por promover as ações de extensão através dos institutos, faculdades e departamentos da universidade.

Na Universidade de Brasília (UnB), segundo a resolução CEPE nº60/2015, a extensão universitária “tem como objetivo primordial promover uma relação universidade/sociedade mutuamente transformadora, articulando ensino e pesquisa, por meio da arte, da ciência, da tecnologia e da inovação.”.

A normativa do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da UnB, em seu art. 15, destaca que cabe ao Decanato de Extensão implementar, criar e regulamentar os mecanismos de avaliação das atividades de extensão para subsidiar a construção de indicadores de extensão da UnB. A normativa orienta que cabe aos coordenadores de projetos, programas, cursos e eventos de extensão a elaboração de relatórios parciais e finais de avaliação visando ao aprimoramento das ações.

Além disso, a emissão de certificados, após o término da atividade de extensão, é condicionada à realização da avaliação pelos participantes, quando aplicável, e, obrigatoriamente, por meio de relatório, pelo Coordenador da atividade. Segundo a normativa, o Decanato de Extensão é responsável por implementar, criar, e regulamentar os métodos de avaliação das atividades de extensão, visando subsidiar a construção de indicadores de extensão da UnB.

De acordo com a resolução CEPE, os relatórios produzidos pelos coordenadores as ações de extensão serão aprovados pelos Colegiados de Extensão ou seus equivalentes e homologados por seus presidentes, além disso, orienta que deverá haver a sistematização desses dados pelos Colegiados de Extensão em relatório técnico que será encaminhado às Comissões de Área para subsidiar o aprimoramento e a formulação das políticas de extensão, discutidas no âmbito da Câmara de Extensão. O relatório técnico consolidado pelos Colegiados de Extensão, assim, comporá o relatório de produtividade a ser publicado anualmente pelo DEX.

A institucionalização das ações de Extensão, na Universidade de Brasília, é realizada por meio do Sistema de Extensão (SIEX). O Sistema, de acordo com o sítio do Decanato de Extensão, serve para submissão e inscrição de Propostas de Ações de Extensão. Entre outras informações, o SIEX registra o tipo de ação, Turmas, Alunos, Professores, Horários, Locais, Avaliações, Estatísticas, Certificações de Alunos e Professores que realizaram ações de Extensão. Além disso, a submissão de projetos, cursos, eventos de extensão e inscrições são feitos através do Sistema de Extensão (SIEX).

Figura 5 — Projeto de Extensão de Ação Contínua

Tabela 78 - Projeto de Extensão de Ação Contínua: Impactos Acadêmico e Social, 2013 a 2017

Ano	Público Atendido*	Número de Pessoas Envolvidas na Execução			
		Participação Interna (UnB)			Participantes Externos
		Docentes	Discentes	Técnicos Administrativos	
2013	145.639	1285	2.716	67	478
2014	196.822	2.257	3.594	107	831
2015	70.574	6.401	7.695	597	2199
2016	190.104	1.532	5.875	257	2143
2017	262.215	1.681	8.663	325	2592

*estimativa cadastrada no Sistema de Extensão

Fonte: SIEX

Fonte: Anuário estatístico da UnB 2018 (2019)

Na Universidade de Brasília, de acordo com relatório produzido pelo Decanato de Extensão, no período de 2016 a 2018, estão em atividade trezentas e vinte e quatro ações (324), entre projetos e programas de ação contínua (PEACs), em áreas como Saúde, Direitos Humanos, Justiça, Tecnologia e Cultura.

De acordo com anuário estatístico da UnB 2018, no ano de 2017, mais de cento e quarenta mil pessoas, entre docentes, discentes, técnicos administrativos e comunidade externa, participaram ou estiveram envolvidas na execução de projetos e programas de extensão universitária promovidos pela Universidade de Brasília.

Tabela 3 — Ações de Extensão por Centro Custo

Unidade	Quantidade
Biblioteca Central - BCE	13
Centro de Desenvolvimento Sustentável	7
CDT Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico	51
CEAD Centro de Educação a Distância	7
Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares	44
CER Centro de Estudos do Cerrado da Chapada dos Veadeiros	2
CET Centro de Excelência em Turismo	7
CPAB Centro de Pesquisa e Aplic de Bambu e Fibras Naturais	1
CPD Centro de Informática	2
DAC Decanato de Assuntos Comunitários	38
DAT Centro de Pesquisa e Opinião Pública	1
DEG Decanato de Graduação	10
DEX Decanato de Extensão (DTE, CAL, INTERFOCO)	54
DPG Decanato de Pós	1
DPO Decanato de Planejamento e Orçamento	1
EDU Editora Universidade de Brasília	3
FAC Faculdade de Comunicação	33
FACE Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência da Informação e Documentação	53
FAU Faculdade de Arquitetura e Urbanismo	16
FAV Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária	37
FCE Faculdade UnB Ceilândia	157
FCI Faculdade de Ciências da Informação	6
FD Faculdade de Direito	23
FE Faculdade de Educação	52
Faculdade de Educação Física	72
FGA Faculdade UnB Gama	27
FM Faculdade de Medicina	41
FS Faculdade de Ciências da Saúde	108
FT Faculdade de Tecnologia	36
FUP Faculdade UnB Planaltina	85
HUB Hospital Universitário de Brasília	2
IB Instituto de Ciências Biológicas	12
IDA Instituto de Artes	105
IE Instituto de Ciências Exatas	26
IF Instituto de Física	8

IG Instituto de Geociências	8
IH Instituto de Ciências Humanas	34
IL Instituto de Letras	178
Instituto de Psicologia	23
IPOL Instituto de Ciência Política	6
IQ Instituto de Química	9
IREL Instituto de Relações Internacionais	10
GRE Gabinete da Reitora	2
PRC Prefeitura da UnB	1
UnB Universidade de Brasília	22
Total: 1448	

Fonte: Anuário Estatístico da UnB 2018. (2019)

Dessa forma, conforme Anuário Estatístico da UnB 2018, no ano de 2017, a unidade da UnB que mais promoveu projetos e programas de extensão, em 2017, foi o Instituto de Letras (IL), tendo realizado 178 ações, entre PEACs, eventos, cursos e outras modalidades extensionistas. A respeito dos Projetos e Programas de Extensão, a unidade que tem maior número de PEACs vigentes é a Faculdade de Ceilândia (FCE), tendo em atividade oitenta e sete (87) PEACs. A FCE conta com seis cursos na área de Saúde: Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Saúde Coletiva e Terapia Ocupacional, além de cinco cursos de pós-graduação.

Tabela 4 — Nº de Projetos e Programas de Extensão de Ação Contínua por Centro de Custo.

Unidade	Nº de Projetos e Programas de Extensão de Ação Contínua
FAC Faculdade de Comunicação	6
FACE Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência da Informação e Documentação	14
FAU Faculdade de Arquitetura e	5
FAV Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária	25
FCE Faculdade UnB Ceilândia	87
FCI Faculdade de Ciência da Informação	0
FD Faculdade de Direito	11
FE Faculdade de Educação	16
FEF Faculdade de Educação Física	28

Unidade	Nº de Projetos e Programas de Extensão de Ação Contínua
FGA Faculdade UnB Gama	16
FM Faculdade de Medicina	13
FS Faculdade de Ciências da Saúde	53
FT Faculdade de Tecnologia	11
FUP Faculdade UnB Planaltina	31
HUB Hospital Universitário	0
IB Instituto de Ciências Biológicas	6
ICS Instituto de Ciências Sociais	3
IDA Instituto de Artes	30
IE Instituto de Ciências Exatas	11
IF Instituto de Física	5
IG Instituto de Geociências	5
IH Instituto de Ciências Humanas	11
IL Instituto de Letras	16
INT Assessoria de Assuntos Internacionais	1
IPOL Instituto de Ciência Política	2
IP Instituto de Psicologia	15
IQ Instituto de Química	8
IREL Instituto de Relações Exteriores	2
UnB Universidade de Brasília	0
Total Geral	508

Fonte: Anuário Estatístico da UnB 2018. (2019)

2.4 Avaliação da Extensão Universitária: Reflexões sobre o Fazer Extensionista

Para refletir sobre a avaliação da extensão, de acordo com Sousa e Meirelles (2013), é preciso ter em mente que a extensão guarda particularidades para sua institucionalização, o que a diferencia do Ensino e da Pesquisa. Institucionalizar a extensão é, assim, essencial para a realização de ações de qualidade.

A institucionalização da extensão no Brasil, de acordo com Nogueira (2005), é recente. A autora afirma que o Plano de Trabalho de Extensão Universitária, divulgado pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) no ano de 1975, trata a institucionalização das ações de extensão em dois diferentes níveis. Para as universidades o documento do MEC orienta que seja criada

uma estrutura central responsável pela extensão, que deve se estabelecer em constante interação com o ensino e a pesquisa. No MEC, por outro lado, a Coordenação de Atividades de Extensão (CODAE), criada em 1974, assume a coordenação das atividades de extensão das universidades (NOGUEIRA, 2005).

O FORPROEX (2013) destaca que a construção de um sistema eficiente de registro das ações de extensão pode ser uma fonte de dados relevante para aferir a eficiência e eficácia das atividades. O documento Avaliação da Extensão Universitária esclarece que as universidades poderão criar instrumentos próprios de avaliação, além de definirem a estrutura do sistema de registro. Nesse caso, a avaliação de efetividade e de impacto será realizada através dos dados coletados, os quais deverão ser sistematicamente reunidos ao longo do processo da ação de extensão.

A Política Nacional de Extensão orienta que as universidades devem produzir tecnologias, teorias e processos, bem como profissionais capazes de oferecer soluções aos governos e impulsionar o desenvolvimento do país. É necessário, para tanto, que esse desenvolvimento não fique restrito à esfera econômica, mas seja sustentável e esteja aliado aos valores e interesses sociais. Para o cumprimento dessa missão, a Extensão Universitária é indispensável, sem ela, a universidade se torna isolada e, portanto, incapaz de oferecer o conhecimento, as tecnologias e os profissionais necessários ao desenvolvimento.

Avaliar a extensão universitária passa, portanto, pelo reconhecimento da necessidade de aferir a quais objetivos e propósitos têm servido as ações de extensão. Nesse sentido, a análise do impacto dos projetos e programas de extensão deve considerar os meios para aferir a efetividade dessas ações. Figueiredo e Figueiredo (1986, p.110) afirmam que a “avaliação de processos visa a aferição da eficácia”, dessa forma, a avaliação das ações de extensão deve estar, necessariamente, atrelada à noção de eficácia. A avaliação de um programa tem por objetivo, portanto, analisar a simetria entre a execução do projeto e os seus resultados.

Conforme orienta Lima Júnior (1978, p. 4),

A análise crítica do programa (política) com o objetivo de apreender, principalmente, em que medida as metas estão sendo alcançadas, a que custo, quais os processos ou efeitos colaterais que estão sendo ativados (previstos ou não previstos, desejáveis ou não desejáveis) indicando novos custos de ação mais eficazes. (LIMA JÚNIOR, 1978, p. 4).

Nesse sentido, Cohen e Franco (1993, p. 102) elucidam que a eficácia se relaciona com o “grau em que se alcançam os objetivos e metas de um programa ou projeto na população beneficiária, em um determinado período de tempo, independentemente dos custos

implicados”. Para Fagundes e Moura (2009), por sua vez, a avaliação da eficácia deve ir além da aferição dos efeitos diretos de alcance das metas propostas por um programa ou política, como, por exemplo, medir quantitativamente o número de beneficiários atingidos, mas deve preocupar-se, também, em verificar seus efeitos indiretos.

Minayo (2009) esclarece que a avaliação de políticas públicas tem se mostrado cada vez mais necessária, pois avaliar possibilita que os técnicos responsáveis por determinada política sejam capazes de realizar um diagnóstico da situação, possibilitando, assim, o reajuste dos métodos utilizados para alcance do objetivo proposto, além de viabilizar a constante verificação do uso dos recursos disponibilizados.

A avaliação, assim, deve ser pensada como técnica e estratégia investigativa, pois se constitui como processo sistemático de questionar sobre o mérito e a relevância de determinado assunto, proposta ou programa, devendo ser útil, viável, ética e precisa (MINAYO, 2005; PENNA FIRME, 2003).

Bernadete Gatti (2004, p. 25) destaca que a avaliação da extensão universitária deve considerar que ela é um processo complexo, “multienvolvente”, e por isso deve-se ir além dos indicadores clássicos da extensão: quantidade da oferta, quantidade de atendimento/atingimento, tipos de ações, escala de opiniões, infra-estrutura e gestão e custos. Para ela, o que se busca na avaliação dos programas de extensão é a aferição da efetividade.

O FORPROEX (2013) orienta que a avaliação da eficácia, eficiência e efetividade das ações extensionistas é essencial, pois a extensão universitária é dimensão essencial da educação, sua valorização e institucionalização, assim, são indispensáveis. Como afirma Sobrinho *apud* Nogueira (2013, p.6), a avaliação é um feito complexo, considerando não apenas seus métodos, mas, “sobretudo no que se relaciona com a intencionalidade filosófica e política imprimida às suas práticas”.

Nesse sentido, Nogueira (2013, p.19), afirma que é preciso considerar a avaliação como processo não apenas técnico, mas, sobretudo, político. Assim, o processo avaliativo deve se estabelecer na universidade como processo contínuo, qualitativo e quantitativo, o qual deve buscar “nortear políticas, redirecionar rumos e democratizar informações.”. Dessa forma, faz-se relevante considerar que a avaliação da extensão pretende se estabelecer como parte do processo de avaliação da própria universidade pública, conforme consta na Política Nacional de Extensão.

Santos Júnior (2013, p. 301) esclarece que os principais indicadores de avaliação da extensão universitária, atualmente, se restringem à análise de dados como o número de bolsas acadêmicas, recursos financeiros investidos na área, indicação de áreas temáticas e número de

trabalhos acadêmico-científico decorrentes das ações extensionistas. Para o autor, a avaliação da extensão parece centrada “numa visão de Universidade produtivista sem qualquer preocupação com a relação de troca de informações entre Universidade-sociedade”.

Nesse sentido, Gatti (2011), alerta para a necessidade de ir além de uma simples constatação de dados. Em seu texto, a autora suscita diversos questionamentos acerca do propósito e da natureza das ações da universidade. Além disso, Gatti orienta que é preciso que a avaliação das ações de extensão considere o envolvimento dos participantes, incluindo os beneficiários. Nesse sentido, para a autora, é relevante considerar uma “avaliação participativa”. Sobre essa modalidade de avaliação, Gatti (2014) esclarece que:

Os processos de avaliação participativa constituem-se em aprendizagem social, e por isso essa modalidade avaliativa agrega valor às instituições, aos seus trabalhos, programas ou projetos. Nessa modalidade se reconhece a existência de um pluralismo de valores e de interesses, instaurando-se não um interrogatório, mas, um diálogo, uma troca de informações, concepções, interpretações e reações. Há um compartilhamento do controle e do uso dos achados, onde os conceitos básicos a considerar são: negociação, acessibilidade e direito à informação. A avaliação participativa requer, na condução de seu processo, momentos de recuo crítico, uma reflexão menos apaixonada das práticas, com explicitação das contradições no nível das ações-reações. (GATTI, 2014, p.1)

Sobre o conceito de avaliação participativa, Paim, Kovaleski e Moretti-Pires (2016, p. 171) orientam que essa modalidade de avaliação pretende que a construção do processo avaliativo seja realizada em conjunto com outros atores sociais, além dos avaliadores, como a comunidade, os trabalhadores e os gestores. Os autores destacam que a avaliação participativa sugere, assim, uma nova perspectiva da prática de pesquisa, pois pretende o “fazer junto”, oferecendo, dessa forma, “a oportunidade de setores marginalizados influenciarem a formulação, a execução e a avaliação de políticas sociais.”

Carvalho (1999), por sua vez, orienta que a avaliação participativa diminui o risco de um processo avaliativo se manter periférico, pois aprimora “o grau de legitimidade alcançado na instituição e na comunidade e o grau de adesão ou resistência dos agentes que o movem produzindo esta ou aquela dinâmica” (CARVALHO,1999, p.93).

A participação, de acordo com Furtado e Campos (2008, p.2) é condição necessária para uma política realmente comprometida com mudanças sociais. Dessa forma, a avaliação participativa atende a essa exigência, pois possibilita o “fazer junto”, oferecendo a possibilidade dos diversos setores sociais participarem da avaliação de políticas sociais.

Para Leite *et al.* (2007), a participação de diferentes protagonistas nos processos avaliativos, e não apenas de experts, fortalece o processo, pois amplia e sistematiza os diversos

conhecimentos acerca do objeto ou fenômeno analisado. Desse modo, conforme orientado por Freire (2000), é preciso que o conhecimento se estabeleça por meio de uma construção coletiva e não, simplesmente, da “extensão” de um conhecimento pronto de um canto a outro.

Nesse sentido, Paim, Kovakeski e Moretti-Pires (2016), esclarecem que a avaliação participativa se torna uma construção coletiva, composta por diferentes atores, os quais integram não apenas a coleta de dados, mas participam do debate e da construção coletiva do conhecimento. Além disso, os autores esclarecem que esse modelo avaliativo auxilia a melhor compreensão dos problemas pelo grupo e os incentiva a pensarem em alternativas para transformação dessa realidade.

A avaliação participativa, assim, deve ir além do acúmulo de dados, pretendendo estabelecer uma solução comum. Por isso, a conversa com diferentes atores, no qual o avaliador cumpre apenas o papel de mediador da avaliação. Essa participação possibilita, portanto, que o programa seja potencializado, o que aumenta a propriedade por parte do coletivo e a credibilidade dos resultados (PAIM, M. B.; KOVA LESKI, D. F.; MORETTI-PIRES, R. O., 2016).

A respeito da forma como a avaliação participativa pode se estabelecer, Ceccim e Feuerwerker (2004) orientam que a roda de conversa é uma possibilidade que alimenta os circuitos de troca e serve para mediar aprendizagens e associar competências. Para eles, o fato de os atores estarem em roda possibilita que se criem outras possibilidades à realidade vigente, pois, em roda, todos têm poderes iguais sobre o território em que falam.

Nesse sentido, destaca-se a importância da participação da comunidade na avaliação dos projetos e programas de extensão, tendo em vista que,

A relação da universidade com a comunidade se fortalece pela Extensão Universitária, ao proporcionar diálogo entre as partes e a possibilidade de desenvolver ações sócio-educativas que priorizam a superação das condições de desigualdade e exclusão ainda existentes. E, na medida em que socializa e disponibiliza seu conhecimento, tem a oportunidade de exercer e efetivar o compromisso com a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos. (ROCHA *apud* SILVA, 2011, p.2).

Avaliar os projetos e programas de extensão, assim, conforme orienta Gatti (2014, p.3) deve conduzir a universidade à resposta dos seguintes questionamentos:

Qual o propósito e a natureza dos estudos e das ações universitárias em um momento de aceleradas mudanças, com a estrutura universitária que temos e as condições sociais que vivemos? Que valor esperamos que esse trabalho tenha? Que valor tem, realmente, para as pessoas e a sociedade? Como a universidade pode responder à heterogeneidade de condições socioculturais? (GATTI, 2014, p. 3)

Além disso, conforme destaca o FORPROEX (2013), somente através do debate dos diferentes atores é que a universidade pode avançar na formulação da política institucional da extensão. Para isso, é necessário que a gestão universitária busque entender quais são os objetivos perseguidos? Quais dados têm acerca de suas ações? E, principalmente, como podem ser avaliados os efeitos e os impactos da extensão dentro e fora da universidade?

Dessa forma, refletir acerca dos métodos avaliativos da extensão universitária na UnB possibilitará que a gestão universitária alcance os objetivos propostos pela Política Nacional de Extensão, bem como integrará a universidade à comunidade, viabilizando a construção de políticas públicas socialmente éticas e responsáveis, além de dar visibilidade e transparência aos projetos e programas que interferem positivamente na sociedade, mas, ainda hoje, não são devidamente reconhecidos.

O Plano Nacional de Extensão Universitária destaca como agenda estratégica o objetivo de incorporar a “Extensão Universitária no processo de avaliação da Educação Superior, com definição de indicadores, metodologias e instrumentos, e apoio à implantação de sistemas de informação e gestão informatizados no conjunto das instituições”.

Segundo o documento, a concretização dessa iniciativa, assim como os outros objetivos propostos, pretende produzir mudanças nas políticas, na organização e na gestão da Extensão Universitária. A produção de conhecimento capaz de gerar transformação na forma como a extensão é registrada e avaliada nas universidades públicas é um desafio urgente, pois faz parte dos objetivos traçados pela Política Nacional de Extensão, além de ser pré-requisito para a normatização e a consolidação das ações extensionistas nas universidades.

A importância da avaliação, como meio de aferir a eficácia dos projetos e programas de extensão, e a necessidade de tornar a avaliação dos PEACs cada vez mais participativa, ou seja, integradora dos diversos atores que participam das ações de extensão, destacamos que o Plano Nacional de Extensão Universitária (2009) orienta que a avaliação das ações extensionistas possibilitará às universidades normatizar e implementar a extensão, além de viabilizar a divulgação e transparência do impacto social gerado pela extensão universitária.

Para que a Universidade de Brasília ocupe seu lugar como protagonista na construção de políticas públicas voltadas à transformação social, por meio das ações extensionistas, faz-se necessário que sejam consolidados e fortalecidos os mecanismos para a avaliação da extensão Universitária. Além disso, a gestão universitária deve preocupar-se com a proposição de uma avaliação que integre e conduza ao “fazer junto”.

A avaliação das atividades de extensão da Universidade de Brasília deve considerar a eficácia dos programas e Projetos extensionistas, bem como os objetivos propostos e os

resultados da sua atuação, pois a verificação do cumprimento dos compromissos traçados pela política extensionista possibilitará à universidade a interação necessária com a comunidade.

A avaliação das ações extensionistas da UnB, assim, deve ir além do mero registro das atividades, como meio burocrático de institucionalização e certificação das atividades, devendo ser instrumento para um processo reflexivo e crítico, como parte da gestão universitária e da política extensionista a que se pretende atender. Além disso, deve aproximar a comunidade externa de suas práticas, pois só assim será concretizada a diretriz de transformação social prevista para a extensão universitária.

A necessidade de sistematizar a avaliação das ações de extensão é, conforme dito anteriormente, um dos desafios propostos pelo Plano Nacional de Extensão às universidades públicas brasileiras. A complexidade da construção de parâmetros para a avaliação, de acordo com FORPROEX (2013) se dá ao fato de que o papel da extensão é multidimensional, justamente por isso é que se dá a necessidade de refletir permanentemente sobre o próprio fazer extensionista.

Avaliar e como avaliar a extensão permitirá, de acordo com o documento Avaliação da Extensão, a superação da ideia das ações de extensão como “terceira função”, em comparação aos pares Ensino e Pesquisa. O FORPROEX destaca que, para avaliar as ações de extensão é preciso compreendê-la “como uma ação acadêmica de formação efetiva que representa a troca de necessidades e benefícios entre a universidade e a sociedade”(FORPROEX, 2013, p. 15).

Dessa forma, como proposto pelo Fórum, é preciso que a gestão universitária reflita sobre a avaliação das ações de extensão, pensando, assim, quais métodos serão utilizados para responder ao questionamento de como se deve avaliar. Diagnosticar o impacto e a transformação gerados pelos projetos e programas, devido à complexidade própria do fazer extensionista, não é uma tarefa fácil.

3 PERCURSO METODOLÓGICO

Este capítulo relata os procedimentos utilizados para a realização da pesquisa, delineando o tipo, descrevendo o local da pesquisa, os sujeitos participantes e as técnicas e os procedimentos utilizados para a coleta e análise das informações.

3.1 Tipo de pesquisa

Objetivando atender ao problema e objetivos propostos, optou-se pela realização de revisão sistemática. Esse tipo de pesquisa caracteriza-se pela abordagem qualitativa, a partir de um estudo crítico-descritivo das produções acadêmicas. De acordo com Gil (2008, p. 50), “a principal vantagem da pesquisa bibliográfica, reside no fato de permitir ao investigador, a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente”.

O estudo realizado por meio da revisão sistemática permitiu uma visão ampla acerca da avaliação em extensão, pois possibilitou compreender as tendências das pesquisas no período escolhido.

Além da realização da revisão sistemática, foi realizado grupo focal com os servidores do Decanato de Extensão, a fim de responder aos questionamentos acerca da avaliação dos PEACs atualmente realizada pela Universidade de Brasília, o que possibilitou, também, suscitar possibilidades para a proposição de um novo parâmetro avaliativo para as ações de extensão na UnB.

Denota-se, assim, uma pesquisa de abordagem qualitativa, exploratório-analítica. O enfoque qualitativo pode ser conceituado como “um meio para explorar e para entender o significado que os indivíduos ou os grupos atribuem a um problema social ou humano” (CRESWELL, 2007, p. 43).

Já a característica exploratória se constitui, consoante Gil (2008), em um método relacionado aos objetivos, visando proporcionar maior familiaridade com o problema da pesquisa, explicitando-o. Por sua vez, o procedimento de observação utilizado foi o estudo de caso que, segundo Yin (2015), é uma estratégia de investigação que pesquisa um fenômeno contemporâneo dentro de um contexto fático.

3.2 Lócus da pesquisa

A Fundação Universidade de Brasília foi instituída pela Lei nº 3.998, de 15 de dezembro de 1961, tendo como um dos objetivos criar e manter a Universidade de Brasília, instituição de ensino superior de pesquisa e estudo em todos os ramos do saber e de divulgação científica, técnica e cultural, conforme art. 3º da referida Lei.

Por sua vez, o Estatuto e Regimento Geral da Universidade de Brasília, em seu art. 3º, estabelece como finalidades essenciais da instituição o ensino, a pesquisa e a extensão, integrados na formação de cidadãos qualificados para o exercício profissional e empenhados na busca de soluções democráticas para os problemas nacionais.

Na Universidade de Brasília, de acordo com relatório produzido pelo Decanato de Extensão, no período de 2016 a 2018, estão em atividade trezentas e vinte e quatro ações (324), entre projetos e programas de ação contínua (PEACs), em áreas como Saúde, Direitos Humanos, Justiça, Tecnologia e Cultura.

Conforme organograma funcional elaborado pelo Decanato de Planejamento, Orçamento e Avaliação Institucional (DPO), a Universidade de Brasília encontra-se estruturada nos seguintes Decanatos:

- a) Decanato de Ensino e Graduação;
- b) Decanato de Extensão;
- c) Decanato de Pós-Graduação;
- d) Decanato de Pesquisa e Inovação;
- e) Decanato de Assuntos Comunitários;
- f) Decanato de Gestão de Pessoas;
- g) Decanato de Administração;
- h) Decanato de Planejamento, Orçamento e Avaliação Institucional.

O objeto desta pesquisa compreende as atribuições do Decanato de Extensão, sendo esta a unidade responsável pela promoção dos projetos e programas extensionistas da Universidade, estando dividida em três Diretorias, quais sejam: a) Diretoria Técnica de Extensão; b) Diretoria de Desenvolvimento e Integração Regional e Diretoria de Difusão Cultural.

3.3 Sujeitos da pesquisa

A seleção dos participantes seguiu os parâmetros recomendados por Creswell (2007), segundo o qual a escolha deve ser realizada de maneira proposital, considerando os indivíduos diretamente envolvidos com a matéria objeto do estudo. Desta forma, o grupo focal contou com a participação de servidores do Decanato de Extensão da Universidade de Brasília, conforme disposição constante no quadro abaixo:

Quadro 1 — Distribuição dos participantes do grupo focal por lotação

Participantes	Lotação no Decanato de Extensão
Participante 1	Diretoria Técnica de Extensão (DTE)
Participante 2	Diretoria Técnica de Extensão (DTE)
Participante 3	Diretoria Técnica de Extensão (DTE)
Participante 4	Diretoria de Desenvolvimento e Integração Regional (DDIR)
Participante 5	Diretoria de Desenvolvimento e Integração Regional (DDIR)
Participante 6	Diretoria de Desenvolvimento e Integração Regional (DDIR)

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

3.4 Técnicas e procedimentos de coleta de dados

Para o atendimento dos objetivos geral e específicos deste estudo foram utilizadas as seguintes técnicas de pesquisa: 1) pesquisa bibliográfica e documental; 2) grupo focal; e 3) Revisão Sistemática.

Creswell (2007) assevera que a pesquisa bibliográfica possui o escopo de aprofundar a compreensão do objeto da pesquisa, estruturando o problema de pesquisa a ser investigado. Ademais, esta técnica auxilia a elaboração do roteiro do grupo focal. Ressalta-se, ainda, que a pesquisa bibliográfica, pautada no conjunto científico existente acerca de um tema, possibilita o estudo e o exame das informações, constituindo etapa precípua para a construção do referencial teórico (MARCONI; LAKATOS, 2003).

Desta forma, efetuou-se a pesquisa documental em leis, decretos, resoluções, documentos do FORPROEX, relatórios de gestão e demais documentos da Universidade de Brasília. Saliente-se que todos os materiais examinados são públicos e encontram-se disponibilizados em sítios eletrônicos governamentais.

A realização da Revisão sistemática teve por base a orientação de Takahashi *et al.* (2011), os quais esclarecem que esse tipo de análise serve de apoio para a Prática Baseada em Evidência e surge da necessidade de resumir uma gama de informação científica, possibilitando, assim, que o pesquisador tenha subsídios para fundamentar propostas de melhorias, além da implementação e da avaliação dos resultados alcançados.

Assim, de acordo com Takahashi *et al.* (2011) a revisão sistemática é uma metodologia de estudo que possibilita: detectar estudos acerca de um tema por meio de métodos explícitos e sistematizados de busca; avaliar a qualidade e validade dos estudos, assim como sua aplicabilidade na área em que as mudanças devem ser executadas, tendo por objetivo selecionar os estudos que oferecerão as melhores evidências científicas e disponibilizar sua síntese.

Para a realização da revisão sistemática, foram selecionados trabalhos acadêmicos publicados no período de 2008 a 2018, tendo em vista a importância de verificar a tendência das mais recentes pesquisas científicas acerca do tema avaliação em extensão universitária. Para a seleção da produção científica foi selecionada a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD).

A revisão sistemática foi realizada através de métodos sistematizados, com análise e apreciação crítica dos trabalhos selecionados (SAMPAIO; MANCINI, 2007). O levantamento das publicações foi realizado na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), devido à qualidade das publicações que se encontram disponíveis nesse sítio, bem como à credibilidade das instituições vinculadas a essa base, além da ampla produção científica que se encontra disponível para pesquisa.

Para a realização da revisão sistemática foram seguidas as seguintes etapas: Busca de evidências por meio da seleção de teses, dissertações, publicadas no período de 2008 a 2018, no site do IBICT, por meio das palavras-chave “Extensão Universitária”, “Avaliação” e “Avaliação Participativa”, por se referirem aos objetivos desse estudo. Foram aplicados os filtros em relação ao idioma, língua portuguesa, e aos anos de publicação - 2008 a 2018.

Após o levantamento da produção científica, foram selecionados textos com base no critério de inclusão e exclusão, a partir da verificação dos títulos dos trabalhos, excluindo-se, assim, do estudo a produção que não correspondia à proposta dessa revisão. Após essa análise inicial, foram analisados os resumos dos estudos, bem como o contexto das pesquisas realizadas, para que não fossem excluídos estudos importantes para essa revisão sistemática. (SAMPAIO; MANCINI, 2007).

Dessa forma, foram incluídos os trabalhos que se relacionaram à Avaliação em Extensão Universitária, bem como Avaliação Participativa em Extensão Universitária, assim, os

trabalhos que não se encaixaram nessa seleção, foram excluídos. Por fim, após a seleção das produções acadêmicas, foi realizado o refinamento dos dados coletados e a categorização dos textos, a partir de uma avaliação crítica dos temas abordados.

Por sua vez, o grupo focal foi realizado com 06 servidores do Decanato de Extensão da Universidade de Brasília que atuam diretamente na gestão de projetos de extensão na instituição. Consoante Powell e Single (1996, p. 449), “grupo focal é um conjunto de pessoas selecionadas e reunidas por pesquisadores para discutir e comentar um tema, objeto da pesquisa, a partir de sua experiência pessoal”. Para os autores, o grupo focal proporciona uma discussão interpessoal e, conseqüentemente, gera uma riqueza de detalhes sobre as experiências dos participantes.

A condução do Grupo Focal foi realizada pela própria pesquisadora, na qualidade de moderadora, pautando-se pelo princípio da não-diretividade, ou seja, sem interferências indevidas, mas ativamente presente para assegurar a participação efetiva de todos. O roteiro do grupo focal (Apêndice A) fora elaborado em observância aos objetivos da pesquisa, contendo os seguintes quesitos, conforme quadro abaixo:

Quadro 2 — Quesitos e objetivos do grupo focal

Quesito	Objetivo
Como é a avaliação dos projetos de extensão da UnB atualmente?	Diagnosticar a metodologia atual da Universidade de Brasília para avaliar ações extensionistas;
Quais são os atores envolvidos na avaliação? A perspectiva da comunidade interna e externa é considerada nesta metodologia?	Verificar se existe participação da comunidade externa no processo de avaliação dos projetos de extensão.
O SIEX realiza o registro e sistematização dos participantes da comunidade interna e externa nos projetos e programas de extensão? Caso negativo, como poderia ser realizada esta sistematização?	Diagnosticar a metodologia atual da Universidade de Brasília para avaliar ações extensionistas e investigar a perspectiva da comunidade externa acerca da atuação da Universidade de Brasília em projetos e programas de extensão;
Qual parâmetro avaliativo poderia ser utilizado para a consolidação de um novo modelo que considere todos os atores envolvidos nos PEACs?	Propor uma avaliação que considere a escuta da comunidade interna e externa como meio para alcançar a eficácia da atuação extensionistas.
A partir da avaliação atualmente realizada, a UnB torna público o impacto do alcance dos objetivos	Propor uma avaliação que considere a escuta da comunidade interna e

Quesito	Objetivo
propostos inicialmente pelo Coordenador do PEAC? Caso negativo, como poderia ser realizada esta publicização?	externa como meio para alcançar a eficácia da atuação extensionistas.
Quais principais aspectos devem ser avaliados para mensurar a efetividade de um projeto ou programa de extensão?	Propor uma avaliação que considere a escuta da comunidade interna e externa como meio para alcançar a eficácia da atuação extensionistas.

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Conforme preconizado por Gatti (2005), a seleção dos participantes do Grupo Focal deve possuir características homogêneas, mas com suficiente variação para que o debate tenha opiniões distintas. Desta forma, o grupo escolhido pela pesquisadora pode ser considerado homogêneo em função de todos serem servidores do Decanato de Extensão da Universidade de Brasília, e também pode ser considerado variado, pois os servidores possuem idades, tempo de serviço na instituição e escolaridade diferentes.

A pesquisadora convidou, pessoalmente, cada participante, informando o local, data e hora do encontro. A sala de reunião supriu com êxito o objetivo do debate, sendo climatizada, contendo cadeiras apropriadas, mesa e água para os participantes. A autorização para gravação foi solicitada antes do início do debate. Todas as manifestações efetuadas no debate foram gravadas, visando facilitar a análise posterior. Por fim, todas as gravações foram apagadas por questão de sigilo e ética de pesquisa.

3.4.1 Revisão Sistemática

Para a seleção dos trabalhos acadêmicos publicados nos anos de 2008 a 2018 no site do IBICT, realizou-se uma busca inicial dos trabalhos por meio das palavras-chave “Extensão Universitária” e “Avaliação Participativa”, posteriormente, foi realizada nova pesquisa por meio dos campos “Avaliação” e “Extensão Universitária”, as quais se referem ao tema abordado e aos objetivos que foram propostos para este estudo.

Sendo assim, para a análise das teses e dissertações foram aplicados os seguintes filtros: publicações em língua portuguesa, entre 2008 a 2018, em todos os campos da publicação de todas as instituições e recursos disponíveis nos campos de dados em análise.

3.4.2 Publicações Seleccionadas

Nos parâmetros de busca, realizadas no portal da IBCT, apenas 1 dissertação foi encontrada por constar os termos “avaliação participativa” e “extensão universitária”. Foram encontradas 110 dissertações e teses de acesso aberto que constavam as palavras-chave “avaliação” e “extensão universitária”.

Tabela 5 — Dissertação encontrada com os termos “Avaliação Participativa” e “Extensão Universitária” (2008-2018)

ANO	AUTOR	TÍTULO	INSTITUIÇÃO
2015	Aline Tamires Kroetz Ayres Castro	Extensão universitária e formação política na universidade pública: o caso Projeto Rondon na UFRGS e na UDESC	Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Após a leitura flutuante realizada na dissertação que continha os termos “Avaliação Participativa” e “Extensão Universitária”, procedeu-se a seleção de dissertações e teses que apresentassem os termos “Avaliação” e “Extensão Universitária”. Foram encontrados 110 trabalhos, sendo 78 dissertações e 32 teses.

Com o objetivo de selecionar os trabalhos acadêmicos que fossem ao encontro dos objetivos propostos para este estudo, após a leitura dos títulos e resumos dos trabalhos encontrados, foram encontrados 15 trabalhos acadêmicos, publicados entre os anos de 2008 e 2018, que tratavam sobre o tema Avaliação em Extensão Universitária.

Nesse processo de seleção, foram excluídas as publicações que não tinham relação com Avaliação de ações de extensão ou que não abordavam essa relação no nível institucional ou de gestão. Assim como na seleção inicial, foram mantidas as teses e dissertações que apresentaram algum dos termos pesquisados: “Avaliação” e “Extensão Universitária” em seu conteúdo.

Tabela 6 — Teses e Dissertações encontradas com os termos “Avaliação” e “Extensão Universitária” (2008-2018)

ANO	AUTOR	TÍTULO	INSTITUIÇÃO	TIPO
2018	Kienetz, Taiani Bacchi	Avaliação da extensão universitária: uma proposta para as ações de extensão da Universidade Federal de Santa Maria	Universidade Federal de Santa Maria	Dissertação

ANO	AUTOR	TÍTULO	INSTITUIÇÃO	TIPO
2018	Gomez, Simone da Rosa Messina	Gestão universitária e qualidade na extensão: institucionalização de cursos de línguas estrangeiras na UFSM	Universidade Federal de Santa Maria	Dissertação
2017	Sousa, Sayonara Brito de Domingues,	Avaliação dos projetos de extensão do Colégio Pedro II: indicadores de desempenho sociais e institucionais	Universidade Federal Fluminense	Dissertação
2016	Eron da Silva	Extensão Universitária Na UFSM: Propostas Para Elaboração De Um Instrumento De Avaliação	Universidade Federal de Santa Maria	Dissertação
2015	Abad, Maristela Castro,	Extensão universitária e sua eficácia : estudo de caso do UnB Idiomas	Universidade de Brasília	Dissertação
2015	Aline Tamires Kroetz Ayres	Extensão universitária e formação política na universidade pública : o caso Projeto Rondon na UFRGS e na UDESC	Universidade Federal Do Rio Grande Do Sul	Dissertação
2014	Soares, Maria Elias ARAÚJO,	Análise da adequação das Instituições de Ensino Superior localizadas na região metropolitana de Fortaleza ao plano nacional de extensão universitária - 2011/2020	Universidade Federal do Ceará	Dissertação
2014	Carolina Morais de Borges,	Implicações dos projetos de extensão universitária para a formação do professor de Educação Física	Universidade Federal Do Triângulo Mineiro	Dissertação
2013	Jussara Maria SOUZA,	A gestão universitária de projetos de extensão na perspectiva da gestão social	Universidade Federal de Santa Catarina	Dissertação
2013	Cristina Frassinette Lima de Azevedo,	Política Nacional de Extensão Universitária: análise da experiência do Instituto de Ciência da Saúde (ICS) da UFPA	Universidade Federal do Pará	Dissertação

ANO	AUTOR	TÍTULO	INSTITUIÇÃO	TIPO
2012	Paola Serrano,	Instrumento de avaliação de projetos de extensão na modalidade de educação a distância	Universidade Federal de Santa Catarina	Dissertação
2012	Rossana Maria Souto Maior Feitosa,	Avaliação institucional da extensão universitária na UFPB: a regulação e a emancipação.	Universidade Federal da Paraíba	Tese
2009	Antonio Indalécio	Identificação de indicadores e definição de Ambiente estratégico para avaliação de desempenho da extensão universitária	Universidade Federal do Ceará	Dissertação
2009	Márcia Regina Farias da Silva Teixeira,	Ciência, técnica e experiências sociais na pesquisa e na extensão universitárias: possibilidades de diálogos entre saberes	Universidade de São Paulo	Tese
2009	José Lima	Autoavaliação das casas de cultura estrangeira: contribuição à avaliação institucional da UFC	Universidade Federal do Ceará	Dissertação

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

3.5 Análise das informações

A técnica empregada para o exame das informações foi a análise de conteúdo, conforme Bardin (2016). Há que se registrar que para o grupo focal, a análise ocorreu a partir das interações do grupo, ou seja, das sequencias de falas e opiniões, utilizando-se, para tanto, um enfoque interacionista, conforme Gatti (2005). No que tange à categorização, esta foi realizada *a posteriori*, ou seja, após a coleta dos dados, a partir do cruzamento das manifestações dos participantes, dos documentos e do referencial teórico da pesquisa.

Para a análise de texto do Grupo Focal também foi utilizado o *Software IRAMUTEQ* (versão 0.7 alpha 2), visando a elaboração de uma nuvem de palavras. Segundo McNaught e Lam (2010, p. 630), a nuvem de palavras constitui “uma visualização do texto em que as palavras mais utilizadas são destacadas na representação. É uma ferramenta útil pois permite a visualização de padrões gerais do discurso”.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Após a realização da seleção das publicações acadêmicas que atendiam aos objetivos propostos para este estudo, os dados coletados foram analisados a partir da categorização dos textos, por meio de uma avaliação crítica dessas informações. A leitura dos trabalhos acadêmicos selecionados foi realizada com maior rigor, a fim de encontrar as respostas aos problemas desta pesquisa.

Posteriormente, foram relacionadas as informações da revisão sistemática e do grupo focal realizado na Universidade de Brasília, para, no final, articular todos os dados coletados e desenvolver uma análise crítica-descritiva dos resultados encontrados na pesquisa.

Nesta seção será abordada, portanto, a pesquisa de revisão sistemática relacionada à temática avaliação em extensão universitária e avaliação participativa em extensão, bem como a análise de conteúdo do Grupo Focal realizado com servidores do Decanato de Extensão.

4.1 Avaliação em extensão universitária

Acerca da avaliação em extensão realizada pela gestão Universitária, Sousa (2017, p. 139), ao analisar os projetos de extensão do Colégio Pedro II, destaca que foi constatada, por meio de estudo de caso, a “inexistência de procedimentos e instrumentos formais e estruturados com critérios estabelecidos”. Nesse sentido, a autora orienta que é necessário que sejam desenvolvidos mecanismos com foco em avaliação e instrumentos que permitam o aprimoramento constante dos projetos de extensão.

O Grupo Focal, por sua vez, demonstrou preocupação com a metodologia de avaliação dos PEACs, pois, de acordo com o participante 3, é preciso considerar as particularidades típicas da extensão universitária. Para ele, o modelo avaliativo a ser proposto precisa atender ao público de interesse das ações, sendo, portanto, democrático e de amplo acesso a todos os participantes.

P3: Aqui a gente poderia colocar um link ou um formulário no nosso site para pessoas que quisessem fazer, poderíamos, mas baseado no fato que a maioria das ações de extensão são feitas em locais de vulnerabilidade social, a gente tem que considerar que a maioria delas não tem acesso a internet pra poder fazer e nem conhecimento tecnológico pra fazer.

Refletir acerca da avaliação em extensão universitária, assim, conforme fala do Participante 3, precisa ir além da mera preocupação com dados quantitativos, pois é necessário que sejam consideradas todas as particularidades próprias dessas ações. A fala do participante corrobora o proposto pelo FORPROEX (2013), ao esclarecer que o papel da extensão é complexo e multifacetado. Para que haja a concretização das diretrizes de impacto social é, assim, imprescindível que se reflita acerca de como avaliar e para que avaliar.

As questões suscitadas por Gatti (2011) permeiam os questionamentos de diversos autores das teses e dissertações: Como avaliar a extensão? Para que avaliar? Quem avaliará? Esses questionamentos demonstram a complexidade da tarefa, pois estabelecer critérios capazes de aferir a efetividade dos projetos e programas de extensão não é tarefa fácil.

A análise das ações de extensão na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), realizada por Silva (2016, p. 78), revelou evidências de que existe uma série de fragilidades nas ações de extensão promovidas pela UFSM, principalmente no tocante à avaliação e controle. De acordo com o autor, o estudo realizado detectou diversas falhas nesse processo, especialmente pela falta de um sistema de informações que permita a visualização dos projetos registrados no Sistema de Extensão.

Os participantes do Grupo Focal apontaram, também, algumas falhas no sistema de extensão utilizado atualmente pela Universidade de Brasília, para eles, a falta de sistematização da participação dos técnicos administrativos e de consolidação dos dados referentes à comunidade externa, por exemplo, impossibilitam que a avaliação em extensão conte com a participação desses atores.

P1: Pela proposta não dá pra saber quem é técnico e quem não é. O sistema não passa essa informação pra gente.

P6: Ele não solicita, o SIEX mesmo não solicita que você cadastre a pessoa como técnico administrativo que participa de projeto de extensão. E em relação à comunidade externa também não existe a obrigatoriedade de cadastro para aprovação da ação.

A falta de sistematização e controle das ações de extensão é apontada por Sousa (2017), o qual esclarece que não há a utilização de indicadores de desempenho sociais e institucionais no processo de avaliação dos projetos de extensão do Colégio Pedro II, embora tenha sido verificada a necessidade e o impacto positivo que essa avaliação possibilitaria, tanto no aspecto social, quanto institucional.

A necessidade de estabelecer critérios para a avaliação das ações também é apontada por Silva (2016, p.8), o qual destacou que a análise da avaliação das ações de extensão, realizada

pela UFSM, demonstrou que o processo é deficitário, pois diversos projetos de pesquisa são “disfarçados de extensão”, visando angariarem recursos para os projetos. O autor destaca que esse tipo de ação evidencia que os coordenadores desconhecem a política de extensão institucional.

Silva (2016) elucida também que, na UFSM, houve uma queda significativa no número de projetos e ações de extensão institucionalizados nos últimos anos. A falta de sistematização e controle das ações de extensão, o que inviabiliza boa parte dos processos avaliativos, também é apontado por Souza (2013), Azevedo (2012) e Feitosa (2009).

Nesse sentido, as dificuldades apontadas pelos pesquisadores vão ao encontro do desafio apresentado por Serrano (2013), pois, para a autora, a Extensão Universitária passa por um período crucial para sua consolidação como fazer acadêmico. Para ela, faz-se necessário que as práticas institucionais do fazer extensionista e das normatizações da universidade se disponham diante das funções acadêmica, social e articuladora da universidade.

Por sua vez, a pesquisadora Cristina Souza (2013), a partir de análise realizada através da leitura de 80 projetos e 60 relatórios de extensão do Instituto de Ciências da Saúde (ICS), da Universidade Federal do Pará (UFPA), concluiu, que, nessa universidade, a inadimplência dos relatórios avaliativos por parte dos coordenadores de ações de extensão chega a 25% dos PEACs. A autora destaca que o relatório de extensão, de natureza normativa, é uma importante ferramenta para análise dos resultados da organização, a inadimplência, assim, dificulta o processo avaliativo dos projetos/programas.

A inadimplência na apresentação dos resultados da extensão também foi apontada pelo Grupo Focal, especialmente, dos relatórios de atividades dos discentes. Para os participantes, não existe uma força normativa que imponha essa devolutiva para a universidade e, assim, apenas os estudantes que recebem bolsa costumam apresentar os relatórios. Além disso, atualmente, na UnB, não existe a sistematização dessas informações, devido à falta de pessoal.

P1: Um relatório também dos discentes que participam daquele projeto ou daquele programa, é nós recebemos esse relatório na diretoria da extensão, não temos pernas ainda para fazer análise de todos os relatórios, tabular dados e escrever um relatório posterior sobre essas ações de extensão concluídas. Mas, nós recebemos o relatório, não conseguimos fazer uma leitura efetiva desses relatórios.

P3: É, ele faz um relatório. Ele faz um relatório de participação naquela ação, tem um tempo definido não. Ele entrou, por exemplo, seis meses, ele tem a obrigatoriedade de apresentar um relatório das atividades que ele realizou naquele projeto.

P4: É importante ressaltar que o estudante que faz esse relatório, na verdade, é o estudante bolsista, não todo estudante que participa de extensão não. Porque assim, quando o estudante não é bolsista ele não se sente obrigado. Enquanto o estudante bolsista tem a questão do recurso financeiro de ter recebido, ele sente mais essa obrigatoriedade da parte dele.

P5: É isso. E assim, a gente vai cobrar como? A gente manda um e-mail, você tem que mandar o relatório e a pessoa inclusive já até saiu da UnB, por exemplo, ela vai mandar porque? O que que faz? O que vai acontecer comigo se eu não mandar? Entende?!

Souza (2013) orienta, também, que a análise acerca da extensão na UFPA demonstrou que as prerrogativas da Política Nacional de Extensão Universitária ficaram muito distantes de serem atingidas pelos produtos das ações extensionistas do ICS, principalmente, no que se refere à interdisciplinaridade e interprofissionalidade, indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão, e, impacto e transformação social. Além disso, a autora assevera que há pouca participação dos docentes, discentes e técnico-administrativos nas ações extensionistas. Para ela, o modelo de extensão do ICS da UFPA é assistencial, ou seja, desenvolvido, principalmente, através da prestação de serviços.

Nesse sentido, a fala dos participantes do GF, assim como o achado de Souza (2013), corroboram o que Serrano (2013, p. 13) destaca como um grande desafio para a gestão em extensão. Para autora, o Plano Nacional de Extensão ainda não é uma realidade plena em boa parte das universidades públicas brasileiras.

Dessa forma, conforme elucidado por Serrano (2013), a falta de consolidação da avaliação em extensão é uma das dificuldades vivenciadas pela gestão universitária de diversas universidades públicas brasileiras. Para Azevedo (2012), o registro das ações de extensão realizado na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), também, inviabiliza a concretização das diretrizes propostas pelo Plano Nacional de Extensão.

De acordo com a autora, apesar de haver o registro das ações no Sistema de Registro de Ações de Extensão (SIRAEEx), os relatórios de avaliação restringem-se aos critérios a serem preenchidos no Sistema. Azevedo (2012, p. 190) assevera, ainda, que a falta de critérios diferenciados para a análise dos projetos/programas acaba por não respeitar “os indicadores mínimos do Plano nacional de extensão, SINAES e referenciais de qualidade em EAD”.

Assim, pôde-se observar que as análises dos modelos avaliativos realizadas pelos pesquisadores apontaram que há falhas no processo avaliativo atualmente utilizado pelas universidades brasileiras. Nesse sentido, tem-se a necessidade de refletir acerca do modelo vigente e repensar as práticas de controle das ações extensionistas.

Acerca do processo avaliativo das ações de extensão realizadas na Universidade Federal do Ceará (UFC), Feitosa (2009) orienta que se faz necessário que a gestão universitária volte seus esforços para a garantia da qualidade das ações, além da diversidade e da inserção nas realidades locais e regionais. Os resultados do estudo realizado na UFC, para o autor, indicam

que é preciso reconhecer a extensão universitária como forma de exercício do ensino e da pesquisa.

Feitosa (2009) destacou, também, que a avaliação de extensão universitária, realizada na UFC, acontece de forma descontinuada, sem política definida de avaliação, bem como falta clareza do potencial estratégico do processo avaliativo. Para ele, a extensão precisa se fortalecer como prática acadêmica vinculada às atividades de ensino e pesquisa.

Nesse sentido, o Grupo Focal esclareceu que a avaliação na UnB é realizada apenas pelo coordenador da ação e importantes campos do sistema de extensão, como a avaliação de equipe, não são de preenchimento obrigatório: “É na proposta do projeto e programa tem um item lá para avaliação, mas é tipo optativo para o professor, e o professor faz se quiser, avaliação da equipe” (Participante 5). O fortalecimento da extensão, como proposto por Feitosa (2009) perpassa, portanto, a busca por melhorias no sistema de extensão, assim como a sistematização e análise dos dados disponíveis para avaliação.

De acordo com Kienetz (2018), a análise do modelo avaliativo da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), permite concluir que a avaliação é realizada, principalmente, por meio de relatório apresentado pelos coordenadores de ações de extensão, o qual não recebe colaboração de outros atores envolvidos nos projetos/programas de extensão.

O modelo apontado por Kienetz (2018) é o mesmo adotado pelos normativos da Universidade de Brasília, principalmente pela resolução CEPE nº 60/2015, a qual esclarece que cabe ao coordenador do projeto ou programa de extensão apresentar relatório parcial ou final da ação. O Grupo Focal também elucidou que, atualmente, essa é a modalidade avaliativa utilizada na UnB, a qual não conta com a participação de outros atores. Apesar disso, o participante 3 elucidou que alguns docentes realizam grupo focal, como método de avaliação, com a participação da comunidade, mas o Decanato de Extensão não tem acesso a essas informações.

P5: É o projeto se avaliando. É a equipe se avaliando, mas ele (o professor) cria o instrumento, ele coloca (a participação da comunidade) se ele quiser.

P3: Por exemplo, nos relatórios que eu estou lendo agora, alguns fizeram grupo focal com a comunidade para avaliar. Mas nós não temos acesso, o professor implementou essa avaliação lá, eles dão o feedback para o professor, nós não temos acesso a esse feedback.

Kienetz (2018), também considera que a avaliação das ações extensionistas realizadas pela gestão universitária da UFSM não leva em consideração a perspectiva das partes interessadas. Para a autora, as ações que chegam a captar a percepção da comunidade, o fazem

por meio de metodologias próprias, não institucionalizadas ou padronizadas pela universidade. Dessa forma, a avaliação, atualmente, é realizada apenas pelo coordenador da ação, não havendo obrigatoriedade de preenchimento de um formulário padronizado para as ações extensionistas da universidade.

Por sua vez, o participante 2 do Grupo Focal esclareceu que as ações da UnB já receberam avaliação dos participantes, especialmente em ações pontuais, como cursos e eventos. Apesar disso, depois que o sistema informatizado passou a ser utilizado, esse modelo de avaliação entrou em desuso.

P2: Para curso e evento, não é muito diferente porque antigamente existiam umas fichas de avaliação, vocês já viram? As pessoas avaliavam o curso que nem o matricula web, tem a avaliação no final da disciplina. Mas desde que começou a ser mais informatizado, esse modelo de avaliação não tem mais.

Acerca da avaliação realizada pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Serrano (2012) esclarece que, entre os anos de 1996/2000, o processo de avaliação das ações de extensão passou a funcionar de forma mais estruturada, a partir da aplicação de questionários investigativos de natureza qualitativa. De acordo com ela, o processo era constituído por três etapas, uma delas se estabelecia a partir de uma avaliação presencial, a qual era desenvolvida por um conjunto de avaliadores convidados, geralmente docentes, que analisavam em campo o desenvolvimento do projeto, dos alunos e professores envolvidos.

Apesar de essa avaliação poder ser considerada como “emancipatória”, conforme destaca Serrano (2012, p. 154), esse método avaliativo realizado pela UFPB não conseguiu inserção no processo de avaliação institucional, pois, de acordo com ela, a avaliação institucional passou “a ter uma forte vertente produtivista.”

O modelo de avaliação a partir de visita em campo, utilizado pela UFPB, conforme Serrano (2012), foi apontado pelo Grupo Focal como uma possibilidade de avaliação participativa. Conforme fala do Participante 1: “Eu acho que talvez a avaliação da comunidade, teria mais efeito a visita in loco mesmo. O contato direto com a comunidade, eu acho que só o sistema não seria efetivo pra Universidade.”

Além disso, o Participante 5 orientou que é preciso aprimorar o instrumento de avaliação das ações de extensão na UnB, segundo ele: “a gente tem que melhorar esse instrumento de avaliação, já nessa coisa de informatizar e chegar mais organizado.”. Apesar dessa preocupação em aprimorar a metodologia de avaliação, o Participante 1 revelou uma inquietação com o método de avaliação, para ele, é preciso ir além da metodologia quantitativa.

P1: Esse critério de avaliação é quantitativo, quantas pessoas atingiu, se você atinge 10 pessoas e isso é significativo no sentido de que a pessoa vai, sei lá, ter menos violência ou não vai roubar, ou, enfim, todas essas correlações que diz que pode haver quando você tem esse tipo de trabalho ,como é que você faz pra ver? Essa parte é qualitativa, não é quantitativa. E a avaliação precisa ter esse dois critérios, não tem problema você dizer que você atingiu 500 pessoas com aquele projeto, mas qualitativamente houve alguma mudança em relação a isso? Porque, se não houve, a gente volta ao sistema de avaliação de 10 anos atrás, que é o que a gente está tentando superar com os novos critérios.

A fala do participante 1 vai ao encontro do proposto por Fagundes e Moura (2009), pois, para eles, a avaliação da eficácia deve ir além da aferição dos efeitos diretos de alcance das metas propostas para um programa e deve preocupar-se, também, em verificar os efeitos indiretos dessas ações.

O questionamento do Participante 1 corrobora o proposto, também, por Santos Júnior (2013, p. 301), o qual orienta que é preciso superar esse modelo restrito à análise de dados, como o número de bolsas e recursos. Para o autor, essa lógica de universidade produtivista leva a universidade a não ter qualquer preocupação com a relação de troca de informações com a sociedade.

Nesse sentido, Serrano (2012) destaca, também, que a avaliação como instrumento de aperfeiçoamento institucional e de ação educativos dos atores envolvidos nas ações de extensão está presente em diversos documentos da UFPB, no entanto, os processos avaliativos permanecem centrados na “lógica do controle, da produtividade e da regulação”. (Serrano, 2012, p. 175). A autora orienta ainda que a normatização das ações de extensão na UFPB aponta para uma prática extensionista como trabalho social útil e numa dimensão de transformação social. Para ela, apesar disso, a prática das ações de extensão permanece restrita a pequenos grupos dentro da instituição.

Por sua vez, o Grupo Focal destacou a ausência de participação dos discentes, técnico-administrativos e comunidade externa como um dos entraves vivenciados pela gestão de extensão na UnB, pois, de acordo com o participante 5:

A gente tem uma avaliação que é feita pelos docentes, pelo coordenador do projeto. A gente tem uma avaliação que está prevista que seja realizada pelo estudante, discente, que é outra parte, mas não tem um tipo de avaliação que é realizada por um técnico e pela comunidade externa.

A necessidade de ampliar o processo de avaliação aparece, assim, como uma possibilidade para superar o modelo avaliativo centralizado na lógica produtivista, pois possibilita a participação. Conforme proposto por Gatti (2011) faz-se necessário que a avaliação das ações de extensão considere o envolvimento dos participantes, incluindo os beneficiários.

O tema avaliação da extensão também suscitou questionamentos acerca da função da extensão universitária. Para Gomez (2018), a análise dos cursos de idioma oferecidos pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) demonstra que é necessária a ampliação dos cursos voltados para a comunidade. A orientação apresenta o caráter assistencialista da extensão, conforme Jezine (2004, p. 2), essa função decorre do argumento do “compromisso social” da universidade.

Nesse sentido, o Participante 4 do Grupo Focal orientou que a extensão universitária não pode ser reduzida apenas ao seu caráter assistencialista. A fala está em conformidade com o que orienta Jezine (2004), pois, para a autora, a extensão deve ser pautada também pela função acadêmica, a qual é baseada na relação entre teoria e prática, na perspectiva de uma relação dialógica entre universidade e sociedade, como possibilidade de troca de saberes.

P4: Analisar o objetivo da proposta com o resultado que as pessoas colocarem, ai você vai ver se tá casando bem o objetivo. A meta porque o que as pessoas falarem quer dizer que funcionou bem, caso contrário não. Pra você saber se não foi só assistencialismo. Se a extensão é o link da comunidade com a universidade, a universidade realmente conseguiu passar o saber dela pra comunidade, agora em forma prática como isso aconteceria, eu realmente não sei, mas eu acho que tem que ser uma coisa pra saber se conseguiu passar esse vinculo mesmo, se conseguiu criar esse vinculo.

Araujo (2014, p. 56) esclarece, também, que a relação entre Universidade e Comunidade está presente na política de extensão da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), de acordo com a pesquisadora, o modelo assistencialista da extensão tem sido superado a partir da reconstrução das ações extensionistas, as quais passaram a ser compreendidas a partir de sua função essencial na formação acadêmica.

A importância da extensão como processo formativo também foi destacada pelo Participante 2 do Grupo Focal, o qual esclareceu que “[...] o protagonismo é do estudante, com relação a ação de extensão em si na sociedade, na formação do estudante, porque a extensão também é uma ação formativa.”

A fala vai ao encontro do proposto por Paulo Freire (2006) ao orientar sobre a importância do diálogo para que o conhecimento seja construído de forma solidária e conjunta. Dessa forma, a interação dialógica, uma das diretrizes da extensão universitária, possibilita que a formação do estudante se constitua de forma engajada e socialmente responsável.

A complexidade em se estabelecer critérios avaliativos, devido ao próprio fazer extensionista, foi suscitada pelos autores, assim como pelo Grupo Focal. Nesse sentido, Gomez (2018) orienta que um indicador de qualidade viável para os programas e projetos de extensão

seria a divulgação da ação extensionista por meio de sites da universidade. Para a autora, a divulgação por meio do site de notícias da UFSM seria um bom indicador de qualidade para as ações. O Grupo Focal destacou, também, que é preciso estabelecer claramente quais serão as metas e os objetivos dos PEACs.

P5: Então, como você vai avaliar se você não tem as metas bem quantificadas e claras, às vezes é mais difícil fazer dependendo do tipo de projeto, você não consegue saber se a pessoa atingiu aquilo, porque os problemas já começam na proposta, é uma proposta muitas vezes, muito vaga, a pessoa não sabe muito bem o que vai fazer.

P2: Tem ações que, por exemplo, são regionais, outra ação é de nível nacional, tem ação de extensão que é de nível internacional. A questão de Mariana, por exemplo, nasceu um projeto de extensão que foi atuar lá em Mariana, que trata da questão da contaminação da água. Então, assim como mensurar isso? A gente sabe talvez quantitativamente, a gente não tem um impacto tão grande, mas qualitativamente, isso, pra vida das pessoas, pra saúde das pessoas, vai ser muito importante.

Mais uma vez, o “fazer complexo” (FORPROEX, 2013) da extensão aparece como uma das dificuldades em institucionalizar as ações, assim como promover uma avaliação que consiga aferir o grau de alcance dos objetivos dos PEACS. Os participantes destacaram, assim, que a extensão possui particularidades, as quais precisam ser entendidas e respeitadas em um processo de avaliação.

O Participante 2 do GF relatou a dificuldade de se criar parâmetros avaliativos que consigam mensurar o impacto da extensão universitária para a comunidade. O relato corrobora o desafio proposto por Gatti (2004), pois, para a autora, a avaliação da extensão universitária tem de levar em consideração o processo complexo que é o próprio fazer extensionista.

P2: Isso mostra a dificuldade de mensurar o quanto a extensão atinge. Por exemplo, a UnB tem um projeto no polo estrutural que realiza atividades de controle da água, mensura, por exemplo, a qualidade da água, mas, na Estrutural, quantas pessoas isso atinge? Eu acredito que toda a população daquele bairro, mas é difícil você mensurar o quanto, na verdade, a extensão atinge.

A respeito da necessidade de se propor um novo modelo avaliativo que consiga mensurar o impacto da extensão universitária em sua atuação com a comunidade externa, o grupo focal destacou que é necessário ir além dos métodos quantitativos, considerando, também, qualitativamente qual é o impacto gerado por essas ações.

P5: Se você atinge dez pessoas e isso é significativo, no sentido, de que a pessoa vai, sei lá, ter menos violência ou não vai roubar, ou, enfim, todas essas correlações que podem haver quando você tem esse tipo de trabalho, essa parte é qualitativa, não é quantitativa. E a avaliação precisa ter esse dois critérios, não tem problema você dizer que você atingiu quinhentas pessoas com aquele projeto, mas qualitativamente houve

alguma mudança em relação a isso, porque se não houve, a gente volta ao sistema de avaliação de dez anos atrás, que é o que a gente está tentando superar com os novos critérios.

A fala do Participante 5 corrobora o proposto por Santos Júnior (2013), ao orientar que os indicadores de avaliação da extensão universitária não devem se restringir à análise de dados quantitativos, mas devem, se basear, também, na relação de troca entre Universidade e Sociedade.

A respeito da possibilidade de se fazer extensão universitária sem a participação da comunidade externa, o participante 3 destacou que, de acordo com os regulamentos que regem a extensão, não há essa possibilidade, pois as ações devem ser voltadas para a sociedade.

P3: Uma atividade de extensão ela precisa ter o protagonismo do estudante, estar vinculada a Universidade, mas voltada para a sociedade, voltada para a comunidade se não tiver como público-alvo a comunidade externa, não deveria ser uma ação de extensão.

A fala vai ao encontro do proposto pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão (FORPROEX), o qual destaca que a extensão deve se consolidar como processo que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável, viabilizando a relação transformadora entre Universidade e Sociedade.

Dessa forma, ressalta-se que o modelo avaliativo centrado na figura dos coordenadores não atende à proposta de viabilizar uma relação dialógica entre sociedade e universidade. Esse modelo é o mesmo demonstrado por Kienetz (2018) ao analisar os projetos/programas de extensão da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

Para a autora, esse padrão de avaliação não envolve a colaboração de outros atores envolvidos nos PEACs. Nesse sentido, Kienetz (2018) orienta que é necessário que existam metodologias avaliativas padronizadas para que a gestão universitária tenha acesso à perspectiva das diversas partes interessadas nas ações extensionistas.

O Participante 2 do GF elucidou, também, que, apesar de o professor ser o protagonista para o DEX/UnB, no que se refere ao procedimento burocrático de aprovação das ações e de avaliação dos PEACs, quem realiza as ações junto à comunidade é, principalmente, o discente. Para ele, essa troca entre estudante e comunidade é o que permite que a extensão se configure como processo formativo.

Nesse sentido, a fala do P2 vai ao encontro do proposto por Souza (2013) ao defender que as ações de extensão impactam positivamente a formação discente. Apesar disso, a autora

elucida que, na Universidade Federal do Pará, essa participação dos estudantes não é registrada ou sistematizada pelos relatórios de extensão.

A falta de sistematização da participação de discentes no processo avaliativos dos PEACs, também, é destacada pelo GF, pois o P4 esclareceu que, apesar de haver a previsão de o estudante apresentar relatório de suas atividades, o qual poderia ser utilizado como base para uma avaliação do próprio projeto/programa, não são todos os estudantes que apresentam esse relatório e ele também não passa por uma análise/sistematização.

A consolidação da extensão, assim como proposto pela Política Nacional de Extensão, precisa perpassar pela reflexão acerca do fazer extensionista, assim como é necessário repensar o modelo avaliativo atualmente utilizado. Nesse sentido, apresentaremos a seguir as informações coletadas acerca da participação dos diversos atores no processo avaliativo em extensão.

A análise de conteúdo das falas do grupo focal, assim como a análise da revisão sistemática, nos permite inferir que uma das falhas do processo avaliativo em extensão é a falta de sistematização das ações. Além disso, o modelo avaliativo centrado apenas na figura do coordenador do projeto, também, é apontado como obsoleto.

Dessa forma, os autores assinalaram diversas falhas no processo de avaliação das ações de extensão, principalmente pela falta de institucionalização, sistematização e controle das ações. Além disso, tem-se demonstrada a relevância da discussão acerca da avaliação em extensão e a importância de que os processos avaliativos sejam ampliados para abarcarem todos os atores envolvidos nas ações.

Quadro 3 — Avaliação da Extensão Universitária

CATEGORIA I: Avaliação da Extensão Universitária

Síntese das verbalizações e da Revisão Sistemática

- ✓ Inexistência de sistematização e procedimentos formais com critérios objetivos de avaliação;
- ✓ Dificuldade em estabelecer critérios devido às particularidades do Fazer Extensionista;
- ✓ Falhas no processo avaliativo: falta sistematização e controle;
- ✓ Inadimplência na apresentação de relatórios;
- ✓ Não cumprimento dos objetivos propostos pela Política Nacional de Extensão;
- ✓ Necessidade de fortalecimento da extensão universitária;
- ✓ Apresentação de relatório do coordenador da ação como parte da avaliação da extensão nas universidades;
- ✓ Aprimoramento dos instrumentos avaliativos.
- ✓ Assistencialismo e processo formativo;
- ✓ Métodos quantitativos x Métodos qualitativos de avaliação;
- ✓ Necessidade de ampliar a participação nas avaliações.

1. Uma das falhas do processo avaliativo em extensão é a falta de sistematização das ações.

2. O modelo avaliativo centrado apenas na figura do coordenador do projeto é apontado como obsoleto.

3. Falta institucionalização, sistematização e controle das ações.

4. Aparece a relevância da discussão sobre avaliação e a necessidade de ampliar os processos avaliativos de forma a abarcarem todos os atores envolvidos nas ações.

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

4.2 Avaliação Participativa em Extensão Universitária

A princípio, visando identificar a frequência das palavras mais mencionadas pelos participantes do Grupo Focal, foi elaborada a seguinte nuvem de palavras:

Rondon na UFRGS e na UDESC, de autoria de Aline Tamires Kroetz Ayres Castro, abordou a possibilidade de uma avaliação participativa como meio para alcance da eficácia extensionista.

Nesse sentido, o resumo da dissertação apresenta o objetivo de investigar as contribuições do Projeto Rondon, como ação de extensão universitária, para pensar a formação política dos estudantes na universidade pública. De acordo com a autora, os resultados da pesquisa elucidam possíveis contribuições da experiência do Projeto Rondon, mas demonstram, também, fragilidades da ação de extensão.

Para Castro (2015, p.7), uma das fragilidades que são percebidas pela análise da execução do Projeto é a “inexistência de um processo de avaliação participativa”. Nesse sentido, ao concluir a dissertação, a autora elucida que faltam estratégias de avaliação na proposta do Projeto Rondon, que permitam identificar as fragilidades e, posteriormente, atuar sobre elas visando qualificar as ações.

A autora corrobora o proposto por Gatti (2014) ao esclarecer que os processos de avaliação participativa permitem que seja estabelecido um diálogo e uma troca informações entre os participantes. Nesse sentido, conforme Paim, Kovaleski e Moretti-Pires (2016), uma das vantagens dessa modalidade avaliativa é a construção em conjunto com os outros atores sociais.

O Grupo Focal (GF) também destacou a importância de a gestão universitária criar um canal aberto de diálogo entre universidade e comunidade para a avaliação das ações de extensão. Além disso, os participantes demonstraram que consideram importante que haja o registro e a sistematização dos participantes da comunidade externa em Projetos e Programas de extensão, para possibilitar a escuta dos diversos atores envolvidos nos PEACS:

P2: Deixar um canal aberto seria o ideal. Mas, eu vejo que também seria importante se a Universidade tivesse essa dimensão ou o registro disso, das pessoas que participam do projeto para fim de indicadores, enfim, para mostrar de fato, comprovar, por exemplo, a execução de um projeto, você tem ali registrado, você coloca as pessoas como membros de equipe.

Nesse sentido, Castro (2015) orienta que é necessário que o processo reflexivo acerca do projeto envolva os diferentes atores que dele participam. A participação das comunidades envolvidas no projeto extensionista é essencial, ou seja, é preciso que seja realizada uma avaliação participativa, pois é necessário que a reflexão acerca do fazer extensionista considere os diferentes atores envolvidos no projeto.

A respeito da necessidade de participação da comunidade externa na avaliação dos projetos/programas de extensão, os participantes do grupo focal destacaram que essa exigência

poderia inviabilizar a realização dos PEACs. Para o Participante 5, a solução poderia ser a criação de um canal que possibilite essa avaliação, mas sem torná-la uma exigência.

P5: Eu acho que seria melhor deixar o canal aberto, o DEX falar olha se vocês quiserem avaliar e tal, vocês, comunidade, avaliarem, tem um canal aberto pra isso.

Para Castro (2015, p.132), os processos de avaliação participativa também podem ser compreendidos como possibilidade de ampliação das experiências de formação de sujeitos políticos, que tenham como aporte a perspectiva da universidade como bem público. A fala do participante 2 do GF, descrita a seguir, corrobora o proposto pela autora, pois, para ele, a participação da comunidade externa e a sistematização desses dados, poderia fortalecer o projeto/programa de extensão.

P2: Eu acho que fortalece a ação de extensão. Por exemplo, quando você tem a Abadia que é uma líder comunitária que é muito forte na estrutural, quando eu citei o projeto vez e voz, tem um usuário de Águas Lindas que se chama Rosa, não sei se alguém conhece ela, é membro de equipe do projeto vez e voz, então ela roda junto com o projeto em diversos lugares do entorno dando palestras sobre o tráfico de pessoas, então assim, é uma pessoa que já foi uma série de coisas e que hoje é ativista.

Nesse sentido, a fala confirma o proposto por Ricardo Henriques (2004) ao esclarecer que a extensão universitária precisa ter o enfoque coletivo para que o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão se torne efetivo. A participação, também, proporciona o cumprimento das diretrizes propostas para a Extensão Universitária: interação dialógica, interdisciplinaridade e interprofissionalidade e indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão. Dessa forma, Castro (2015, p.132) esclarece que “o frágil protagonismo da comunidade pode ser destacado como entrave para a interação dialógica, outra diretriz especificada no Plano Nacional de Extensão Universitária.”.

Já a sistematização da participação dos diferentes atores dos projetos/programas de extensão por meio de cadastro, para o GF, tem de ser vista com cautela, pois pode inviabilizar a consolidação de diversos PEACs, além de afastar a comunidade externa, pois, para o participante 2, o público de interesse das ações de extensão tem particularidades e está, muitas vezes, em situação de vulnerabilidade social. Nesse sentido, para refletir acerca dos procedimentos formais de avaliação dos PEACs é necessário considerar as complexidades próprias do fazer extensionista.

P2: Digamos que a norma vem e estabeleça um percentual X de membros externos como membros de equipe, pessoas externas cadastradas com membros de equipe

nessa ação. Digamos que o projeto vai se desenvolvendo com a comunidade que, por exemplo, não tem internet... Uma pessoa no campo, por exemplo. Isso poderia inviabilizar a participação.

Nesse sentido, ao serem questionados a respeito da necessidade de sistematização da participação da comunidade externa, por meio de cadastro no Sistema de Extensão, o grupo focal destacou que não considera relevante que haja a obrigatoriedade de cadastro de membro externo para aprovação da atividade.

P3: Não há necessidade de que a pessoa seja membro de equipe para que seja considerada atividade de extensão. A obrigatoriedade é que seja voltada para a comunidade externa.

A fala do Participante 3 sugere que a exigência de participação da comunidade externa como membro de equipe dos PEACs poderia burocratizar ainda mais o processo de aprovação das ações, o que poderia afastar a participação dos docentes como coordenadores dos projetos/programas.

No entanto, a falta de sistematização é apontada por diversos autores como uma das falhas do processo avaliativo em extensão, nesse sentido, faz-se necessário que a gestão universitária viabilize instrumentos e metodologias para a consolidação desses dados, proporcionando, assim, que seja possível acessar os participantes do PEACs, até como forma de viabilizar a participação no processo avaliativo.

A análise das 15 teses e dissertações encontradas com os termos “avaliação” e “extensão universitária” nos permitiu inferir que os autores destacam a falta de participação como uma das falhas do processo avaliativo dos PEACs, apesar de o termo “avaliação participativa” não aparecer nessas publicações.

A participação dos diversos atores envolvidos nos projetos/programas de extensão, assim, também, é suscitada diversas vezes pelos trabalhos acadêmicos analisados. Nesse sentido, a participação dos docentes, discentes, técnicos administrativos e comunidade externa é destacada como relevante para a execução das ações de extensão e para o processo avaliativo dentro das universidades pesquisadas. Apesar disso, observamos que a centralidade do protagonismo das ações de extensão continua na figura do coordenador da ação, na maioria das vezes, um docente.

Nesse sentido, acerca da participação dos discentes na avaliação dos projetos/programas de extensão, Souza (2013) destaca que, apesar de as ações impactarem positivamente a

formação discente, essa participação não é numericamente registrada nos relatórios de extensão apresentados pelos coordenadores da Universidade Federal do Pará.

A participação dos discentes nas ações de extensão, assim como o caráter formativo da extensão, é considerada relevante para o Grupo Focal, conforme fala do P2: o protagonismo da execução das ações de extensão é do discente, o que revela a necessidade de ampliar a participação dos estudantes também no processo de avaliação.

P2: A gente não tá falando do protagonismo de assumir as responsabilidades junto ao DEX, mas do protagonismo com relação à ação de extensão em si na sociedade, na formação do estudante, porque a extensão também é uma ação formativa. Colocar em prática aquilo que ele aprende aqui na universidade, ele leva para a comunidade, ele tem esse protagonismo sim, não é que eu não digo o protagonismo de responder pela burocracia de encaminhar frequência, de fazer o relatório do professor, de escrever não é isso. O protagonismo é no desenvolver das ações de forma que ele consiga levar pra sociedade alguma coisa e também aprender com aquilo que a sociedade tem a oferecer, é essa troca, na verdade. Essa integração entre o projeto, a universidade e a sociedade se dá muito pelo que os estudantes fazem, não é que o professor não vai estar lá, coordenando, mas as ações, a maioria delas, são desenvolvidas pelos estudantes. É aquilo que eles aprendem na universidade que eles vão colocar isso em prática, melhorar dentro da sua formação junto com a sociedade.

A troca de saberes como parte da formação universitária e como possibilidade para atuação do discente como agente de transformação social, também é suscitada pelo Participante 6 do GF, para ele, essa troca se estabelece por meio da integração entre a ação extensionista, a universidade e a sociedade.

P2: Essa troca, na verdade, essa integração entre o projeto, a universidade e a sociedade se dá muito pelo que os estudantes fazem.

A fala do P2 revela que os técnicos administrativos que trabalham diretamente com extensão percebem a importância dessa troca de saberes para a constituição da extensão, conforme destaca, também, a Política Nacional de Extensão e o Plano Nacional de Extensão. Sem a troca de saberes proporcionada pelas ações de extensão, conforme orientado por Freire (2006), a construção do conhecimento se constitui alienada.

A participação no processo avaliativo dos diversos atores envolvidos nas ações de extensão é destacada, também, por Gomez (2018, p.90), o qual orienta que a participação dos discentes no planejamento das ações pode ser considerado um indicativo da qualidade da ação, sendo, também, um dos pressupostos da gestão democrática, a qual prevê a participação de toda a comunidade no processo de planejamento das ações.

Sobre a importância da troca de saberes entre universidade e comunidade, o participante 2 destacou ainda a relevante atuação dos estudantes junto à sociedade, como proposto pelo Plano Nacional de Extensão, o qual destaca que a extensão deve proporcionar a troca de saberes que terá como consequências a produção do conhecimento proporcionado pelo confronto entre a realidade brasileira e regional.

O relato supracitado vai ao encontro da ideia defendida pelos autores no referencial teórico dessa dissertação, principalmente, do posicionamento de Paulo Freire, que esclarece a necessidade da troca de saberes na construção do conhecimento. Para Freire (2006), não é papel da extensão universitária estender um conhecimento pronto, acabado, mas, sim, por meio da relação dialógica e interacional, universidade e comunidade devem andar juntos para possibilitar a transformação social.

O desconhecimento dos atores envolvidos nas ações de extensão aparece como um dos problemas que inviabiliza a realização de uma avaliação eficaz dos projetos/programas. Nesse viés, Feitosa (2009, p.117) orienta que a pesquisa realizada no Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará, indica que docentes e discentes desconhecem o contexto geral da avaliação das ações extensionistas na instituição.

No quesito relação comunidade-universidade, como destacaremos a seguir, os autores dos trabalhos acadêmicos, assim como os participantes do Grupo Focal, destacaram, principalmente, a necessidade de participação da comunidade para o fortalecimento dos processos avaliativos da extensão universitária.

Silva (2016, p.76) esclarece que a análise dos exemplos das universidades do Minho e de Coimbra, assim como a pesquisa realizada na Universidade Federal de Santa Maria, fazem referência à importância da participação da comunidade externa na avaliação das ações. De acordo com o autor, os entrevistados da UFSM destacaram que um Instrumento de Avaliação deve abranger a comunidade interna e externa à Universidade.

O Grupo Focal, por sua vez, a respeito da necessidade de sistematização da participação da comunidade externa, por meio de cadastro no Sistema de Extensão, destacou que não considera relevante que haja a obrigatoriedade de cadastro de membro externo para aprovação da atividade.

P3: Não há necessidade de que a pessoa seja membro de equipe para que seja considerada atividade de extensão. A obrigatoriedade é que seja voltada para a comunidade externa.

Nesse sentido, o Participante 5 destacou que a exigência de participação da comunidade externa como membro de equipe dos PEACs poderia burocratizar ainda mais o processo de aprovação das ações, o que poderia afastar a participação dos docentes como coordenadores dos projetos/programas. Conforme relato a seguir:

P5: Essa padronização da avaliação, ela pode ser muito prejudicial porque o projeto pode ser maravilhoso, mas eu estabeleço critérios ruins e vou lá e digo esse projeto não tá bom por causa disso e disso. Mas, se eu faço uma visita in loco, nem que seja por amostragem, porque eu não consigo ver todos. Se, por exemplo, eu chego e não tem comunidade, é porque, provavelmente, está tendo problemas. O participar ou não da comunidade já é uma forma de avaliação porque eles vão e acham que é uma coisa, isso aqui não tá me trazendo nada, aí eles param de participar. Isso já é uma forma avaliação da comunidade. Se ela tem público ou não de fato.

Além disso, a fala do P5 destacou que um possível modelo de avaliação que poderia ser adotado para verificar a participação da comunidade externa em PEACs seria a visita in loco. Para ele, a própria participação da sociedade nos projetos e programas já pode ser considerada como avaliação.

Nesse sentido, o participante 2 do GF esclareceu que a gestão universitária encontra dificuldades para estabelecer o diálogo com a comunidade externa, pois a presença dos docentes e discentes, internamente, possibilita que ambos façam parte do processo avaliativo. Aproximar a comunidade da universidade, assim, é um desafio para a gestão das ações de extensão.

P2: A comunidade pode ser o protagonista, mas eu acho que é muito mais difícil de mensurar isso, pra chegar neles para fazer uma avaliação, então, o que a gente pode utilizar na verdade é, assim, de todos os membros o professor e o estudante. Em um momento ou outro, a gente sempre recebe algum comentário da comunidade, mas no final das contas, assim como eles são mais próximos, eu acho que é mais fácil a gente mensurar esses dados por meio deles.

A fala do participante aborda a ausência que também se apresenta nos normativos de extensão da UnB, pois não há previsão de participação da comunidade externa nas avaliações dos projetos e programas de extensão. Além disso, conforme Sousa e Meirelles (2013) apresenta, também, a necessidade de enxergar as particularidades típicas do fazer extensionista, considerando seu “fazer complexo” (FORPROEX, 2013) e tendo em mente que a extensão guarda particularidades para sua institucionalização.

A importância da troca de saberes entre universidade e comunidade também é destacada por Silva (2009), o qual orienta que faz parte do compromisso da universidade a aproximação entre os saberes científicos e as experiências dos diferentes grupos, promovendo, assim, a superação de uma formação meramente instrumental, o que promove a aproximação da

universidade junto à comunidade e forma profissionais comprometidos com a sociedade e com os setores mais vulneráveis da população. (SILVA, 2009, p.200).

Além da necessidade de ampliar a participação discente e da comunidade externa nos processos de avaliação das ações de extensão, a figura do técnico-administrativo parece estar ainda mais invisibilizada. A análise das dissertações e teses demonstra que o técnico aparece, muitas vezes, como público de interesse das ações de extensão, como no caso de cursos de idiomas (GOMEZ, 2018), mas, apesar disso, a participação do técnico nos processos avaliativos também é restrita e, em muitos casos, inexistente.

Essa ausência de participação dos técnicos-administrativos na avaliação das ações de extensão vai contra a perspectiva de avaliação participativa. Nesse sentido, é preciso ampliar o processo avaliativo, pois, conforme Gomez (2018, p.125), as decisões da gestão universitária devem se pautar nas diretrizes da gestão democrática e contar, portanto, com a participação de docentes, discentes, técnicos-administrativos e representantes da comunidade externa.

Nesse viés, os Participante 4 e 1 do GF destacaram que a norma da Universidade de Brasília não permite que os técnicos sejam coordenadores das ações, também não há no Sistema SIEX um campo específico para cadastro dos técnicos, o que invisibiliza a participação deles. Os técnicos também não participam do processo de avaliação dos PEACs.

P4: Na verdade, poucos técnicos participam, a gente sabe que poucos técnicos participam de projetos, programas de extensão. Não, não são poucos, o problema é que a nossa norma não permite que eles sejam coordenadores, então a figura do técnico quase não aparece.

P1: Não, o SIEX tem aluno bolsista, na hora de ele se vincular, o pessoal tá falando exclusivamente do módulo de frequência. No módulo de frequência o aluno pode se matricular como bolsista, aluno não-bolsista ou membro externo. O membro externo pegaria o técnico... Por exemplo, assim só pela proposta não dá pra saber quem é técnico e quem não é.

Apresenta-se, assim, conforme fala dos participantes 1 e 4, a ausência de participação dos técnicos administrativos e da comunidade externa no processo de avaliação dos PEACs, além da baixa taxa de recebimento de respostas dos relatórios dos discentes.

A participação, conforme orientado por Gatti (2011), é essencial para o processo de avaliação da extensão universitária, assim, é necessário que todos os atores envolvidos nos PEACs reflitam acerca das ações extensionistas. Tem-se, assim, demonstrada uma falha no processo de avaliação dos projetos/programas de extensão, pois a falta de participação torna a avaliação centrada apenas em um dos atores e, portanto, enviesada.

Sobre a participação da comunidade externa nos processos avaliativos dos Projetos/Programas de Extensão, o GF esclareceu que os coordenadores de PEACs costumam relatar diversas participações dos membros externos. Apesar desse relato, o feedback da participação da comunidade é, geralmente, passado aos próprios coordenadores e o Decanato de Extensão não tem acesso aos dados da avaliação.

P3: É, por exemplo, nos relatórios que eu estou lendo agora, alguns fizeram grupo focal com a comunidade para avaliar. Mas nós não temos acesso, o professor implementou essa avaliação lá, eles dão o feedback para o professor, nós não temos acesso a esse feedback.

Nesse sentido, Kienetz (2018, p.73) esclarece que um dos principais aspectos para avaliação da ação de extensão é o impacto dessas ações junto à comunidade. Dessa forma, os produtos gerados pelas ações extensionistas devem ser úteis para a sociedade, além de refletirem o momento vivenciado pela comunidade. Assim, é relevante que essas informações sejam sistematizadas e publicizadas pela universidade, possibilitando, assim, que os produtos das ações de extensão sejam de amplo acesso pela sociedade.

Sobre a ausência de apresentação e publicização dos resultados da participação dos discentes, como parte da avaliação dos PEACs, o participante 4 destacou, ainda, que a baixa taxa de recebimento dos relatórios dos discentes se dá pela forma como a extensão ainda é percebida pela universidade.

P4: Só que é um problema, porque, infelizmente, a extensão é tratada como primo pobre, entendeu?! Então, por exemplo, o que é um outro momento de avaliação que nós temos, que é a exposição de plano, quando acontece a exposição de pôsteres e trabalhos de extensão, acontece no contexto da semana universitária. A gente faz uma visita em cada um dos projetos, é uma espécie de avaliação. Nesse último mesmo encontro de estudantes, nós tivemos o primeiro encontro de extensionistas neste ano, e nós observamos que tinha estudante que tava desesperado para ir embora porque eles queriam apresentar o banner deles no PIBIC, que é a iniciação científica e aconteceu de ser no mesmo dia esse ano. E os professores, os coordenadores, orientaram os estudantes que ganham bolsa de extensão a abandonarem o encontro e irem para o de iniciação científica, porque conta mais para eles, no lattes deles.

A fala do P4 corrobora com o elucidado por Serrano (2013, p. 13), pois a consolidação da extensão universitária, como proposto pela Política Nacional de Extensão e pela Constituição Federal de 1988, ainda não é uma realidade em grande parte das universidades públicas brasileiras. O participante 4 utiliza o termo “primo pobre” para expressar a posição secundária muitas vezes relegada à extensão, especialmente, quando comparada à pesquisa e ao ensino.

Nesse sentido, tem-se, mais uma vez, demonstrada a importância de repensar os processos avaliativos dos projetos/programas de extensão, pois se faz necessário que a universidade reflita acerca de suas metodologias e proponha novos métodos avaliativos, capazes de ampliar a institucionalização e a consolidação da extensão universitária em todos os âmbitos.

Pode-se dizer que, conforme explicitado pelo GF, a avaliação dos projetos/programas de extensão na UnB apresenta a participação de dois atores dos PEACs: coordenador docente, por meio do relatório parcial e final, apresentado como requisito para renovação ou finalização do projeto/programa e relatório de atividades produzido pelos discentes. O relatório de atividades não é sistematizado pelo Decanato de Extensão e, também, não conta com ampla participação dos estudantes. Além disso, comunidade externa e técnicos-administrativos não participam do processo avaliativo na UnB.

A respeito da possibilidade de se fazer extensão universitária sem a participação da comunidade externa, o participante 3 do GF destacou que, de acordo com os regulamentos que regem a extensão, não há essa possibilidade, pois as ações devem ser voltadas para a sociedade.

P3: Uma atividade de extensão ela precisa ter o protagonismo do estudante, estar vinculada a Universidade, mas voltada para a sociedade, voltada para a comunidade se não tiver como público-alvo a comunidade externa, não deveria ser uma ação de extensão.

A fala corrobora o proposto pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão (FORPROEX), o qual destaca que a extensão deve se consolidar como processo que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável, viabilizando a relação transformadora entre Universidade e Sociedade.

Sobre a necessidade de ampliar o processo avaliativo, permitindo que os demais atores envolvidos nas ações de extensão participem da avaliação, conforme elucidado por Gatti (2014), os participantes 1 e 5 destacaram que o Decanato de Extensão deveria possibilitar formas de ouvir o que a comunidade interna e externa pensa a respeito de um processo avaliativo, para, a partir dessa escuta, propor um modelo mais abrangente.

P5: A gente faria seminários com os campis, pra gente ouvir nossos próprios extensionistas para criar um sistema de avaliação melhor. Eu acho que o DEX simplesmente no burocrático, vamos decidir, vamos fazer, seria péssimo.

P1: Eu acho que poderia ser por consulta, ele marca um dia nos campis chamava os professores e alunos que estão envolvidos e diante do relato deles, verificar o que eles acham que poderia ser um instrumento de avaliação ou poderia colocar uma pesquisa na página do DEX.

Nesse sentido, conforme Ceccim e Feuerwerker (2004, p. 57), uma roda de conversa poderia possibilitar a integração dos diferentes atores envolvidos nas ações de extensão, viabilizando uma avaliação participativa, pois os autores elucidam que a roda alimenta circuitos de troca e serve para mediar processos de aprendizagem recíproca.

Sobre a necessidade de ampliar a participação no processo avaliativo, o GF, conforme fala do P2, corroborou a opinião dos pesquisadores ao elucidar que a participação de diversos atores na avaliação das ações de extensão fortalece os projetos e programas de extensão. Conforme Gatti (2011), a avaliação em extensão deve ser realizada de forma participativa.

Nesse sentido, Castro (2015) orienta que é importante que a gestão universitária se volte para o alcance das diretrizes propostas pelo Plano Nacional de Extensão, como a interação dialógica. Para a autora, a falta de protagonismo da comunidade, nesse processo, acaba por se estabelecer como um inviabilizador dessa diretriz e de outras orientações do Plano.

Os participantes do GF esclareceram que a realização de uma avaliação por meio de *Visita in Loco*, realizada por um técnico especialista em extensão, poderia suprir a necessidade de participação dos diferentes atores no processo avaliativo. Nesse sentido, a proposta dos técnicos administrativos do DEX vai ao encontro do que Serrano (2012, p. 154) chamou de “avaliação emancipatória”.

Quadro 4 — Avaliação Participativa em Extensão Universitária.

CATEGORIA II: Avaliação Participativa em Extensão Universitária

Síntese das verbalizações e da Revisão Sistemática

- ✓ Fragilidade do processo de avaliação: inexistência de um processo de avaliação participativa;
- ✓ Criação de um canal aberto de diálogo com a comunidade (roda de conversa);
- ✓ Participação dos diversos atores no processo de reflexão acerca do fazer extensionista;
- ✓ Fortalecimento da extensão por meio da participação;
- ✓ Diretriz interação dialógica do Plano Nacional de Extensão;
- ✓ Protagonismo do discentes na realização das ações;
- ✓ Troca de saberes entre universidade e comunidade;
- ✓ Desconhecimento da política de extensão por parte dos participantes dos PEACs;
- ✓ Importância da participação da comunidade externa;
- ✓ Invisibilização da participação do técnico administrativo;
- ✓ Extensão é vista como “primo pobre”;

1. Os participantes do GF esclareceram que a realização de uma avaliação por meio de Visita in Loco, realizada por um técnico especialista em extensão, poderia suprir a necessidade de participação dos diferentes atores no processo avaliativo. Nesse sentido, a proposta dos técnicos administrativos do DEX vai ao encontro do que Serrano (2012, p. 154) chamou de “avaliação emancipatória”.

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

4.3 Avaliação em Extensão Universitária na UnB

A pesquisa realizada com os termos “Avaliação” e “Extensão Universitária” apresentou uma única dissertação que teve como lócus de pesquisa a Universidade de Brasília. A dissertação intitulada “Extensão universitária e sua eficácia: estudo de caso do UnB Idiomas”, de Maristela Abad, apresentou diversos dados relevantes acerca da atuação da Universidade de Brasília em projetos e programas de extensão.

Acerca da avaliação das ações extensionistas, Abad (2015) orienta que a avaliação é um importante instrumento para que sejam analisados os processos e resultados propostos a partir

dos objetivos das políticas extensionistas. Além disso, a autora destaca que a avaliação é fundamental para que os resultados propostos sejam alcançados, além de propiciar a melhor utilização e controle dos recursos aplicados nos PEACs.

Nesse sentido, tendo em vista o objetivo de diagnosticar a metodologia atual de avaliação das ações de extensão na Universidade de Brasília, o grupo focal, esclareceu quais são os métodos utilizados pelo DEX para avaliação:

P1: Com relação ao relatório final, após o término da ação, inclusive até como condição pra que a ação seja renovada, é a apresentação de um relatório final pelo docente. Também é apresentado um relatório dos discentes que participam daquele projeto ou daquele programa e nós recebemos esse relatório na Diretoria Técnica da Extensão (DTE).

P2: Então, nesse sentido, a avaliação, durante a execução da ação, o que o decanato faz hoje é receber o relatório parcial ou final.

P5: Mas, isso é porque formalmente o professor é o protagonista nosso, ele é o coordenador, ele decide ação, ele decide tudo. O estudante faz a coisa funcionar, mas quem dá o sul, a gente de vez em quando pega uns conflitos que o professor não tava nem ai com o projeto e os estudantes estavam tocando o projeto, só que formalmente, oficialmente, o nosso protagonista é o coordenador/ coordenadora, o professor.

Acerca do modelo avaliativo atualmente utilizado na UnB, o Participante 1 do Grupo Focal esclareceu, também, que há a participação de dois atores: discentes e docentes. Os docentes avaliam por meio de relatório parcial e final, enquanto discentes apresentam relatório de suas atividades. Além disso, em alguns casos, os projetos que são vinculados a algum edital, podem receber visitas in loco para verificar a execução.

P1: Então, nesse sentido, a avaliação durante a execução da ação, o que o decanato faz hoje é receber o relatório parcial feito pelo professor, em alguns casos, os projetos vinculados a algum edital, é o que ocorreu, principalmente, nesse ano de 2019 e em 2018 também, mas especificamente com o edital de 2019 foram visitas, onde a ação estava sendo desenvolvida, então foi uma equipe do DEX, foi equipe da DTE, pessoas também da comunicação principalmente produtora cultural e jornalista, no caso um jornalista. Inclusive escreveram matéria sobre essas ações.

P3: O estudante relata as atividades, o que acaba sendo uma avaliação, porque o que o estudante faz está muito vinculado ao objetivo do projeto, as ações ali no plano de trabalho do estudante é justamente pra atingir aquilo que foi proposto no projeto.

Nesse sentido, Abad (2015, p. 12) esclarece que a avaliação permite que sejam fornecidos “aos gestores dados importantes para o desenho de políticas mais consistentes e para uma gestão pública mais eficaz. Além de ser útil para medir a eficácia da gestão pública [...]”. A autora orienta, ainda, que a avaliação é decisiva para o aumento da satisfação do público

atendido, além de estímulo para parcerias internas e para o alcance da legitimidade social da política extensionista.

A respeito da avaliação dos PEACs que é realizada na Universidade de Brasília, o grupo focal destacou que o relatório realizado pelo coordenador do projeto possibilita a inserção de material como reportagens, fotos, links de redes sociais, entre outros, os quais demonstram a participação da comunidade externa e deve servir, também, como avaliação do PEAC.

Apesar disso, como os relatórios não são analisados pelo Decanato, essa informação não é sistematizada. A sistematização dos dados dos relatórios, de acordo com o Participante 1, não acontece, atualmente, devido à falta de pessoal suficiente para análise e tabulação dos dados colhidos.

P2: No relatório tem um campo específico para eles inserirem links de reportagens, matérias, links de páginas, de redes sociais. Inclusive nos editais a gente traz essa previsão de o professor criar uma estratégia de comunicação, de como ele vai dar visibilidade ou publicizar as ações que são desenvolvidas ali naquele projeto.

P1: Com relação ao relatório final, nós recebemos esse relatório na Diretoria da Extensão, mas não temos pernas ainda para fazer análise de todos os relatórios, tabular dados e escrever um relatório posterior sobre essas ações de extensão concluídas.

O grupo focal destacou a política de avaliação orientada pela resolução CEPE nº60/2015, a qual orienta que cabe aos coordenadores de projetos, programas, cursos e eventos de extensão a elaboração de relatórios parciais e finais de avaliação visando ao aprimoramento das ações.

Além disso, o participante 1 esclareceu que os discentes que integram projetos e programas de extensão assumem o compromisso, a partir de um termo assinado, de elaborarem relatório de suas ações, o qual também serve como parâmetro de avaliação do PEAC. Apesar disso, o participante 4 relatou que esse relatório não é apresentado por todos os estudantes.

P1: É, ele faz um relatório. Ele faz um relatório de participação naquela ação, tem um tempo definido não. Ele entrou, por exemplo, seis meses, ele tem a obrigatoriedade de apresentar um relatório das atividades que ele realizou naquele projeto.

P3: Relata as atividades que acaba sendo uma avaliação, porque o que o estudante faz está muito vinculado ao objetivo do projeto, as ações ali no plano de trabalho do estudante é, justamente, pra atingir aquilo que foi proposto no projeto.

P4: É importante ressaltar que o estudante que faz esse relatório, na verdade, é o estudante bolsista, não todo estudante que participa de extensão, não.

Abad (2015) esclarece que, excetuando-se o processo de avaliação do próprio curso analisado (parte do programa UnB Idiomas), o qual é realizado por meio de formulário do

Interfoco/DEX, não foram identificadas informações acerca de métodos e indicadores do Decanato de Extensão sobre a avaliação dos PEACs promovidos pela UnB.

Conforme explicitado pelo GF, atualmente, não há a sistematização dos dados dos relatórios dos docentes e dos discentes, o que corrobora o constatado por Abad (2015). Acerca da participação no processo avaliativo, pode-se dizer que a avaliação dos projetos/programas de extensão na UnB apresenta a participação de dois atores dos PEACs: coordenador docente, por meio do relatório parcial e final, apresentado como requisito para renovação ou finalização do projeto/programa e relatório de atividades produzido pelos discentes.

Abad (2015) elucida, ainda, que de acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) - 2014 – 2017, a normatização específica da extensão universitária na UnB está em processo de revisão nas unidades acadêmicas. O que poderia resultar na inclusão da previsão de indicadores de avaliação nessa revisão. A autora destaca a importância de os próprios programas extensionistas desenvolverem métodos avaliativos permanentes, tendo como referência as orientações dispostas na Política Nacional de Extensão.

Nesse sentido, sobre a possibilidade de desenvolver um novo método avaliativo para os PEACs da UnB que considere a escuta da comunidade externa e interna, de acordo com o participante 5, a universidade deveria promover encontros para decidir coletivamente como essa avaliação poderia ser realizada, para ele: “A gente faria seminários com os campis, pra gente ouvir nossos próprios extensionistas para criar um sistema de avaliação melhor.” (Participante 5).

O novo modelo avaliativo proposto pelo Grupo Focal seria a realização de visita in loco pelo Decanato de Extensão. Para os participantes, esse modelo possibilitaria que a universidade escutasse a comunidade externa, além de o técnico responsável pela avaliação poder mensurar o alcance dos objetivos propostos inicialmente pelo PEAC.

P1: O modelo que eu vejo que seria mais eficiente seria a visita in loco. Se não fosse a visita in loco, eu vejo que você pode pensar em mais de um tipo de avaliação, porque cada projeto vai ser muito específico.

P5: Mas, se eu faço uma visita in loco, nem que seja por amostragem, porque eu não consigo ver todos. Se, por exemplo, eu chego e não tem comunidade, é porque provavelmente está tendo problemas. O participar ou não da comunidade já é uma forma de avaliação porque eles vão e acham que é uma coisa, isso aqui não está me trazendo nada, aí eles param de participar. Isso já é uma forma de avaliação da comunidade. Se ela tem público ou não de fato. Mas, eu acho que pra pegar o qualitativo que você destacou, você tem que realmente ir lá, ver e conversar e ter muito cuidado em critérios de avaliação porque eles podem esconder a qualidade da coisa.

Além da possibilidade de um novo modelo avaliativo que fosse realizado por meio de uma visita in loco aos projetos/programas de extensão, o grupo focal também sugeriu que a universidade poderia disponibilizar um local de escuta por meio do site institucional, porém destacaram que, devido às particularidades da extensão universitária, essa modalidade de avaliação poderia não atender às demandas da comunidade.

P3: Aqui a gente poderia colocar um link ou um formulário no nosso site para se as pessoas quisessem fazer, poderíamos, mas baseado no fato que a maioria das ações de extensão são feitas em locais de vulnerabilidade social, a gente tem que considerar que a maioria delas não tem acesso a internet pra poder fazer, e nem conhecimento tecnológico pra fazer.

Pode-se concluir, portanto que, a respeito do processo avaliativo das ações de extensão na Universidade de Brasília, o grupo focal esclareceu que, formalmente, os professores são os responsáveis pelo processo de institucionalização e de avaliação dos PEACs. A avaliação realizada na UnB, assim, atualmente, é centrada na figura do docente e não conta com a participação efetiva dos discentes, da comunidade externa e dos técnicos administrativos. Apesar de os docentes apresentarem o relatório, conforme fala do P1, atualmente, os dados desses documentos não são sistematizados ou publicizados pela universidade devido à falta de pessoal técnico administrativo.

Para viabilizar um novo modelo de avaliação que considere a escuta dos diferentes atores, no âmbito da Universidade de Brasília, a proposta da visita in loco, levantada pelo Participante 5 do Grupo Focal, poderia suprir a necessidade de ampliar a participação no processo avaliativo da UnB, servindo, assim, como uma proposta emancipatória e participativa (SERRANO, 2012), pois viabilizaria que as diferentes perspectivas fossem consideradas no processo avaliativo.

O Grupo Focal possibilitou, assim, a compreensão da perspectiva dos técnicos administrativos do Decanato de Extensão acerca da atuação da Universidade de Brasília no processo avaliativo de projetos e programas de extensão, pois possibilitou que os participantes discutissem abertamente acerca do tema, suscitando relevantes colaborações para esta pesquisa, como a sugestão de avaliação in loco. Além disso, a conversa viabilizou que seja realizado o diagnóstico da avaliação atualmente realizada pela UnB.

Concluimos, portanto, que a revisão sistemática realizada na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações do IBCT, bem como o grupo focal realizado com os técnicos administrativos do Decanato de Extensão da UnB, demonstraram que o modelo avaliativo

proposto pelos normativos da Universidade de Brasília é semelhante ao utilizado em diversas universidades federais brasileiras.

Nesse sentido, conforme destacaram os autores, a avaliação dos projetos/programas de extensão continua centrada na figura do coordenador de extensão, o qual, na maioria das vezes, é um docente. Vimos que os trabalhos acadêmicos demonstraram a importância de ampliar a participação dos diversos atores nos processos avaliativos das ações de extensão (CASTRO, 2015; SERRANO, 2012; SOUZA, 2013; FEITOSA, 2009; SILVA, 2016; GOMEZ, 2018; ARAUJO, 2014; KIENETZ, 2018).

A respeito da possibilidade de uma avaliação participativa, o Grupo Focal concordou que a possibilidade de uma visita presencial, *in loco*, ao local de realização dos projetos e programas de extensão, possibilitaria a participação de outros atores envolvidos no processo, como discentes, técnicos e comunidade externa.

A proposta do GF vai ao encontro do proposto por Castro (2015), pois a autora esclarece que a inexistência de um processo de avaliação participativa é uma das principais fragilidades dos projetos/programas de extensão universitária. Dessa forma, cabe à gestão universitária criar estratégias que integrem os diversos atores participantes de PEACs, de forma que seja possível identificar as fragilidades das ações de extensão para, posteriormente, atuar sobre elas, tendo em vista a qualificação dessas ações.

Acerca da necessidade de propor um modelo de avaliação participativa que considere a escuta dos diferentes atores envolvidos nos PEACs como meio para alcançar a eficácia da atuação extensionista, apresentaremos, a seguir, a sugestão de que a universidade promova roda de conversas com mediação de um técnico administrativo especialista em extensão.

Quadro 5 — Avaliação em Extensão Universitária na UnB.

CATEGORIA III: Avaliação em Extensão Universitária na UnB**Síntese das verbalizações e da revisão sistemática**

- ✓ Acerca do modelo avaliativo atualmente utilizado na UnB, há a participação de dois atores: discentes e docentes. Os docentes avaliam por meio de relatório parcial e final, enquanto discentes apresentam relatório de suas atividades.
- ✓ O relatório realizado pelo coordenador do projeto possibilita a inserção de material como reportagens, fotos, links de redes sociais, entre outros, os quais demonstram a participação da comunidade externa e deve servir, também, como avaliação do PEAC.
- ✓ Não há a sistematização, análise e divulgação dos dados dos relatórios;
- ✓ Promoção de encontros para conversar sobre a avaliação das ações de extensão;
- ✓ Visita in loco;
 1. Na UnB, os professores são os responsáveis pelo processo de institucionalização e de avaliação dos PEACs. A avaliação realizada é centrada na figura do docente e não conta com a participação efetiva dos discentes, da comunidade externa e dos técnicos administrativos.
 2. Apesar de os docentes apresentarem o relatório, os dados desses documentos não são sistematizados ou publicizados pela universidade devido à falta de pessoal técnico administrativo.
 3. Para viabilizar um novo modelo de avaliação que considere a escuta dos diferentes atores, no âmbito da Universidade de Brasília, a proposta da visita in loco poderia suprir a necessidade de ampliar a participação no processo avaliativo da UnB, servindo, assim, como uma proposta emancipatória e participativa (SERRANO, 2012), pois viabilizaria que as diferentes perspectivas fossem consideradas no processo avaliativo.

Fonte: Elabora pela autora (2019).

5 PROPOSTA DE MODELO DE AVALIAÇÃO DA EXTENSÃO

Considerando a necessidade de incluir os diversos atores envolvidos em projetos/programas de extensão no processo avaliativo dos PEACs e tendo em vista a proposta de uma avaliação participativa para a Universidade de Brasília, para propor o produto desta dissertação foram consideradas as falas dos técnicos do Decanato de Extensão, participantes do Grupo Focal, o referencial teórico analisado neste trabalho, além da revisão sistemática acerca da avaliação em extensão.

Nesse sentido, conforme orientado por Ceccim e Feuerwerker (2004), propomos que seja realizada uma roda de conversa com o envolvimento dos docentes, discentes, técnicos administrativos e comunidade externa envolvidos nos projetos/programas de extensão da UnB. A roda de conversa com a presença dos diversos atores dos PEACs deverá contar com a mediação de um técnico administrativo especialista em extensão universitária, conforme proposto pelo Grupo Focal.

Figura 7 — Desenho Roda de Conversa



Fonte: Elaborado pela autora (2019).

O objetivo da roda de conversa é permitir que os participantes dos projetos/programas de extensão estabeleçam um diálogo aberto acerca do alcance dos objetivos do PEAC, além de possibilitar que todos se sintam à vontade para colaborarem com a construção de uma avaliação participativa. Nesse sentido, conforme orientado por Furtado (2011), o acolhimento de todas

as falas, permitirá que a experiência seja enriquecedora, pois todos os atores estarão aptos para incorporar novas opiniões.

Tendo em vista o grande número de PEACs atualmente vigentes na UnB, esse modelo avaliativo seria realizado por meio de amostra e o Decanato de Extensão seria o responsável pela organização e proposição das rodas de conversa, além de prover os meios técnicos para que o processo avaliativo possa ser realizado. Além disso, o técnico administrativo especialista em extensão deveria permanecer neutro no processo, participando apenas como ouvinte e registrando a participação de todos os envolvidos na avaliação participativa.

Sugerimos, também, que, após a realização da roda de conversa, o registro realizado pelo técnico do DEX seja disponibilizado através do site da UnB, UnB TV e demais meios de comunicação que pudessem ter o maior alcance possível dessas informações. A publicidade dessa avaliação possibilitaria o retorno à comunidade das ações realizadas pela universidade, além de servir como parâmetro para avaliação da própria instituição.

Para servir como guia para a realização da roda de conversa, deve ser providenciado instrumento no qual constem os objetivos propostos pela Política Nacional de Extensão para os programas/projetos, além do relatório de aprovação do PEAC pela Câmara de Extensão, tendo em vista estabelecer parâmetros para possibilitar a avaliação das ações.

Nesse sentido, destacamos que são diretrizes das ações de extensão: Interação Dialógica Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade Indissociabilidade Ensino - Pesquisa - Extensão Impacto na Formação do Estudante Impacto e Transformação Social. (FORPROEX, 2012). A roda de conversa, dessa forma, possibilitará, por si mesma, o alcance da diretriz dialógica.

Conforme orientação do FORPROEX (2012), a diretriz de Interação Dialógica orienta que as relações entre universidade e sociedade sejam marcadas pelo diálogo e pela troca de saberes, se estabelecendo, assim, como mecanismo para superação da hegemonia acadêmica. Dessa forma, conforme proposto por Freire (2016), estaria superada a ideia de estender à sociedade um conhecimento pronto, substituindo essa “extensão” pela comunicação, ou seja, pela construção conjunta do conhecimento que possibilitará a superação da desigualdade social e a edificação de uma sociedade mais justa, ética e democrática.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No âmbito da Universidade de Brasília (UnB), há diversos marcos regulatórios que orientam, internamente, a institucionalização e a avaliação das ações extensionistas, contudo, ainda não está consolidada, em todos os espaços universitários, uma cultura institucional de avaliação das ações extensionistas.

A construção de instrumentos, indicadores e metodologias para avaliação dos projetos e programas de extensão possibilitará à UnB, como proposto pelo FORPROEX, a consolidação do fazer extensionista, além de viabilizar a divulgação e transparência do impacto social gerado pela extensão universitária.

O cumprimento dos objetivos propostos pela Política Nacional de Extensão é essencial na busca pelo diálogo entre universidade e comunidade, pois essa integração viabilizará a construção de políticas públicas voltadas para a transformação social. Mais do que fazer da população um objeto de estudo, a universidade precisa dialogar com ela e deixar que ela assuma o protagonismo para a transformação da sua realidade.

Nesse sentido, a Política Nacional de Extensão estabelece para as universidades públicas a diretriz de Impacto e Transformação Social, a qual reafirma que a Extensão é o mecanismo pelo qual se consolida a relação entre a universidade e sociedade, de forma a gerar uma atuação transformadora, capaz de intervir positivamente nas necessidades da população.

A Extensão Universitária se apresenta, assim, como caminho necessário para que a universidade pública possa traçar os meios para se constituir, cada vez mais, como agente de provocação de mudanças sociais. Além de incluir as comunidades que a circundam, é preciso que seja estabelecido um diálogo constante entre comunidade e universidade, pois, apenas dessa forma, a universidade alcançará seus objetivos.

A importância dessa construção conjunta entre universidade e comunidade tem sido evidenciada mais uma vez pelos ataques sofridos pelas universidades públicas. Os constantes cortes nos orçamentos, ocorridos, principalmente, no ano de 2018, suscitaram novamente questionamentos acerca da relevância social da universidade e evidenciaram a necessidade de mostrar a presença real da universidade como agente de transformação social.

Para tanto, faz-se necessário que a universidade pública estabeleça, ainda mais, o diálogo com a comunidade que a circunda, se inclua nela e a integre de fato. É preciso, portanto, resignificar muitos dos fazeres acadêmicos, tornando-os incluídos na realidade. Além disso, todos os agentes universitários, docentes, discentes e técnicos administrativos, devem ter consciência do fundamental papel que a universidade exerce para alteração do *status quo*.

Como pretendemos evidenciar, a extensão universitária é o principal meio para que a universidade se estabeleça além dos muros e sirva como meio para superação de desigualdades sociais. O fazer extensionista possibilita que comunidade e universidade atuem juntas na formulação de políticas públicas efetivas, bem como propicia que a pesquisa e o ensino sejam realizados de forma contextualizada e engajada socialmente. Além disso, a extensão possibilita que a comunidade enxergue a universidade como parte integrada de si mesma e como agente de mudança social.

Nesse sentido, a normatização e a implementação dos programas e projetos de extensão nas universidades públicas e, especialmente, na Universidade de Brasília, não podem se concretizar sem que sejam aprimorados os mecanismos para avaliação do impacto educacional e social que os projetos e ações de extensão atingem.

A avaliação dos PEACs, assim, possibilitará que a UnB ocupe seu lugar como protagonista na construção de políticas públicas voltadas para a transformação social. Para isso faz-se necessário que seja consolidada uma política interna de avaliação da extensão Universitária.

O papel da universidade pública, portanto, não tem como se consolidar sem que a extensão universitária seja fortalecida e consolidada, de fato, como parte essencial do tripé da universidade proposto pela CF/1988. Não há como se falar em transformação social e em produção de conhecimento engajado sem que a comunidade, principal demandante de políticas públicas, participe e integre esse processo.

Dessa forma, sabemos que é cada vez mais importante que a universidade reflita acerca de suas ações e, como parte dessa reflexão, gere processos de mudança que produzam, de fato, transformação social. Além disso, é necessário que esse processo de reflexão acerca do fazer extensionista seja amplo e participativo, contando com a participação de todos os atores envolvidos nas ações de extensão.

Ampliar o processo de avaliação dos projetos e programas de extensão é, assim, essencial para que a universidade pública possa ouvir o feedback de todos os envolvidos nos PEACs, fazendo com que a avaliação retroalimente os processos universitários e sirva como guia de mudanças e melhorias internas. A avaliação participativa é, assim, a nosso ver, o caminho para o alcance dos objetivos extensionistas propostos pela Política Nacional de Extensão.

A revisão sistemática e o grupo focal realizados nesta pesquisa apresentaram relevantes colaborações de pesquisadores de diversas universidades públicas brasileiras e dos técnicos administrativos que trabalham diretamente com extensão na Universidade de Brasília, o que

pode ser um facilitador para que surjam outras pesquisas na área, pois delineiam possíveis caminhos para a trajetória da avaliação em extensão nas universidades.

Dessa forma, esperamos que surjam novas pesquisas na área e que este estudo possa, também, colaborar para a reflexão acerca do fazer extensionista. A extensão é, a nosso ver, o presente e o futuro da universidade pública e deve, assim, ser valorizada como parte essencial do tripé que a sustenta. Refletir acerca da avaliação em extensão é, assim, indispensável na busca pela consolidação da universidade como agente de transformação social e construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

REFERÊNCIAS

ABAD, M. Extensão universitária e sua eficácia: estudo de caso do UnB Idiomas. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de Brasília, p. 145. 2015.

ARAÚJO, C. M. Implicações dos projetos de extensão universitária para a formação do professor de Educação Física. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Triângulo Mineiro, p. 90. 2014.

AZEVEDO, P. Instrumento de avaliação de projetos de extensão na modalidade de educação a distância. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina, p. 224. 2012.

BARDIN, L. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70. 2016.

BRASIL. Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931. Dispõe que o ensino superior no Brasil obedecerá, de preferência, ao sistema universitário, podendo ainda ser ministrado em institutos isolados, e que a organização técnica e administrativa das universidades é instituída no presente Decreto, regendo-se os institutos isolados pelos respectivos regulamentos, observados os dispositivos do seguinte Estatuto das Universidades Brasileiras. Centro de Documentação e Informação (CEDI), Rio de Janeiro, RJ. 11 abr. 1931. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 3 jan. 2018.

BRASIL. Decreto Nº 7.233, de 19 de Julho de 2010. Dispõe sobre procedimentos orçamentários e financeiros relacionados à autonomia universitária, e dá outras providências.

_____. Lei nº 3.998, de 15 de dezembro de 1961. Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade de Brasília, e dá outras providências. Brasília: DF, 1961. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1950-1969/L3998.htm. Acesso em 17 nov. 2019.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, de 05 de outubro de 1988. Promulga a Constituição da República Federativa do Brasil. Portal da Legislação, Brasília, DF, 05 out. 88. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em 01 out. 2018.

_____. Decreto nº 6.495, de 30 de junho de 2008. Institui o Programa de Extensão Universitária - PROEXT. Portal da Legislação, Brasília, DF, 30 jun. 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6495.htm. Acesso em 27 de mar. 2018.

_____. Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação PNE e dá outras providências. Portal da Legislação, Brasília, DF, 09 jan. 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10172.htm. Acesso em 08 jan. 2018.

_____. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação PNE e dá outras providências. Portal da Legislação, Brasília, DF, 25 jun. 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm. Acesso em 13 abr. 2018.

_____. Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Centro de Documentação e Informação (CEDI), Brasília, DF, 28 nov. 1968. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5540-28-novembro-1968-359201-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em 04 jan. 2018.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF. 20 dez. 1996b.

_____. Política Nacional de Extensão Universitária. Manaus, AM. Maio 2012. Disponível em: <http://proex.ufsc.br/files/2016/04/Pol%C3%Adica-Nacional-de-Extens%C3%A3o-Universit%C3%A1ria-e-book.pdf>. Acesso em 03 jan. 2018.

BARBOSA, V. C. Extensão Universitária: Proposição e validação de um instrumento de avaliação da percepção dos discentes. 2012. 131 f. Dissertação (Mestrado em Administração) –Faculdade Mineira de Educação e Cultura, Faculdade de Ciências Empresariais, Belo Horizonte, 2012.

BÊRNI, D. de A.; FERNANDEZ, B. M. Métodos e técnicas de pesquisa. São Paulo: Saraiva, 2012.

BORGES, J. M. A gestão universitária de projetos de extensão na perspectiva da gestão social. Dissertação (Mestrado). Departamento de Ciências da Administração do Centro Sócio Econômico da Universidade Federal de Santa Catarina, p. 288. 2013.

CANO, I. Nas trincheiras do método: o ensino da metodologia das ciências sociais no Brasil. Sociologias, Porto Alegre, v. 14, n. 31, p. 94-119, 2012.

CARBONARI, M.; PEREIRA, A. A extensão universitária no Brasil: do assistencialismo à sustentabilidade. Revista de Educação, Campinas, v. 10, n.10, p. 25, 2007.

CARVALHO, M. C. B. "Avaliação Participativa – uma Escolha Metodológica". In Rico, E.M. (org.) Avaliação de Políticas Sociais. IEE-PUC SP, 1999, 2ª ed. p. 87-94.

CASTRO, A. T. K. A. Extensão universitária e formação política na universidade pública: o caso Projeto Rondon na UFRGS e na UDESC. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, p.220. 2015

CECCIM, R. B.; FEUERWERKER, L. C. M. O Quadrilátero da Formação para a Área da Saúde: Ensino, Gestão, Atenção e Controle Social. Physis, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 4165, 2004.

CRESWELL, J. W. Projeto de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

COHEN, E. e FRANCO, R. Avaliação de projetos sociais. Petrópolis, RJ: Vozes. 1993.

DOMINGUES, E. S. Extensão Universitária Na UFSM: Propostas Para Elaboração De Um Instrumento De Avaliação. Dissertação (Mestrado). Centro de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal de Santa Maria, p. 95. 2016.

FAGUNDES, H.; MOURA, A. B. Avaliação de programas e políticas públicas. Revistas Textos e Contextos. Porto Alegre, v. 8, n.1, p. 89-103, jan./jun. 2009.

FRANCO, M. L. P. B. Análise de conteúdo. Brasília: Plano, 2003.

FEITOSA, A. I. Identificação de indicadores e definição de Ambiente estratégico para avaliação de desempenho da extensão universitária. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Ceará, p. 129. 2009.

FREIRE, P. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1983.

FREIRE, P. Pedagogia da esperança: um reencontro com a Pedagogia do oprimido. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

_____. Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: UNESP, 2000.

_____. Extensão ou Comunicação? Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 2013.

FIGUEIREDO, M. F.; FIGUEIREDO, A. M. C. Avaliação política e avaliação de políticas: um quadro de referência teórica. Cadernos IDESP, São Paulo: IDESP, n. 15, 1986.

FORPROEX. II Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Estratégia de articulação com o ensino e a pesquisa Extensão, pesquisa e compromisso social Conceito de sala de aula Extensão, estágio e crédito curricular. Projetos e atividades de extensão. UFMG, Belo Horizonte: 23 e 24 de maio de 1988. Disponível em: <http://www.renex.org.br/documentos/Encontro-Nacional/1988-II-Encontro-Nacional-do-FORPROEX.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2019.

_____. Plano Nacional de Extensão Universitária. 1999. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/documentos/Colecao-Extensao-Universitaria/01-Plano-Nacional-Extensao/Plano-nacional-de-extensao-universitaria-editado.pdf>. Acesso em 03 jan. 2018.

_____. Avaliação Nacional da Extensão Universitária. 2001a. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Avaliacao-Extensao.pdf>. Acesso em: 14 out. 2018.

_____. Extensão Universitária: organização e sistematização. Belo Horizonte: Coopmed, 2007. Disponível em: << <https://www.ufmg.br/proex/renex/documentos/Colecao-Extensao-Universitaria/06-Organizacao-e-Sistematizacao/Organizacao-e-Sistematizacao.pdf>>>. Acesso em: 12 jan. 2018.

_____. Avaliação da Extensão Universitária: práticas e discussões da Comissão Permanente de Avaliação da Extensão. Organização: Maria das Dores Pimentel Nogueira. Belo Horizonte: FORPROEX/CPAE; PROEX/UFMG, 2013 (Coleção Extensão Universitária; v.8).

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Estatuto e Regimento Geral. Brasília – DF, set. 2011. Disponível em: https://www.unb.br/images/Noticias/2016/Documentos/regimento_estatuto_unb.pdf. Acesso em 15 nov. 2019.

_____. Resolução CEPE nº 60/2015. Disponível em: [file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Resolucao-CEPE-60-2015%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Resolucao-CEPE-60-2015%20(2).pdf). Acesso em 12 out. 2018.

_____. Estatuto e Regimento Geral. 2011. Disponível em: http://www.unb.br/images/Noticias/2016/Documentos/regimento_estatuto_unb.pdf> Acesso em: 18 out. 2019.

_____. Resolução do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão Nº 0060/2015. Disponível em: < <http://www.dex.unb.br/sobre-camara/category/13-resolucoes-da-unb?download=613:resolucao-do-conselho-de-ensino-pesquisa-e-extensao-n-60-2015>>. Acesso em: 14 jan. 2019.

_____. Plano de Desenvolvimento Institucional 2018-2022. 2017. Disponível em: http://www.deg.unb.br/images/dtg/cil/legislacoes/Plano_de_Developolvimento_Institucional_2018-2022.pdf. Acesso em: 18 out. 2019.

FURTADO, J. P. Avaliação de Programas e Serviços. In: CAMPOS, G. W. S. *et al.* (Org.). Tratado de Saúde Coletiva. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

GATTI, B. A. Grupo focal na pesquisa em Ciências Sociais e Humanas. Brasília, DF: Líber Livro, 2005.

_____. A. Estudos quantitativos em educação. Educação e Pesquisa. São Paulo, v. 30, n. 1, p. 11-30, jan./abr. 2004.

_____. Avaliação de professores: um campo complexo. *Est. Aval. Educ.*, São Paulo, v. 22, n. 48, p. 77-88, jan./abr. 2011.

_____. Formação inicial de professores para a educação básica: pesquisas e políticas educacionais. *Estudos em Avaliação Educacional*. v. 25, n. 57, p. 24 – 54, 2014.

_____. Sistemas de Avaliação Institucional: sistematização, interpretação e avaliação de informações. In: Alba Regina Azevedo Arana. (Org.). Os desafios da Avaliação Institucional: o papel do CPA. 1ed. Curitiba: Editora CRV, 2014, v. 1, p. 13-28.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMEZ, S. R. M. Gestão universitária e qualidade na extensão: institucionalização de cursos de línguas estrangeiras na UFSM. Dissertação (Mestrado). Centro de Educação, Universidade Federal de Santa Maria, p. 160. 2018.

HENRIQUES, R. O Papel da Extensão Universitária na nova Agenda de Inclusão Educacional e Social. Revista Brasileira de Extensão Universitária, [S.l.], v. 2, n. 2, p. 14-21, jul. 2004.

JEZINE, E. As práticas Curriculares e a Extensão Universitária. Anais do 2º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária. Belo Horizonte. 2004. Disponível em: www.ufmg.br/congrent/Gestao/Gestao12.pdf. Acesso em: 18 dez. 2018.

JUNIOR, A. L. S. A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E OS ENTRE-LAÇOS DOS SABERES. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia. Bahia, p. 248, 2013.

KAPLAN, R. S.; NORTON, D. P. A Estratégia em Ação: Balanced Scorecard. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

KIENETZ, T. B. Avaliação da extensão universitária: uma proposta para as ações de extensão da Universidade Federal de Santa Maria. Dissertação (Mestrado). Centro de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal de Santa Maria, p.213. 2018.

LEITE, D.; *et al.* Estudantes e Avaliação da Universidade: Um estudo conjunto Brasil-Portugal. Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 132, set./dez. 2007.

LIMA JÚNIOR, O. B. de *et al.* Intervenção planejada na realidade social: escopo e limites da pesquisa de avaliação. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1978.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. Fundamentos de metodologia científica. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MCNAUGHT, C., & LAM, P. Using Wordle as a supplementary research tool. The Qualitative Report. 2010. Disponível em: <http://www.nova.edu/ssss/QR/QR15-3/mcnaught.pdf>. Acesso em: 08 mai. 2019.

MINAYO, M. C. S. Construção de Indicadores Qualitativos para Avaliação de Mudanças. REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO MÉDICA, 83-91; 2009.

MINAYO, M. C. S. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, M. C. S. (Org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2001.

MINAYO, M. C. de S. Conceito de avaliação por triangulação de métodos. In M. C. DE S. MINAYO; S. G. ASSIS; E. R. SOUZA (Eds.). Avaliação por triangulação de métodos. Abordagem de programas sociais(pp.19-51). Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005.

NETO, J. A reforma universitária de Córdoba (1918): um manifesto por uma universidade latino-americana. São Paulo: Revista Ensino Superior Unicamp, 2011.

NOGUEIRA, M. D. P. (org). Extensão Universitária: diretrizes conceituais e políticas – Documentos básicos do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras 1987 – 2000. Belo Horizonte: PROEX/UFMG; o Fórum, 2000. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/documentos/Encontro-Nacional/1993-VII-Encontro-Nacional-do-FORPROEX.pdf>. Acesso em 15 jan. 2018.

_____. Extensão universitária no Brasil: uma revisão conceitual. In: FARIA, D.S. (Org.). Construção conceitual da extensão universitária na América Latina. Brasília: Universidade de Brasília, 2001. p.57-72.

_____. Avaliação da Extensão Universitária: práticas e discussões da Comissão Permanente de Avaliação da Extensão. Belo Horizonte: FORPROEX/CPAE; PROEX/UFMG, 2013. Disponível em: https://www.ufmg.br/proex/renex/images/avaliacao_da_extensao_livro_8.pdf. Acesso em 14 jan. 2019.

_____. Políticas de Extensão Universitária Brasileira. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

OLIVEN, Arabela Campos. Histórico da Educação Superior no Brasil. In: SOARES, Maria S. A. (org.). A Educação Superior no Brasil. Brasília: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), 2002.

PAIM, M. B.; KOVA LESKI, D. F.; MORETTI-PIRES, R. O. Avaliação participativa: análise da primeira oficina do VER-SUS Florianópolis (SC). 2016.

PAULA, J. A. A extensão universitária: história, conceito e propostas. Interfaces – Revista de Extensão, v. 1, n. 1, p. 5-23, Belo Horizonte, Jul./Nov. 2013.

PENNA, F. T. Avaliação em rede. Revista do Terceiro Setor. São Paulo: RITS - Rede de informações para o terceiro setor, 2003.

POWELL, R.A.; SINGLE, H. M. Focus groups. International Journal of Quality in Health Care, Oxford, vol. 8, n. 5, p. 499-504, 1996.

RIBEIRO, D. Testemunho. São Paulo: Siciliano, 1991.

ROCHA, L. A. C. Projetos Interdisciplinares de Extensão Universitária: ações transformadoras, Mogi das Cruzes: UBC, 2007. 84 f. Dissertação (mestrado) –Universidade Braz Cubas. Programa de Pós-Graduação em Semiótica, Tecnologias de Informação e Educação. Mogi das Cruzes –SP, 2008.

SAMPAIO, RF; MANCINI M. C. Estudos de Revisão Sistemática: Um guia para síntese criteriosa da evidência científica. Rev. bras. fisioter., São Carlos, v. 11, n. 1, p. 83-89, jan./fev. 2007.

SANTOS, B. S. A Universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade In. SANTOS, Boaventura de Sousa; ALMEIDA FILHO, Naomar. A Universidade no século XXI: para uma Universidade nova. Coimbra: Edições Almedina, 2008a. pp. 5 – 106.

_____. Um discurso sobre as ciências. 5ª ed. São Paulo: Cortez; 2008.

_____. A Universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade. São Paulo: Cortez, 2004. (Coleção Questões da Nossa Época, v. 11)

SANTOS JÚNIOR, A. L. Universidade e sociedade: uma relação possível pelas vias da extensão universitária. Revista Inter-Legere, v. 1, n. 13, p. 299-335, 5 set. 2013.

SERRANO, R. M. S. M. Avaliação institucional da extensão universitária na UFPB: a regulação e a emancipação. Tese (Doutorado). Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba, p. 196. 2012.

_____. Conceitos de extensão universitária: um diálogo com Paulo Freire. Disponível em: http://www.prac.ufpb.br/copac/extelar/atividades/discussao/artigos/conceitos_de_e_xtensao_universitaria.pdf. Acesso em 26 de outubro de 2018.

SILVA, F. L. Reflexões sobre o conceito e a função da universidade pública. Estud. av., São Paulo, v. 15, n. 42, p. 295-304, Aug. 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000200015&lng=en&nrm=iso. Acesso em 22 mai. 2018.

SILVA, T. D. Documentos de Identidade: Uma Introdução às Teorias do Currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

SILVA, M. R. F. Ciência, técnica e experiências sociais na pesquisa e na extensão universitárias: possibilidades de diálogos entre saberes. Tese (Doutorado). Escola Superior de Agricultura, Universidade de São Paulo, p. 213, 2009.

SOUZA, A. C. G., *et al.* A extensão universitária como processo educativo e formativo de estudantes de pedagogia em âmbito hospitalar. Disponível em https://editorarealize.com.br/revistas/fiped/trabalhos/TRABALHO_EV057_MD4_SA31_ID2_567_09092016130816.pdf. Acesso em 13/04/2018.

SOARES, M. E. Análise da adequação das Instituições de Ensino Superior localizadas na região metropolitana de Fortaleza ao plano nacional de extensão universitária - 2011/2020. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Ceará, p. 199, 2014.

SOUSA, A. I.; MEIRELLES, F. S. C. Gestão e Institucionalização da Extensão Universitária. Belo Horizonte: FORPROEX/CPAE; PROEX/UFMG, 2013.

SOUSA, S. B. Avaliação dos projetos de extensão do Colégio Pedro II: indicadores de desempenho sociais e institucionais. Dissertação (Mestrado). Escola de Engenharia, Universidade Federal Fluminense, p. 174. 2017.

SOUZA, C. F. L. Política Nacional de Extensão Universitária: análise da experiência do Instituto de Ciência da Saúde (ICS) da UFPA. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Pará, p. 139. 2013.

TAKAHASHI, R.F; BERTOLOZZI, M.R; GUANILO, M. C. D. T. U. Revisão sistemática: noções gerais. Rev Esc Enferm USP. 2011.

TEIXEIRA, A. O ensino Superior no Brasil — Análise e Interpretação de sua Evolução até 1969. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 1969.

_____. Pequena introdução à filosofia da educação: a escola progressiva ou a transformação da escola. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1975.

TEIXEIRA, J. L. Autoavaliação das casas de cultura estrangeira: contribuição à avaliação institucional da UFC. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Ceará, p. 104. 2009.

VERGARA, S. C. Projetos e relatórios de pesquisa em administração. 16a. Ed. São Paulo: Atlas, 2016.

YIN, R. K. Estudo de Caso: planejamento e métodos. 5 ed. 320p. Porto Alegre: Bookman, 2015.

APÊNDICE A – Roteiro para Grupo Focal

Meu nome é Caroline Figueiredo Belo Abreu, sou discente do Mestrado Profissional em Educação, sob orientação do Professor Dr. Luiz M. Villar, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Brasília.

Estou realizando uma pesquisa cujo objetivo principal é diagnosticar a metodologia de avaliação dos projetos de extensão da Universidade, visando, ao final, a propositura de um modelo avaliativo que englobe a participação da comunidade externa envolvida nas ações extensionistas.

A técnica de pesquisa aqui utilizada será o Grupo Focal, visando, através de um debate, obter opiniões sobre a avaliação dos projetos de extensão na UnB.

Saliento que vocês foram convidados para participar deste debate em função de trabalharem no Decanato de Extensão da instituição, possuindo, portanto, conhecimento teórico e técnico para contribuir com este estudo.

Informo que serei a moderadora do debate, responsável, portanto, pela elaboração de questões para discussão, bem como pela intervenção, caso precise, para que todos possam participar e manifestar-se livremente.

Requeiro autorização para gravação do debate e informo que a identificação dos participantes será mantida em sigilo, seguindo os protocolos éticos de pesquisa científica.

Após a apresentação dos membros do grupo focal, iniciarei os quesitos que serão debatidos, solicitando que cada participante expresse sua opinião de forma livre e espontânea.

Desde já, agradeço a colaboração de todos.

QUESITOS:

- 1) Como é a avaliação dos projetos de extensão da UnB atualmente?

Objetivo: Diagnosticar a metodologia atual da Universidade de Brasília para avaliar ações extensionistas;

- 2) Quais são os atores envolvidos na avaliação? A perspectiva da comunidade externa é considerada nesta metodologia?

Objetivo: Verificar se existe participação da comunidade externa no processo de avaliação dos projetos de extensão.

- 3) O SIEX realiza o registro e sistematização dos participantes da comunidade externa nos projetos e programas de extensão? Caso negativo, como poderia ser realizada esta sistematização?

Objetivos: Diagnosticar a metodologia atual da Universidade de Brasília para avaliar ações extensionistas e investigar a perspectiva da comunidade externa acerca da atuação da Universidade de Brasília em projetos e programas de extensão;

- 4) Qual parâmetro avaliativo poderia ser utilizado para a consolidação de um novo modelo que considere todos os agentes envolvidos nos PEACs?

Objetivo: Propor uma avaliação que considere a escuta da comunidade interna e externa como meio para alcançar a eficácia da atuação extensionistas.

- 5) A partir da avaliação atualmente realizada, a UnB torna público o impacto do alcance dos objetivos propostos inicialmente pelo Coordenador do PEAC? Caso negativo, como poderia ser realizada esta publicização?

Objetivo: Propor uma avaliação que considere a escuta da comunidade interna e externa como meio para alcançar a eficácia da atuação extensionistas.

- 6) Quais principais aspectos devem ser avaliados para mensurar a efetividade de um projeto ou programa de extensão?

Objetivo: Propor uma avaliação que considere a escuta da comunidade interna e externa como meio para alcançar a eficácia da atuação extensionistas.

APÊNDICE B – Termo de Consentimento UnB**TERMO DE CONSETIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO INSTITUCIONAL**

Senhora Decana de Extensão da Universidade de Brasília,

Dirijo-me à Vossa Senhoria para solicitar autorização para realização de pesquisa acadêmica nesta Instituição de Ensino.

A pesquisa será realizada pela discente Caroline Figueiredo Belo Abreu, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Brasília (PPGE/MP/UnB) como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação, sob orientação do Prof. Dr. José Luiz M. Villar.

A pesquisa intitulada “Avaliação da Extensão Universitária: Reflexões sobre o Fazer Extensionista na Universidade de Brasília”, objetiva propor um modelo de avaliação que considere a escuta da comunidade externa como meio para alcançar a eficácia da atuação extensionista. A pesquisa será efetivada mediante a realização de exames documentais, grupo focal e entrevistas, não havendo qualquer prejuízo ou ônus para a Universidade.

Saliento que a dissertação resultante desta pesquisa será disponibilizada na Biblioteca Central da Universidade de Brasília, podendo ser consultada a qualquer momento, bem como, caso Vossa Senhoria assim requeira, uma cópia ser-lhe-á encaminhada.

Desde já, agradeço sua colaboração.

Respeitosamente,

Caroline Figueiredo Belo Abreu
Discente Pesquisadora
Mat. 180039571

Ciente das informações constantes neste Termo, autorizo a aplicação da pesquisa nesta Instituição.

Brasília DF, _____ de 2019.

Decana de Extensão/UnB

ANEXO 1

Objetivos do FORPROEX (Art. 3º do Regimento)
I – propor políticas e diretrizes básicas que permitam a institucionalização, a articulação e o fortalecimento de ações comuns das Pró-Reitorias de Extensão e órgãos equivalentes das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras;
II – manter articulação permanente com representações dos Dirigentes de Instituições de Educação Superior, visando encaminhamento das questões referentes às proposições do FORPROEX;
III – manter articulação permanente com os demais Fóruns de Pró-Reitores, com o objetivo de desenvolver ações conjuntas que visem à real integração da prática acadêmica;
IV – manter articulação permanente com instituições da sociedade civil, do setor produtivo e dos poderes constituídos, com vistas à constante ampliação da inserção social das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras;
V – incentivar o desenvolvimento da informação, avaliação, gestão e divulgação das ações de extensão realizadas pelas Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras.

ANEXO 2

Linhas de Extensão

1. Alfabetização, Leitura e Escrita: Alfabetização e letramento de crianças, jovens e adultos; formação do leitor e do produtor de textos; incentivo à leitura; literatura; desenvolvimento de metodologias de ensino da leitura e da escrita e sua inclusão nos projetos político pedagógicos das escolas.
 2. Artes Cênicas: Dança, teatro, técnicas circenses, performance; formação, memória, produção e difusão cultural e artística.
 3. Artes Integradas: Ações multiculturais, envolvendo as diversas áreas da produção e da prática artística em um único programa integrado; memória, produção e difusão cultural e artística.
 4. Artes Plásticas: Escultura, pintura, desenho, gravura, instalação, apropriação; formação, memória, produção e difusão cultural e artística.
 5. Artes Visuais: Artes gráficas, fotografia, cinema, vídeo; formação, memória, produção e difusão cultural e artística.
 6. Comunicação Estratégica: Elaboração, implementação e avaliação de planos estratégicos de comunicação; realização de assessorias e consultorias para organizações de natureza diversa em atividades de publicidade, propaganda e de relações públicas; suporte de comunicação a programas e projetos de mobilização social, a organizações governamentais e da sociedade civil.
 7. Desenvolvimento de Produtos: Produção de origem animal, vegetal, mineral e laboratorial; manejo, transformação, manipulação, dispensação, conservação e comercialização de produtos e subprodutos.
 8. Desenvolvimento Regional: Elaboração de diagnóstico e de propostas de planejamento regional (urbano e rural) envolvendo práticas destinadas a elaboração de planos diretores, a soluções, tratamento de problemas e melhoria a qualidade de vida da população local, tendo em vista sua capacidade produtiva e potencial de incorporação na implementação das ações; participação em fóruns, Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável DLIS; participação e assessoria a conselhos regionais, estaduais e locais de desenvolvimento e a fóruns de municípios e associações afins; elaboração de matrizes e estudos sobre desenvolvimento regional integrado, tendo como base recursos locais renováveis e práticas sustentáveis; discussão sobre
-

permacultura; definição de indicadores e métodos de avaliação de desenvolvimento, crescimento e sustentabilidade.

9. Desenvolvimento Rural e Questão Agrária: Constituição e/ou manutenção de iniciativas de reforma agrária, matrizes produtivas locais ou regionais e de políticas de desenvolvimento rural; assistência técnica; planejamento do desenvolvimento rural sustentável; organização rural; comercialização; agroindústria; gestão de propriedades e/ou organizações; arbitragem de conflitos de reforma agrária; educação para o desenvolvimento rural; definição de critérios e de políticas de fomento para o meio rural; avaliação de impactos de políticas de desenvolvimento rural.
 10. Desenvolvimento Tecnológico: Processos de investigação e produção de novas tecnologias, técnicas, processos produtivos, padrões de consumo e produção (inclusive tecnologias sociais, práticas e protocolos de produção de bens e serviços); serviços tecnológicos; estudos de viabilidade técnica, financeira e econômica; adaptação de tecnologias.
 11. Desenvolvimento Urbano: Planejamento, implementação e avaliação de processos e metodologias visando proporcionar soluções e o tratamento de problemas das comunidades urbanas; urbanismo.
 12. Direitos Individuais e Coletivos: Apoio a organizações e ações de memória social, defesa, proteção e promoção de direitos humanos; direito agrário e fundiário; assistência jurídica e judiciária individual e coletiva, a instituições e organizações; bioética médica e jurídica; ações educativas e preventivas para garantia de direitos humanos.
 13. Educação Profissional: Processos de formação técnica profissional, visando a valorização, aperfeiçoamento, promoção do acesso aos direitos trabalhistas e inserção no mercado de trabalho.
 14. Empreendedorismo: Constituição e gestão de empresas juniores, pré incubadoras, incubadoras de empresas, parques e pólos tecnológicos, cooperativas e empreendimentos solidários e outras ações voltadas para a identificação, aproveitamento de novas oportunidades e recursos de maneira inovadora, com foco na criação de empregos e negócios estimulando a proatividade.
 15. Emprego e Renda: Defesa, proteção, promoção e apoio a oportunidades de trabalho, emprego e renda para empreendedores, setor informal, proprietários rurais, formas cooperadas/associadas de produção, empreendimentos produtivos solidários, economia solidária, agricultura familiar, dentre outros.
 16. Endemias e Epidemias: Planejamento, implementação e avaliação de metodologias de intervenção e de investigação tendo como tema o perfil epidemiológico de
-

endemias e epidemias e a transmissão de doenças no meio rural e urbano; previsão e prevenção.

17. Divulgação Científica e Tecnológica: Difusão e divulgação de conhecimentos científicos e tecnológicos em espaços de ciência, como museus, observatórios, planetários, estações marinhas, entre outros; organização de espaços de ciência e tecnologia.

18. Esporte e Lazer: Práticas esportivas, experiências culturais, atividades físicas e vivências de lazer para crianças, jovens e adultos, como princípios de cidadania, inclusão, participação social e promoção da saúde; esportes e lazer nos projetos políticopedagógico das escolas; desenvolvimento de metodologias e inovações pedagógicas no ensino da Educação Física, Esportes e Lazer; iniciação e prática esportiva; detecção e fomento de talentos esportivos.

19 Estilismo: Design e modelagem criativa de vestuário, calçados, ornamentos e utensílios pessoais relacionados à moda.

20 Fármacos e Medicamentos: Uso correto de medicamentos para a assistência à saúde, em seus processos que envolvem a farmacoterapia; farmácia nuclear; diagnóstico laboratorial; análises químicas, físicoquímicas, biológicas, microbiológicas e toxicológicas de fármacos, insumos farmacêuticos, medicamentos e fitoterápicos.

21 Formação de Professores: Formação e valorização de professores, envolvendo a discussão de fundamentos e estratégias para a organização do trabalho pedagógico, tendo em vista o aprimoramento profissional, a valorização, a garantia de direitos trabalhistas e a inclusão no mercado de trabalho formal.

22 Gestão do Trabalho: Estratégias de administração; ambiente empresarial; relações de trabalho urbano, rural e industrial (formas associadas de produção, trabalho informal, incubadora de cooperativas populares, agronegócios, agroindústria, práticas e produções caseiras, dentre outros).

23 Gestão Informacional: Sistemas de fornecimento e divulgação de informações econômicas, financeiras, físicas e sociais das instituições públicas, privadas e do terceiro setor.

24 Gestão Institucional: Estratégias administrativas e organizacionais em órgãos e instituições públicas, privadas e do terceiro setor, governamentais e não governamentais.

25 Gestão Pública: Sistemas regionais e locais de políticas públicas; análise do impacto dos fatores sociais, econômicos e demográficos nas políticas públicas (movimentos

populacionais, geográficos e econômicos, setores produtivos); formação, capacitação e qualificação de pessoas que atuam nos sistemas públicos (atuais ou potenciais).

26 Grupos Sociais Vulneráveis: Questões de gênero, de etnia, de orientação sexual, de diversidade cultural, de credos religiosos, dentre outro, processos de atenção (educação, saúde, assistência social, etc), de emancipação, de respeito à identidade e inclusão; promoção, defesa e garantia de direitos; desenvolvimento de metodologias de intervenção.

27 Infância e Adolescência: Processos de atenção (educação, saúde, assistência social, etc); promoção, defesa e garantia de direitos; ações especiais de prevenção e erradicação do trabalho infantil; desenvolvimento de metodologias de intervenção, tendo como objeto focado na ação crianças, adolescentes e suas famílias.

28 Inovação Tecnológica: Introdução de produtos ou processos tecnologicamente novos e melhorias significativas a serem implementadas em produtos ou processos existentes nas diversas áreas do conhecimento. Considera-se uma inovação tecnológica de produto ou processo aquela que tenha sido implementada e introduzida no mercado (inovação de produto) ou utilizada no processo de produção (inovação de processo).

29 Jornalismo: Processos de produção e edição de notícias para mídias impressas e eletrônicas; assessorias e consultorias para órgãos de imprensa em geral; crítica de mídia.

30 Jovens e Adultos: Processos de atenção (saúde, assistência social, etc), de emancipação e inclusão; educação formal e não formal; promoção, defesa e garantia de direitos; desenvolvimento de metodologias de intervenção, tendo como objeto a juventude e/ou a idade adulta.

31 Línguas Estrangeiras: Processos de ensino/aprendizagem de línguas estrangeiras e sua inclusão nos projetos políticopedagógicos das escolas; desenvolvimento de processos de formação em línguas estrangeiras; literatura; tradução.

32 Metodologias e Estratégias de Ensino/Aprendizagem: Metodologias e estratégias específicas de ensino/aprendizagem, como a educação a distância, o ensino presencial e de pedagogia de formação inicial, educação continuada, educação permanente e formação profissional.

33 Mídiaartes: Mídias contemporâneas, multimídia, webarte, arte digital; formação, memória, produção e difusão cultural e artística.

-
- 34** Mídias: Produção e difusão de informações e conhecimentos através de veículos comunitários e universitários, impressos e eletrônicos (boletins, rádio, televisão, jornal, revistas, internet, etc); promoção do uso didático dos meios de comunicação e de ações educativas sobre as mídias.
- 35** Música: Apreciação, criação e performance; formação, capacitação e qualificação de pessoas que atuam na área musical; produção e divulgação de informações, conhecimentos e material didático na área; memória, produção e difusão cultural e artística.
- 36** Organizações da Sociedade e Movimentos Sociais e Populares: Apoio à formação, organização e desenvolvimento de comitês, comissões, fóruns, associações, ONG's, OSCIP's, redes, cooperativas populares, sindicatos, dentre outros.
- 37** Patrimônio Cultural, Histórico e Natural: Preservação, recuperação, promoção e difusão de patrimônio artístico, cultural e histórico (bens culturais móveis e imóveis, obras de arte, arquitetura, espaço urbano, paisagismo, música, literatura, teatro, dança, artesanato, folclore, manifestações religiosas populares), natural (natureza, meio ambiente) material e imaterial (culinária, costumes do povo), mediante formação, organização, manutenção, ampliação e equipamento de museus, bibliotecas, centros culturais, arquivos e outras organizações culturais, coleções e acervos; restauração de bens móveis e imóveis de reconhecido valor cultural; proteção e promoção do folclore, do artesanato, das tradições culturais e dos movimentos religiosos populares; valorização do patrimônio; memória, produção e difusão cultural e artística.
- 38** Pessoas com Deficiências, Incapacidades e Necessidades Especiais: Processos de atenção (educação, saúde, assistência social, etc) de emancipação e inclusão de pessoas com deficiências, incapacidades físicas, sensoriais e mentais, síndromes, doenças crônicas, altas habilidades, dentre outras; promoção, defesa e garantia de direitos; desenvolvimento de metodologias de intervenção individual e coletiva, tendo como objeto focado na ação essas pessoas e suas famílias.
- 39** Propriedade Intelectual e Patente: Processos de identificação, regulamentação e registro de direitos autorais e outros sobre propriedade intelectual e patente.
- 40** Questões Ambientais: Implementação e avaliação de processos de educação ambiental de redução da poluição do ar, águas e solo; discussão da Agenda 21; discussão de impactos ambientais de empreendimentos e de planos básicos ambientais; preservação de recursos naturais e planejamento ambiental; questões florestais; meio ambiente e qualidade de vida; cidadania e meio ambiente.
- 41** Recursos Hídricos: Planejamento de microbacias, preservação de mata ciliar e dos recursos hídricos, gerenciamento de recursos hídricos e Bacias Hidrográficas
-

prevenção e controle da poluição; arbitragem de conflitos; participação em agências e comitês estaduais e nacionais; assessoria técnica a conselhos estaduais, comitês e consórcios municipais de recursos hídricos.

42 Resíduos Sólidos: Ações normativas, operacionais, financeiras e de planejamento com base em critérios sanitários, ambientais e econômicos, para coletar, segregar, tratar e dispor resíduos ou dejetos; orientação para elaboração e desenvolvimento de projetos de planos de gestão integrada de resíduos sólidos urbanos, coleta seletiva, instalação de manejo de resíduos sólidos urbanos (RSU) reaproveitáveis (compostagem e reciclagem), destinação final de RSU (aterros sanitários e controlados), remediação de resíduos ou dejetos a céu aberto; orientação à organização de catadores de lixo.

43 Saúde Animal: Processos e metodologias visando a assistência à saúde animal: prevenção, diagnóstico e tratamento; prestação de serviços institucionais em laboratórios, clínicas e hospitais veterinários universitários.

44 Saúde da Família: Processos assistenciais e metodologias de intervenção para a saúde da família.

45 Saúde e Proteção no Trabalho: Processos assistenciais, metodologias de intervenção, ergonomia, educação para a saúde e vigilância epidemiológica ambiental, tendo como alvo o ambiente de trabalho e como público os trabalhadores urbanos e rurais; saúde ocupacional.

46 Saúde Humana: Promoção da saúde das pessoas, famílias e comunidades; humanização dos serviços; prestação de serviços institucionais em ambulatórios, laboratórios, clínicas e hospitais universitários; assistência à saúde de pessoas em serviços especializados de diagnóstico, análises clínicas e tratamento; clínicas odontológicas, de psicologia, dentre outras.

47 Segurança Alimentar e Nutricional: Incentivo à produção de alimentos básicos, autoabastecimento, agricultura urbana, hortas escolares e comunitárias, nutrição, educação para o consumo, regulação do mercado de alimentos, promoção e defesa do consumo alimentar.

48 Segurança Pública e Defesa Social: Planejamento, implementação e avaliação de processos e metodologias, dentro de uma compreensão global do conceito de segurança pública, visando proporcionar soluções e o tratamento de problemas relacionados; orientação e assistência jurídica, judiciária, psicológica e social à população carcerária e familiares; assessoria a projetos de educação, saúde e trabalho aos apenados e familiares; questão penitenciária; violência; mediação de conflitos; atenção a vítimas de crimes violentos; proteção a testemunhas; policiamento comunitário.

- 49** Tecnologia da Informação: Desenvolvimento de competência informacional para identificar, localizar, interpretar, relacionar, analisar, sintetizar, avaliar e comunicar informação em fontes impressas ou eletrônicas; inclusão digital.
- 50** Terceira Idade: Planejamento, implementação e avaliação de processos de atenção (educação, saúde, assistência social, etc), de emancipação e inclusão; promoção, defesa e garantia de direitos; desenvolvimento de metodologias de intervenção, tendo como objeto focado na ação pessoas idosas e suas famílias.
- 51** Turismo: Planejamento e implementação do turismo (ecológico, cultural, de lazer, de negócios, religioso, etc) como setor gerador de emprego e renda para os municípios; desenvolvimento de novas tecnologias para avaliações de potencial turístico; produção e divulgação de imagens em acordo com as especificidades culturais das populações locais.
- 52** Uso de Drogas e Dependência Química: Prevenção e limitação da incidência e do consumo de drogas; tratamento de dependentes; assistência e orientação a usuários de drogas; recuperação e reintegração social.
- 53** Desenvolvimento Humano: Temas das diversas áreas do conhecimento, especialmente de ciências humanas, biológicas, sociais aplicadas, exatas e da terra, da saúde, ciências agrárias, engenharias, lingüística, (letras e artes), visando a reflexão discussão, atualização e aperfeiçoamento humano, espiritualidade e religiosidade.